

REVISTA MEMÓRIA DO PROJETO

Políticas públicas

Mulheres construindo
leis e direitos



Bem me quer



Justiça

Violências contra as mulheres e a Lei Maria da Penha

Fazendo história

A caminhada do projeto
Bem-me-quer

Entrevista

Rosane da Silva: os 25 anos da CUT e
a questão das mulheres



SUMARIO

EDITORIAL

3 Transformação cultural

BEM-ME-QUER

4 A história do projeto Bem-me-quer, construído com o rosto e a atitude das mulheres da região sul. Vera Gasparetto

CORPO E IDENTIDADE

10 Mulher: identidade, corpo e sexualidade. Magda Flores

12 Qualidade de vida, consciência corporal e saúde. Lúcia Helena Simas D'Aquino

TRABALHADORAS

14 Mulheres no mundo do trabalho. Eliana dos Santos

16 Afiando nossas garras: defendendo direitos, avançando em conquistas. Mara Feltes

DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO

18 Gênero e educação profissional. Rose Mari Gomes

22 Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Silvana Conti

27 Dinâmicas para o trabalho com mulheres

32 Dia da mulher negra latino-americana e caribenha. Maria Noelci Homero

35 Transformar a sociedade. Adriana Maria Antunes de Souza

DEPOIMENTOS

37 As mulheres que fizeram o Projeto Bem-me-quer

ENTREVISTA

41 Rosane da Silva fala sobre os 25 anos da CUT e a questão das mulheres. Rita Pinheiro e Vera Gasparetto

POLÍTICAS PÚBLICAS

46 Mulheres e políticas públicas. Rosane Bertotti

48 Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas. Almira Rodrigues

55 Conselhos dos Direitos no Brasil. Maria de Lourdes Alves Rodrigues e Maria Célia Orato Selem

HOMENAGEM

59 À memória de Gladis Gassen e Maria Ednalva

EMPODERAMENTO

60 Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Maria Ednalva Bezerra de Lima

LEI MARIA DA PENHA

65 Violências contra as mulheres, a Lei Maria da Penha e a judicialização dos conflitos sociais de gênero. Miriam Pilar Grossi e Fernanda Cardozo

CALENDÁRIO

71 Datas importantes na luta pela igualdade de gênero.

ATENDIMENTO

72 Relação de serviços e atendimentos para as mulheres na região sul.

transformação cultural e o projeto Bem-me-quer

No mundo em que vivemos predomina a cultura patriarcal e sexista. Esta cultura reflete-se nas práticas de discriminação de gênero e raça no mundo do trabalho. Ela transparece na admissão, nas promoções, no acesso à qualificação e, principalmente, na remuneração. Em geral são destinadas às mulheres a maioria das ocupações subalternas ou menos qualificadas.

Sem dúvida, são muitos os avanços que conseguimos ao longo dos anos através da nossa luta. E os conquistamos através da organização das mulheres que discutindo e propondo coletivamente políticas buscam romper com a discriminação de gênero e almejam alcançar a igualdade. Pautando e debatendo com a sociedade, movimentos e governos a igualdade de gênero, visamos garantir reconhecimento e respeito dos espaços da mulher, através de pautas de reivindicações com o olhar feminista.

As mulheres têm participado ativamente da história político-econômica e social do País e do mundo reivindicando e negociando junto aos governos estaduais, municipais e federal políticas públicas que avancem na superação das desigualdades entre mulheres e homens no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Acreditamos que a verdadeira solidariedade de classe se traduz quando homens e mulheres, juntos, enfrentam as discriminações e o preconceito na perspectiva que o problema de um ou uma é problema de todos e todas.

O projeto Bem-me-quer surgiu com o objetivo de materializar a estratégia das trabalhadoras CUTistas que é a garantia da participação de centenas de companheiras nos diferentes espaços de construção de políticas públicas e em comissões de negociação dos acordos coletivos, onde através da formação e da qualificação estaremos mais preparadas para lutar por avanços em nossas conquistas.

“A Escola Sindical Sul pretende com este projeto cumprir seu papel no sentido de contribuir com a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.”

A estratégia político-pedagógica do Bem-me-quer é da multiplicação, abordando temas que oportunizem o conhecimento e a reflexão da temática de Gênero. Desde o primeiro módulo o objetivo foi alimentar as futuras conselheiras com informações para o seu empoderamento e confiança em desenvolver junto a outras companheiras na fábrica, na loja, na escola, no local de moradia debates sobre temas que são importantes para a emancipação feminina e o avanço dos direitos.

O projeto Bem-me-quer concluiu suas atividades presenciais em novembro de 2007, certificando 25 mulheres nessa etapa. Outras cinco companheiras também participaram, mas não atingiram a frequência para a certificação. As participantes realizaram suas atividades intermódulo abrangendo cerca de 1.200 mulheres na região sul do Brasil, superando a meta estabelecida junto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Para a conclusão do Projeto publicamos em junho de 2008 o Manual da Conselheira (com direitos das mulheres), e a presente revista materializa a sistematização/memória do Projeto, resultado de uma construção coletiva.

A Escola Sindical Sul pretende com esta iniciativa cumprir seu papel no sentido de contribuir com a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Temos a certeza que mais do que estar contribuindo para a superação das desigualdades, o projeto Bem-me-quer contribui para uma transformação cultural. ☘

Saudações CUTistas e feministas
Mara Feltes

Coordenadora Geral da Escola Sindical Sul da CUT



Vera Gasparetto

NOSSA HISTÓRIA: A CAMINHADA DO PROJETO BEM-ME-QUER

“Nunca mais seremos as mesmas”. Essa é a síntese, em poucas palavras, do significado do Projeto de Formação de Conselheiras de Políticas para as Mulheres da Região Sul (Bem-me-quer) na vida das 30 mulheres envolvidas diretamente nas atividades presenciais, realizadas em três módulos de quatro dias, em Florianópolis – SC, durante o ano de 2007. O projeto foi realizado em conjunto pela Escola Sindical Sul da CUT e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do Governo Federal.

O desafio do Projeto foi aliar o debate de políticas públicas para as mulheres e a multiplicação do tema, com a meta de atingir 900 mulheres na Região Sul. Esta meta foi superada, pois o conjunto do Projeto alcançou cerca de 1.200 pessoas.

Foram dias de intensa convivência, estudo e reflexão, trocas de práticas, conhecimentos, saberes, emoções e subjetividades. Direcionar um novo olhar sobre a postura diante da vida e do “ser mulher”, do conhecer-se e quebrar mitos e paradigmas da própria educação e cultura, preparando-se para o trabalho com outras mulheres, realizando o objetivo de multiplicação dos conteúdos do projeto na sua base social.

Resultado desse processo é a perspectiva de ampliação do Projeto para todo o Brasil, numa articulação entre a Escola Sindical Sul, a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

*“Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome.”
(Clarice Lispector)*

O desenho do Projeto

O 1º momento de planejamento foi em conjunto com as Secretarias de Mulheres dos Estados, para afinar o projeto com a estratégia de gênero da região sul e das CUTs, construindo os critérios de participação juntamente com os objetivos dos Coletivos de Mulheres do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Foram indicadas 30 mulheres para participar do curso, representando 12 ramos e duas ONGs.

Muitas expectativas estavam reunidas na sala naquele 31 de maio de 2007, primeiro dia do curso. Mulheres de diferentes lugares da região sul, diferentes origens, diferentes etnias, múltiplas idades, diversas histórias e profissões, mas com uma vontade comum: de conhecer mais a fundo sua condição enquanto mulher e desafiar-se a realizar o trabalho de multiplicação com outras mulheres.

O tema da primeira atividade foi **Corpo, Sexualidade e Identidade**, envolvendo as participantes com vivências e conteúdos para despertar a consciência sobre suas próprias experiências de vida e de como elas são espelhos na e para a sociedade. A cultura e o modo de vida como espaços de construção social do papel da mulher e do homem e qual papel foi destinado historicamente ao feminino. Esse momento foi conduzido pela psicóloga e formadora, Magda Flores.

A Escola Sul e as CUTs apresentaram a estratégia do Projeto e a meta de multiplicação dos conteúdos, com a presença das dirigentes Adriana Maria (SC), Eliana dos Santos (PR) e Mara Feltes (RS). O grupo conversou sobre como foi sua educação e qual metodologia inovaria o >>>

trabalho com mulheres, optando por espaços de conversa, acolhimento, escuta, com o cuidado de não cair na terapia e na vitimização.

A construção da identidade da turma partiu das trajetórias de vida e de suas descobertas enquanto mulheres. O caminho foi de vivenciar, de experimentar, de sair da zona de conforto, repensando suas práticas e posturas no cotidiano.



Vera Gasparetto

Jornalista e educadora, coordenadora pedagógica do Projeto de Formação de Conselheiras de Políticas Públicas para as Mulheres da Região Sul – Bem-me-quer.



Os conteúdos propostos pelo curso refletidos no seu dia-a-dia, colocadas frente-a-frente em situações contraditórias que despertaram uma nova consciência no grupo sobre seu papel frente à vida e às questões das mulheres.

Reunidas em grupo, elaboraram propostas para a **atividade intermódulo I**, voltadas às mulheres da base social, nas suas localidades. Destacaram-se os temas relacionados à saúde, sexualidade, corpo, prevenção de doenças. Um dos efeitos das atividades pode ser observado no depoimento de Maria Fernandes Mattos, 57 anos, doméstica e agricultora, da turma de Jurandi Colvero, de Realeza, interior do Paraná:

“Muitas vezes não podemos dizer o que sentimos. O curso abre novos horizontes, nos ajuda a resgatar a auto-estima. Abre novos caminhos para as mulheres, Nos sentimos importantes e capazes”.

Ramo/setor	Participantes
Agricultura familiar	2
Alimentação	2
Bancárias	2
Comércio e serviços	7
Comunicação	1
Educação	5
Metalúrgica	1
Sapateira	1
Saúde	1
Serviço Público Estadual	1
Serviço Público Municipal	4
Urbanitária	1
ONGs	2



O segundo encontro da turma em Florianópolis ocorreu em agosto, com o tema *Corpo e Trabalho, Sindicalismo e Luta Social*, relacionando a caminhada das mulheres à história do controle do corpo e dos seus desejos. *As mulheres na história e seu papel de transformação* construída pelo grupo na Linha do Tempo¹, aprofundando conhecimentos sobre a luta das mulheres, a vida privada, o trabalho doméstico, a inserção no mundo do trabalho, seu papel no sindicalismo, na mudança social e na disputa de hegemonia, especialmente cultural.

Na bagagem das participantes do II módulo do curso histórias, realizações, documentos e retratos. Havia superado o mito de que não eram capazes.

A maioria realizou sua primeira atividade de formação. >>>

Falantes, empolgadas, contaram suas experiências, ressaltaram os pontos positivos, destacando o grande interesse das mulheres em conversar, o desejo de novos encontros e a importância de um espaço de diálogo e escuta.

De acordo com o relato das educandas, a atividade intermódulo I envolveu 526 pessoas, essencialmente mulheres, mobilizadas com a ajuda de entidades sindicais (CUTs, Federações e Sindicatos), abrangendo ONGs, movimento social, clube de mães, pessoas com deficiência, conselheiras dos mais diversos espaços de políticas públicas, lideranças comunitárias, mulheres da periferia, etc. Suas reflexões ajudaram a avaliar o conteúdo, a metodologia, as dificuldades e potencialidades de uma estratégia de formação para o trabalho de base com mulheres, respeitando as identidades, as diferenças e as diversidades.

A colaboradora Ariane Meirelles desenvolveu o tema *Gênero, Diversidade* >>>

e *Educação*, a partir do relato de experiências, onde ressaltou a importância do empoderamento das mulheres a partir da educação. “A escola negou às mulheres muitos conhecimentos, especialmente sobre sua própria história. Precisamos ter flexibilidade para dialogar com essas mulheres, puxar fios e *destecer* conceitos da vida que estão cristalizadas no seu cotidiano”. Sua fala instiga o uso de recursos e formas de expressão diferenciadas: teatro, canto, dança, contação de histórias, reza, poesia, rodas de bate-papo. Um ambiente acolhedor de escuta, onde as mulheres se enxerguem, tenham confiança e constituam novas elaborações e práticas, recuperem sua estima e poder.

O planejamento da **II atividade intermódulo** definiu duas sugestões de temas: a) *Corpo, Trabalho, Sindicalismo e Luta Social* e b) *Preconceitos em todas as suas formas*, para as educandas realizarem de acordo com a realidade da sua base. >>>

Uma idéia que segue seu próprio caminho...

A saudade marcou o Módulo III, realizado na primavera de 2007. Era o encontro de despedida da turma, fechando um ciclo de três etapas. Um momento de confraternização, festa, afetos, despedidas e partida.

O tema *As Mulheres do século XXI e a conquista da cidadania ativa* teve a colaboração da socióloga Maria de Lourdes Alves Rodrigues, a Lurdinha. As resoluções da recém realizada II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres pautaram o debate, juntamente com convenções internacionais, diretrizes da Política Nacional para as mulheres, programas, projetos e campanhas de promoção dos direitos e ações para o fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Mulheres. O grupo realizou vivências de construção de estratégias para a intervenção nos Conselhos, percebendo a importância da transversalidade de gênero nas políticas públicas.

Essa etapa do curso pretendia despertar a consciência sobre o *empoderamento* e o papel das mulheres na disputa de hegemonia e de políticas públicas para a promoção da equidade de gênero, debater sobre o papel das mulheres na sociedade, a política de cotas nas eleições e a ocupação pelas mulheres dos espaços de decisão e poder.

As atividades locais de multiplicação entre o módulo II e III envolveram cerca de 500 pessoas na base social das educandas, onde foram tratados temas como Lei Maria da Penha, discriminação em todas as formas, saúde e sexualidade, combate à violência, assédio moral, políticas públicas, direitos das mulheres, entre outros temas de importância para os direitos humanos.

Na observação de parte das educandas, as diferenças sociais e culturais das participantes desafiam a uma lenta derrubada de barreiras. “É muito difícil mudar as coisas de repente”, avalia Juraci Colvero. Outro elemento que chama a atenção nas avaliações é a sede de conhecimento e informação das participantes, o que exige um diálogo para entender quais são as carências e contribuir para sua superação. >>>



Grande parte das educandas contou com auxílio de uma rede de colaboradoras, que atuam na luta pelos direitos das mulheres e levaram seus conhecimentos às atividades do projeto. As formas de abordagem dos temas foram diversas, com diálogos, debates, abaixo-assinado, exposições, bate-papos, dinâmicas de integração e quebra-gelo, exercícios físicos, oficina de fitoterapia, e muitas outras idéias e possibilidades que foram criadas.

Uma marca fundamental das atividades foi o cuidado com os detalhes para que as participantes estivessem à vontade: desde a convocação, o convite, os contatos, até a recepção, o cuidado com as crianças (algumas providenciaram creches), o desenvolvimento dos temas envolvendo as expectativas das participantes, a distribuição de materiais de apoio (subsídios, folhetos sobre diferentes temas, preservativos, etc), os cuidados com a ambientação e a alimentação. Um ambiente de descontração, alegria e esperanças, mesmo para tratar de temas muitas vezes penosos e caros às mulheres.

A turma construiu planos de trabalho por estado que foram enviados às Secretárias de Mulheres das três CUTs, para que sejam integradas às estratégias estaduais e possam dar continuidade às atividades de multiplicação, que devem grande parte do seu êxito à ajuda das entidades filiadas à CUT.

¹Dinâmica de construção coletiva da história a partir das experiências de vida das educandas. A metodologia está detalhada na Revista, em Dinâmicas.



"O curso foi bom porque mostra que jamais devemos ter medo de enfrentar a discriminação que há na sociedade e no ambiente onde nos relacionamos. Devemos ser sempre nós mesmas frente aos obstáculos que a vida nos oferece. Isto faz com que possamos ser fortes diante dos problemas. A discriminação parte dessa sociedade que gosta de julgar as pessoas por fora, mas não por dentro. Por isso nem tudo que brilha pode ser maravilhoso."

Lucinara Bueno Dias – educanda da turma de Fátima Soares



A certificação da turma foi emocionante, com homenagens às educandas, às colaboradoras e à equipe do Projeto, e à memória de duas mulheres muito importantes na história do movimento sindical: Maria Ednalva Bezerra de Lima e Gládis Gassen. Num ato simbólico com um xador¹ o grupo expressou o quanto o projeto tirou suas máscaras e desvendou seus olhos, mostrando um novo mundo: o mundo dos direitos e das possibilidades para a vida plena e autônoma, para a dignidade e a justiça às mulheres.

¹O xador é uma veste feminina que cobre o corpo todo com a exceção dos olhos. É utilizado pelas mulheres muçulmanas na grande maioria dos países islâmicos.

"Nós, formandas do Curso de formadora de políticas públicas para as mulheres, prometemos lutar com garra e dignidade para ampliar e qualificar a atuação das mulheres nos espaços de promoção de equidade de gênero, pela erradicação das desigualdades sociais. Sempre analisando e discutindo com profundidade todas as questões. Através de nossas atuações queremos efetivamente viabilizar a implantação das políticas públicas já existentes a fim de que atendam de forma ampla e sistemática a todas e em todos os espaços. E, em criando novas políticas públicas possamos fazê-las com qualidade, responsabilidade e adequação. Visando sempre o atendimento do Plano Nacional de Políticas Públicas para as mulheres."

Confirmação de compromisso realizada durante a certificação



DEPOIMENTOS DA BASE SOCIAL

"As mulheres têm necessidade de reconhecimento de seu valor e poder, por isso lutam por políticas de proteção e igualdade. Estou nesse curso por acreditar no poder feminino e na importância de estarmos mobilizadas e bem informadas de nossas vontades e desejos."

Cristiane dos Reis Pires – educanda da turma da Suely Mousquer, Porto Alegre - RS

"A maior busca da mulher é em busca da liberdade na sociedade, e exercer sua funções e ter a prioridade para todos os seus direitos. A mulher luta pelos seus direitos, pois trabalha a vida toda e ao chegar em sua idade complica para se aposentar, é barrada e precisa provar que exerceu seu trabalho. As mulheres exercem várias funções no comércio e não são reconhecidas com o salário e até mesmo com sua moral. Pra sociedade as mulheres não tem a capacidade de exercer algumas funções, por exemplo: mulher no volante para homens não pode pois é perigoso, para eles lugar de mulher é em casa, limpando, lavando e cozinhando. Outro problema é a forma de pagamento, a maioria não paga de acordo com a base que cada uma exerce. O trabalho para mulher, o ritmo de diversão, pois em casa na mesma rotina você envelhece 10 anos. Por isso aqui reunidas lutamos pela liberdade e direitos da mulher. Vamos continuar lutando pelos nossos direitos."

Direitos da Mulher e seus desafios – grupo de trabalho da turma da Orlandina, – Dois Vizinhos - PR

"O curso ajuda na discussão e conscientização do grupo da necessidade de alcançar medidas públicas que valorizem o trabalho da mulher, alcançar o poder econômico pelos esforços, pois este está restrito aos poucos e homens. Precisamos de condições melhores de moradia, educação e saúde para nós e nossos filhos."

Rejane Cabral – educanda da turma da Marisa, Santa Maria - RS

"Todos os cursos nos levam a aprender cada vez mais, seria importante que as pessoas participassem, esses cursos são uma oportunidade para aprender, debater, dialogar. Aqui no Oeste, gostaríamos de mais cursos e pessoas especializadas para passar informações, principalmente para nós mulheres."

Jocemara de Camargo – educanda da turma da Jaqueline da Sônia, São Lourenço do Oeste - SC ❁



Assim eu vejo a vida

*A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou seu legado
Saber viver é a grande
sabedoria
Que eu possa dignificar
Minha condição de
Mulher,
Aceitar suas limitações
E me fazer pedra de
Segurança
Dos valores que vão
desmoronando.
Nasci em tempos rudes
Aceitei contradições
lutas e pedras
Como lição de vida
e delas me sirvo
Aprendi a viver.*

Cora Coralina

Mulher: identidade, corpo e sexualidade

Magda Flores

Para nós, mulheres, construir nossa identidade é um trabalho permanente de alteração de paradigmas, na busca elaborada de novos conceitos que têm o seu foco e a sua centralidade nas formulações sociais de nossos papéis. Tanto na esfera definida como privada (enquanto mulheres, mães, filhas, esposas, amantes, amigas) quanto na esfera pública (em funções, cargos, trabalhos e profissões que por nós são exercidas). Esses papéis, que foram, e vem sendo construídos ao longo de toda a história da humanidade, estão sujeitos a questionamentos e transformações.

Esta mudança passa, necessariamente, por um processo permanente de desconstrução e construção destes papéis e será, sempre, um processo de luta contínua, de associação entre nós, de debates sociais, de busca pela conquista de uma nova sociedade onde os direitos fundamentais - especificamente neste caso, os referentes a gênero - ocuparão o seu centro.

Estes paradigmas foram construídos ao longo da história das relações sociais, econômicas e políticas e, por isto mesmo, são de grande complexidade e, para efeito deste artigo, não poderão ser esgotados. Porém, é necessário que tenhamos em mente alguns elementos centrais para este debate.

Primeiro, as manifestações das relações entre os gêneros feminino e masculino não foram as mesmas nas diferentes épocas e sociedades. Verdades tidas como absolutas não são tão verdadeiras, nem tão absolutas assim. Esta é uma questão que precisa ser desmistificada para compreendermos que a situação das mulheres, como vista atualmente, não é algo "natural", ou que ocorre por força das diferenças "normais" entre homens e mulheres. E, tem colocado-nos, invariavelmente, em situação de subserviência pessoal, econômica, política e social em relação aos homens.

A construção destes estereótipos traz como decorrência a construção da imagem de que somos seres inferiores, e alimenta um sentimento de impotência, com a finalidade de neutralizar-nos para uma possível reação. Tal imagem é reproduzida em toda a sociedade, tanto nos espaços privados quanto públicos. Segundo, o conceito de relações de gênero passou a ser adotado pelos movimentos feministas do mundo todo, justamente porque explicita que as construções de preconceitos ocorrem a partir das relações sociais entre homens e mulheres e é reproduzida a partir da manutenção destas, com todas suas nuances. Conseqüentemente, ao trabalharmos para alterá-las, tanto nos seus aspectos objetivos quanto subjetivos, estaremos desconstruindo mitos, dogmas, preconceitos e toda gama de discriminações que geram.

Terceiro, a questão da visibilidade sobre o significado e os papéis que ocupamos é relativa no transcorrer da história, atingindo maior ou menor grau de invisibilidade em decorrência do grau de estabelecimento da ideologia social dominante. Na atualidade, há hegemonia da ideologia capitalista neoliberal: calcada em valores como a exploração do ser humano pelo ser humano; do homem sobre a mulher; do controle da classe dominante sobre os meios de produção, de comunicação, de comércio, do sistema financeiro, do meio ambiente, para fins de exploração e lucro; e do acesso reduzido à rede de serviços de atendimento e proteção social, inerentes à concepção de Estado mínimo desta sua atual fase.

Esta mesma ideologia forjou e tenta manter, nas relações de gênero, sua marca de domínio, de opressão, traduzida em preconceitos e discriminações, que passamos a chamar de machismo. Este perpassa todas as instituições da sociedade contemporânea, do ocidente ao oriente, e todas as classes sociais, potencializado ao extremo, no caso das classes mais pobres, devido às demais explorações capitalistas. Configurando o perfil dos papéis das mulheres e dos homens em todas as suas instituições.

Podemos citar dois exemplos típicos, mas não exclusivos, onde estas manifestações ocorrem: o predomínio do papel repressor e reprodutor de dogmas conservadores de diversas instituições religiosas, nos quais a mulher é destituída do arbítrio sobre seu corpo, sobre sua autonomia e liberdade de decisão, para ser aquela que obedece aos ditames dos mesmos, incorrendo em pecado e culpa, caso não os obedeça. Esta lógica dominante inclui a família. Nesta, a farsa do "espaço natural de poder da mulher" oculta e remete para este lugar "do privado" e "do inviolável" todas as formas de exploração: do trabalho doméstico às duplas ou triplas jornadas de trabalho.

Espaço este que oculta todas as demais formas de violência doméstica, que vão das agressões físicas, às psicológicas, morais e patrimoniais.

As mulheres são, ainda, as que têm a tarefa de "educar" seus filhos à luz dos "bons" valores. E, caso não o façam, passam a ser as grandes responsáveis pelo que ocorrer de errado com os mesmos.

Nestes contextos, nossa sexualidade torna-se, conseqüentemente, esvaziada do sentido de prazer, de bem estar no mundo, de construção de uma relação saudável conosco e com outros. Desta forma, a mulher torna-se compelida a ser a expressão e a projeção do desejo do outro, e das expectativas construídas socialmente. Sociedade esta, contraditória e desigual, por isto mesmo fomentadora de uma moral hipócrita. Um grande número de mulheres torna-se deprimida a cada dia que passa: perda da auto-estima, da auto-confiança, da liberdade. Sofrem mutilações e mortes.

Esta mesma ideologia forjou e tenta manter, nas relações de gênero, sua marca de domínio, de opressão, traduzida em preconceitos e discriminações, que passamos a chamar de machismo.

Padecem de uma confusão interna por não conseguir corresponder à essas expectativas do mundo, quanto ao comportamento e a aparência que deveriam ter mas não tem.

Corpo e sexualidade refletem uma identidade que não corresponde, necessariamente, à ânsia de firmar-se enquanto um ser humano em condições de igualdade e de liberdade para expressar-se enquanto indivíduo pleno, capaz de amar, trabalhar e conhecer o mundo a partir de papéis autônomos e de relações que preservem sua sabedoria.

Ao longo dos tempos temos trabalhado na desconstrução destas situações e trabalhado, permanentemente, na construção

de novos valores como igualdade, solidariedade e a busca de uma democracia plena e radical: conceitos que forjam a base de uma nova ideologia, utópica, a ser perseguida e construída, de uma sociedade socialista.

A construção desta nova sociedade passa, indubitavelmente, pela alteração dos nossos papéis na sociedade e em todas as instituições que a compõem. Mas que, obviamente, aponta, também, para a transformação da sociedade como um todo, tendo como centro a disputa permanente com a ideologia hegemônica que a sustenta.

Temos em mente que o poder das instituições deriva do uso que fazemos delas e do quanto as mantemos. O poder daqueles que oprimem, alimentam as desigualdades de gênero, o preconceito e a discriminação também deriva do quanto mantemos este poder sem questioná-lo, sem desautorizá-lo, sem resgatá-lo para quem tem, de fato, como igual que é, o direito fundamental e inalienável à igualdade, à vida e à felicidade. Tal obra é, e sempre será, das próprias mulheres, apoiadas, de forma solidária, por todos aqueles homens que entenderem que "perder" o poder constituído é ganhar mais poder, de forma solidária, para uma vida melhor para todas e todos.

Temos, ao longo da história, desconstruído esta ideologia perversa de opressão, de discriminação e preconceitos com nossas lutas e elaborado e construído nossa nova identidade com vigor e força. Assim, resgatamos, para nós - mulheres, o poder que entendemos necessário para forjarmos uma nova mulher, um novo corpo e uma nova sexualidade, um novo jeito de estar no mundo: com respeito, autonomia e igualdade, preservadas as diferenças que nos fazem dividir, compartilhar, e não omitir, responsabilidades. A partir destes ideais, não perderemos de vista, jamais, a tarefa de construirmos uma nova ideologia e uma nova sociedade socialista, e não cessaremos nossa luta enquanto ainda existir uma única mulher, no mundo inteiro, que não seja plenamente livre. ☘



Psicóloga, militante da Marcha Mundial de Mulheres, formadora nas questões de gênero. Desenvolveu a oficina Corpo, identidade, e sexualidade, no curso Bem-me-quer, da Escola Sul da CUT.



QUALIDADE DE VIDA, CONSCIÊNCIA CORPORAL E SAÚDE

YOGA

É um estado de união a partir da consciência em RESPIRAR. O movimento que compõe o nosso corpo no ato de respirar é o mesmo que configura o movimento do universo. Ao iniciar a prática do yoga surgem transformações que desencadeiam mudanças internas, a começar por uma respiração consciente, usando técnicas que podem acelerar o processo de ampliação da consciência.

HATHA YOGA

A palavra significa "força". É uma das sete linhas clássicas do yoga, na qual desenvolve um sistema de técnicas psicossomáticas minuciosamente elaboradas que servem como um instrumento para transformação do corpo humano em um corpo divino.

As práticas de hatha yoga são compostas por: soltura articular, PRANAYAMAS (exercícios respiratórios), ASANAS (posturas psicofísicas), KRIYAS (técnicas de purificação), BANDHAS (controle muscular), MUDRAS (gestos reflexiológicos), harmonização dos CHAKRAS (centros de energia ao longo do corpo), RELAXAMENTO (yoga nidra) e MEDITAÇÃO (dhyana).

CUIDADOS PARA A PRÁTICA

- antes de começar a praticar as posturas de yoga a bexiga deve ser esvaziada, assim como os intestinos.
- o estômago deve estar vazio há duas horas.
- tome banho sempre antes das práticas
- vista roupas confortáveis
- durante todos os asanas a respiração deve ser feita apenas pelas narinas e não pela boca.
- as mulheres devem evitar as posturas invertidas no período menstrual.
- não sujeite os músculos e as articulações a um esforço ou tensão demasiados. Os asanas devem ser executados vagarosamente, de forma descontraída e com intensa percepção do corpo.

SOLTURA ARTICULAR

É um grupo de exercícios articulares com o objetivo de eliminar os gases do corpo, as toxinas das articulações e possibilitar o fluxo natural da circulação sanguínea e da energia vital (Prana). Os movimentos para soltura são nos pés, nas mãos, no pescoço, nos ombros, na cintura e nos joelhos.



Lúcia Helena Simas

Instrutora de Yoga e Terapeuta Ayurveda
Colaborou no Projeto Bem-me-quer com atividades de consciência corporal.

BENEFÍCIOS DA MEDITAÇÃO:

- Redução da pressão sanguínea
- Libertação das tensões musculares no corpo
- Diminuição dos batimentos cardíacos
- Redução do ritmo respiratório
- Redução do ritmo metabólico
- Diminuição no sangue do nível de ácido láctico
- Redução da secreção do suco gástrico
- Controle do sistema nervoso autônomo



PRANAYAMAS

São exercícios respiratórios que têm como objetivo aumentar a capacidade respiratória e expansão da energia vital.

Existem vários exercícios respiratórios, entre eles:

Respiração Coronária - indicada para problemas cardíacos;

Respiração da Abelha - prevenção de estresse e ansiedade;

Respiração Bhastrika - indicado para processos de depressão;

Respiração Nadi Shodhana - respiração alternada ou equilibrada a fim de limpar e purificar os nadis, que são canais de energia.

ASANAS

O nosso CORPO é um grande instrumento de energia. Para que ele seja saudável é preciso colocá-lo em atividade. A partir do momento que o yogui começa a fazer suas práticas é possível verificar seu desenvolvimento; aumenta a flexibilidade, o relaxamento e a profundidade em suas posturas físicas - chamadas de asanas. Os asanas mexem com os músculos, articulações e órgãos que pouco se movimentam, trazendo sensações agradáveis, massageando várias partes do corpo, interferindo no aparelho circulatório, no sistema nervoso, nos plexos, nas glândulas e ativando todos os chakras, o que garante ao praticante uma estimulação do nível de consciência.



CHAKRAS

Significam rodas, discos ou círculos. São centros de captação, armazenamento e distribuição de prana no corpo. Os principais são sete, que ficam ao longo da coluna vertebral e na cabeça. Eles são:

Muladhara - localizado na base da coluna, ligado às glândulas supra renais e ao sistema fisiológico genito urinário.

Svadhithana - localizado abaixo do umbigo, ligado às gônadas e ao sistema reprodutivo.

Manipura - localizado na região do abdome, ligado ao pâncreas e ao sistema digestivo.

Anahata - localizado na região cardíaca, ligado ao timo e ao sistema circulatório.

Vishudha - localizado no pescoço, ligado à tireóide e ao sistema respiratório.

Ajna - localizado na fronte, ligado à glândula pituitária e ao sistema nervoso autônomo.

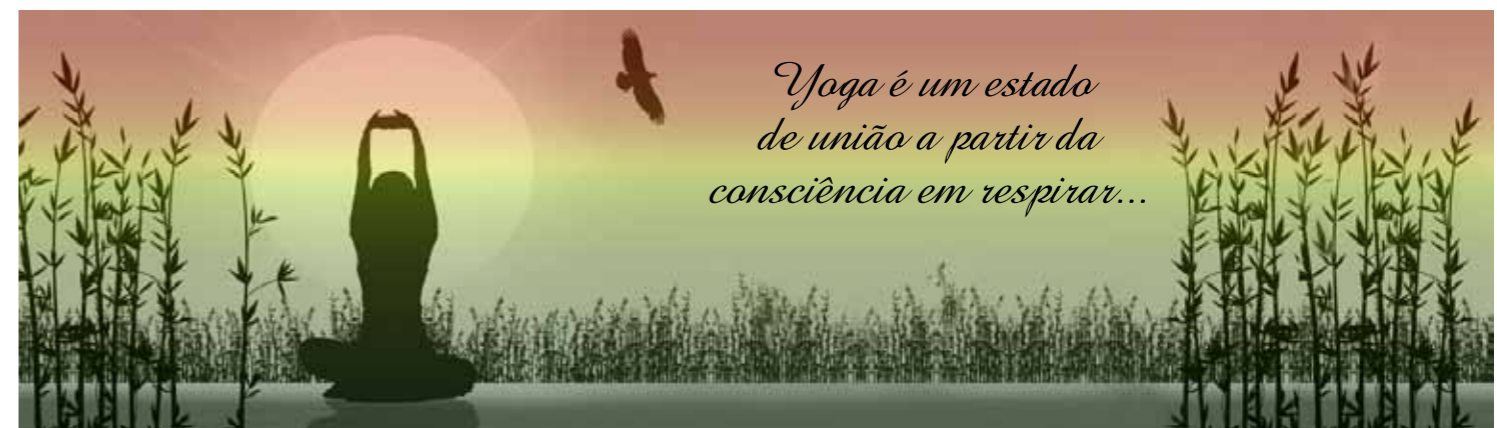
Sahasrara - localizado no topo da cabeça, ligado à glândula pineal e ao sistema nervoso central.

RELAXAMENTO (YOGA NIDRA)

É um método sistemático que induz um completo relaxamento físico, mental e emocional. Nidra significa sono (suspensão da consciência, da vida de relação, durante o qual o organismo se repara da fadiga).

MEDITAÇÃO (DHYANA)

É uma técnica que tem como objetivo aquietar a MENTE, desenvolvendo a ampliação da consciência e nos aproximando de Deus. DHYANA é o estado natural do ser. Neste estado totalmente relaxado, em serenidade completa, integrando corpo, respiração e mente leva o ser a um estado Uno. ☸



*Yoga é um estado
de união a partir da
consciência em respirar...*

“A diversidade deve ser tratada para além da inclusão do diferente, discutindo como ponto central a extinção dos mecanismos sociais culturais que transformam as diferenças em desigualdades...”



Secretária da Mulher da CUT-PR, é bancária e doutoranda em Sociologia pela UFPR.

Eliana Maria dos Santos

As mulheres sempre encontraram muitas barreiras no mercado de trabalho. Na antiguidade o trabalho era considerado indigno dos cidadãos, era reservado às mulheres e aos escravos, porque estes se sujeitavam às necessidades e o trabalho não tinha valor, portanto não-remunerado. Estas construções sociais da concepção e valorização do trabalho ainda continuam presentes hoje: gênero e raça constituem diferenças no espaço e na remuneração do trabalho.

Com o início da industrialização, principalmente têxtil, eram as mulheres e crianças o maior número de contingente de mão-de-obra nas fábricas brasileiras. Trabalhando em situações insalubres, com jornadas extensas, trabalho repetitivo e pouco remunerado as mulheres enfrentavam ainda o assédio sexual, o assédio moral e a resistência dos homens que consideravam a inserção das mulheres no mercado de trabalho fator predominante na redução dos empregos masculinos e na baixa remuneração, já que eram contratadas por salários inferiores. Com a mecanização do campo, o êxodo rural a urbanização e industrialização aceleraram-se e o mercado industrial passou a ser ocupado em grande parte pela mão-de-obra masculina, restringindo o espaço das mulheres a economia doméstica. Na década de 1980 podemos identificar profundas transformações no mundo do trabalho. Com a adoção de novos modelos de gestão diminuíram os trabalhadores nos locais de trabalho, o processo produtivo passou a exigir trabalhadores polivalentes, dispostos a cumprir metas e vendas de produtos e serviços. A exigência na excelência do atendimento e a polivalência - fator de qualidade cada vez mais valorizado levou a um aumento da participação das mulheres.

Com maior exigência na qualificação e nível de escolaridade as mulheres passam a ocupar mais espaços em vários setores. Porém esta participação, como demonstra vários estudos ficou reduzida a um papel secundário, com a exploração das habilidades e competências das mulheres em trabalhos repetitivos, nos postos intermediários onde predomina a venda de produtos. A habilidade das mulheres no trato com clientes, sem a devida valorização do seu trabalho, limitando os espaços na hierarquia e remuneração.

Exemplo disto é encontrado na categoria bancária, dados da pesquisa realizada pelo DIEESE (2001), intitulada *Os Rostos dos Bancários: Mapa de gênero e raça no setor bancário brasileiro*. Revela que mulheres representam mais de 45% da categoria; embora as mulheres tenham tido ascensão nos postos intermediários, isto não repercutiu em igualdade de remuneração; maior nível de escolaridade não refletiu em maior salário. Somente 11,60% das mulheres bancárias ganham mais de 20 salários mínimos, contra 20,79% dos homens. Cargos de diretoria são ocupados somente por 5% das mulheres contra 95% dos homens. As discriminações sexistas no setor bancário são visíveis: baixa remuneração, segmentação da ocupação em trabalhos repetitivos mais suscetíveis a doenças ocupacionais, evidenciando a perversidade a que são submetidas as mulheres.

São ainda as que mais sofrem com a violência dos chefes, sendo as principais vítimas do assédio moral e sexual. Mais acometidas pelas LERs/DORT - Lesões por esforços repetitivos e doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho, as mulheres acabam sendo vítimas de piadinhas e desqualificação.

Sapateiras, químicas, metalúrgicas, têxteis, entre outras encontram a mesma situação adversa.

O controle pela produção faz com que as ausências por conta de tratamentos sejam desqualificadas e injustificadas. Até mesmo a ida ao banheiro acaba sendo controlada, além do que as mulheres casadas e mães geralmente são penalizadas no setor,

com grande limitação de ascensão. É preciso identificar os fatores que levam a valorização diferenciada em que cada sexo e raça têm um peso distinto. Alguns estudos mostram diferenças de remuneração entre raça e gênero em funções iguais. Criam-se alguns mecanismos para justificar estas diferenças, como adotadas por alguns bancos, com letras de ascensão na função. Via de regra as desigualdades passam despercebidas, tendência em considerar diferenças biológicas, qualidades pessoais ou opções individuais as responsáveis pelas diferenças. O mito da democracia racial fortalece a resistência em reconhecer desigualdades de gênero e particularmente de raça.

No processo de divisão sexual do trabalho a técnica e as habilidades constituem mecanismos importantes na valorização da força de trabalho. No caso das mulheres as habilidades consideradas femininas, inatas, naturais são apropriadas pelo sistema de produção capitalista e desvalorizadas, pois parte do pressuposto de como são naturais, não houve o esforço de aprendizagem, portanto não há que considerá-las como valor de trabalho agregado, qualificado. Não há como negar a segmentação do trabalho feminino, estreitamente ligado à extensão das atividades privadas, o da responsabilidade pelo trabalho doméstico, educação, saúde, alimentação, assistência social, atendimento, cuidado com crianças e idosos, entre outros onde a predominância é feminina e de menor remuneração.

PAUTA FEMINISTA NA LUTA DAS TRABALHADORAS

A luta contra opressão de gênero tem encontrado forte eco na organização dos trabalhadores e das trabalhadoras, este acúmulo foi conseguido pela contribuição do movimento feminista. Colocou em xeque, principalmente ao movimento sindical, que a classe trabalhadora tem dois sexos, e que as mulheres são exploradas de forma mais intensa pelo capitalismo, além do que a responsabilidade pela reprodução social - o “capital social” - é exercido quase exclusivamente pelas mulheres sem nenhuma valorização. Entende-se por reprodução social as tarefas exercidas para manutenção da força de trabalho, que se resumem às tarefas domésticas, a limpeza das roupas, da casa, a alimentação, o cuidado da família, da criança, entre outras. Tarefas estas que chegam a consumir até vinte horas semanais, conforme estudos realizados por DEDECCA (2004).

Neste contexto o movimento feminista contribuiu profundamente para que a licença-paternidade fosse incluída na Constituição de 1988, colocando o debate sobre a responsabilidade paterna para a sociedade e para o movimento sindical. O que suscitou avanços nas negociações coletivas, com discussão sobre o direito à creche, a licenças e faltas para acompanhamento dos filhos em tratamento de saúde, entre outros.

A luta pela valorização e divisão das tarefas doméstica representa um debate fundamental para discutir o peso e o valor das funções. Não é justo que as mulheres respondam exclusivamente pela reprodução social e que sejam penalizadas no mercado de trabalho pelo fato de serem ou poderem ser mães. O fato da mulher gerar filhos não quer dizer que ela seja a única responsável por eles, algumas funções são insubstituíveis, mas outras podem e devem

Referências Bibliográficas

DEDECCA, C.S. Tempo, Trabalho e Gênero, mimeo, 2004.

DIEESE. *As mulheres nos Bancos*, São Paulo, 2004.

... *Os Rostos dos Bancários, mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro*, São Paulo, 2001.

... Reestruturação produtiva, Rio de Janeiro, 1997.

JINKINGS, N. *Trabalho e resistência na “fonte misteriosa” – os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

SEGNINI, L.R.P. “Feminização do Trabalho Bancário”, In: (orgs) Bruschini, Cristina; Sorj, Bêta Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil, São Paulo, Ed. Marco Zero, 1994.

ser divididas com os companheiros, com o Estado e também com o capital.

A responsabilidade pela maternidade não pode ser motivo para discriminação e limitação no setor produtivo, ao contrário devia sim ser reconhecido e valorizado, afinal de contas as mulheres são as responsáveis pela geração da mão-de-obra para o mercado. A campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário é um eixo fundamental para fazermos o debate das relações compartilhadas, no sentido de garantir maior qualidade de vida para os trabalhadores e trabalhadoras, principalmente para a família.

Outro elemento que envolve este debate também trazido pelo movimento feminista é a segmentação do mercado de trabalho, em que as atividades executadas pelas mulheres funcionam como extensão do trabalho doméstico, de arrumação, organização, ou seja, tarefas subordinadas, sem prestígio, sem poder de decisão. Como se as tarefas relacionadas ao poder, direção e execução e de maior prestígio fosse de competência dos homens. Vinculou-se razão como competência masculina e emoção como competência feminina, e a distribuição de cargos segue um perfil predeterminado em que estas competências limitam a participação dos sexos em determinada função. É preciso desconstruir estes estereótipos, pensar em seres humanos completos, capazes de desenvolverem razão e emoção, repensar os espaços de homens e mulheres na sociedade, e principalmente em que tipo de sociedade queremos.

A luta pela participação nos espaços sociais é histórica e continua nada fácil para as mulheres, o direito ao voto feminino foi uma conquista árdua de mulheres em todo o mundo, assim como o direito e a valorização ao trabalho é uma luta constante. A organização das mulheres no movimento sindical se torna fundamental pois é preciso participar dos espaços de decisão incluindo pauta de igualdade de oportunidades.

A temática da igualdade de oportunidades está tendo reflexos em diversas categorias. Mas, é preciso avançar além da moeda social, adotar programas não é apenas incluir pessoas e sim dar condições de oportunidades de trabalho e ascensão profissional, é adotar políticas com metas bem definidas. A diversidade deve ser tratada para além da “inclusão” do diferente, discutindo como ponto central a extinção dos mecanismos sociais culturais que transformam as diferenças em desigualdades. ❀

Mara Feltes

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras pela redução da jornada de trabalho está presente desde o início da história da sociedade capitalista, pois passou a ser um fator de extrema importância para os ganhos do capital. Se, por um lado, trabalhadoras e trabalhadores reivindicavam mais tempo livre, por outro, os capitalistas forçavam por jornada maior. Como resultado deste conflito, a jornada de trabalho foi reduzida ao longo da história, e nos diferentes países.

No final do século XIX, e ao longo do século XX, a questão da redução da jornada de trabalho esteve associada, principalmente, às melhores condições de vida dos trabalhadores e aumento do tempo livre, para dedicar à família, estudo ou lazer. Atualmente, porém, essa reivindicação se relaciona também ao combate ao desemprego.

Independente do motivo, indaga-se se a redução da jornada legal teria ocasionado aumento do tempo livre. Em um primeiro momento, a resposta parece óbvia: houve redução da jornada de trabalho e o tempo livre cresceu na mesma proporção. Mas, a situação atual indica que não é bem assim, pois somando todo o tempo dedicado ao trabalho, observa-se que sobra pouco tempo livre, uma vez que:

No final do século XIX, e ao longo do século XX, a questão da redução da jornada de trabalho esteve associada, principalmente, às melhores condições de vida dos trabalhadores e aumento do tempo livre, para dedicar à família, estudo ou lazer.

- a) a realização de hora extra atinge um longo período por semana;
- b) o tempo de deslocamento/transporte aumenta em função de mudanças como crescimento das cidades e a migração dos trabalhadores para as periferias¹;
- c) há necessidade de atividades de qualificação e são raros os casos em que este tempo é remunerado como tempo de trabalho;
- d) pode haver um segundo trabalho, seja emprego por tempo parcial ou como autônomo, devido à redução da remuneração fixa²;
- e) aumenta a execução de tarefas fora do local de trabalho, o que é facilitado pela utilização do fax, celular, notebooks e internet, possibilitando que os empregados sejam acionados a qualquer momento do dia e da noite e em qualquer local;
- f) há necessidade de soluções para o processo de trabalho, principalmente a partir da ênfase dada à participação de trabalhadoras e trabalhadores, que @s leva a permanecer “plugged” no trabalho mesmo estando distantes da empresa³.

“A luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo, é de extrema importância neste momento, tanto pela necessidade das sociedades de aumento do tempo livre e de melhoria na renda como pela possibilidade de criação de novos postos de trabalho, o que contribuiria a conquista de uma reivindicação histórica dos trabalhadores, por melhores condições de vida.”

Secretária de Mulheres da CUT-RS, Coordenadora Geral da Escola Sindical Sul, Secretária de Mulheres da CONTRACS.



Com todos estes elementos, o tempo gasto com atividades relacionadas ao trabalho é bem superior à jornada legal que, no caso do Brasil, é de 44 horas semanais.

Muitas dessas necessidades extras ocorrem em função da reestruturação do trabalho e do baixo crescimento, que passa a exigir cada vez mais tempo e qualificação dos trabalhadores. O medo do desemprego tem feito com que estes se submetam a essas novas exigências.

O contexto de crescente desemprego ameaça trabalhadores e trabalhadoras e seus representantes nas relações cotidianas e no processo de negociação, há pressões a favor da implementação de diversas mudanças, tais como o aumento da flexibilização, a redução dos salários, o aumento das horas extras, da jornada, o trabalho no final de semana, a redução do número de equipes, entre outros.

¹ No Brasil, o tempo médio de viagem - ida e volta - era de 1h58min. (Folha de São Paulo, 2002). Além disso, o fato de a legislação brasileira prever o pagamento do vale transporte, indica que há um entendimento social que esta é uma atividade relacionada ao trabalho. No entanto, o tempo gasto não é remunerado, ou seja, não é considerado como tempo de trabalho. Na França, de acordo com Guedj e Vindt, o tempo de transporte na região parisiense aumentou de 1h06min no ano de 1959, para 1h16, em 1974. Em uma semana de cinco dias representou um aumento de 50 minutos, o que absorve mais de 1/3 da redução da jornada semanal.

² Na França, por exemplo, a duração média da jornada de um trabalhador que tem vários empregos está em torno de 53 horas semanais ou mais, sendo que 14% trabalham mais que 70 horas semanais. (THOEMMES, 2000).

³ Conforme HIRATA (1986), esta gestão baseada na integração dos trabalhadores pela técnica da motivação e da participação requer um grande número de horas de atividades e estudo desenvolvidos fora das horas contidas na jornada de trabalho.

Um outro impacto negativo para a vida do trabalhador e de sua família tem sido a redução da incorporação da riqueza produzida socialmente, pois a relação entre produtividade, aumento salarial e redução da jornada, como ocorrida ao longo da história, passa por um grande retrocesso.

Assim, pode-se concluir que a luta pela redução da jornada de trabalho no Brasil e no mundo, é de extrema importância neste momento, tanto pela necessidade das sociedades de aumento do tempo livre e de melhoria na renda como pela possibilidade de criação de novos postos de trabalho, o que contribuiria a conquista de uma reivindicação histórica dos trabalhadores, por melhores condições de vida. Companheiras, colegas e amigas VAMOS AFIAR NOSSAS GARRAS como leões, tigres, feras que querem MAIS DO QUE DEFENDER DIREITOS querem AVANÇAR EM CONQUISTAS vamos reivindicar e lutar por:

- Redução da jornada sem redução de salário;
- Aumento real de salários com recuperação de perdas;
- Aprovação no congresso nacional da ratificação das convenções 151 e 158 assinadas pelo presidente Lula;
- Garantia de uma rede de apoio para a efetiva operacionalização da Lei Maria da Penha;
- Garantia do não trabalho aos domingos;
- Creches para os filh@s dos trabalhadores e trabalhadoras. 🌸

**AFIANDO NOSSAS GARRAS
DEFENDENDO DIREITOS,
AVANÇANDO EM CONQUISTAS**

O conceito de gênero toma importância nas análises sociais de diferentes orientações políticas, mas ainda é impreciso e em construção a não ser naquilo que é consenso e surgiu após muitos anos de luta feminista e de formulação teórica na tentativa de explicar a opressão das mulheres.

As primeiras pesquisadoras a utilizarem o conceito foram às norte-americanas e as inglesas. É um conceito que coloca o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino bem como os papéis sociais destinados a cada um. Essas relações são uma construção social, isto é, não estão determinadas biologicamente. A definição de masculino e feminino está associada ao que cada sociedade, em cada momento histórico define como próprio de homens e mulheres. A construção de gênero se dá em todas as esferas da sociedade: na economia, na política, na cultura.

As mulheres tiveram um papel importante no desenvolvimento das novas tecnologias, mas em razão do espaço público ter sido construído como universo masculino, a participação feminina ficou à margem da história oficial do desenvolvimento tecnológico. É importante considerar que nos primórdios da formação histórica das sociedades humanas, a mulher teve um papel decisivo na apropriação da técnica, pois os primeiros artefatos de pedra lascada, segundo Rose Marie Muraro, foram [...] úteis para cortar e processar vegetais, mas não para caçar animais de grande porte.” (1992, p.25).

Rose Mari Gomes



Rose Mari Gomes é Historiadora, Educadora da Rede Estadual de Educação-PR e Coordenadora administrativa-financeira da Escola Sul.

GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

É nestas comunidades primitivas que se dá a primeira divisão do trabalho com base na idade e no sexo (divisão sexual do trabalho). “Os seres humanos se qualificavam” e transmitiam o que aprendiam a futuras gerações, por meio de um processo de qualificação que coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho. Embora o modo como se qualificavam fosse único, considerando-se a divisão sexual do trabalho, pode-se afirmar a existência de, ao menos em parte, duas capacidades de trabalho, conformando a qualificação do trabalho dos homens e mulheres da coletividade. (SILVA, 2005 p. 46)

Com a hipótese da divisão sexual do trabalho nas sociedades primitivas passando pelo surgimento da propriedade privada, do excedente e do surgimento das classes segundo a função específica, estabelecemos um recorte histórico ao analisarmos as relações de gênero, educação e qualificação para o trabalho nas sociedades capitalistas especialmente a brasileira.

Com a divisão do trabalho no sistema capitalista no período compreendido como Revolução Industrial (século XVIII) e com o surgimento das manufaturas principalmente com a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual diferente do período feudal aonde o artesão tinha controle total do processo produtivo nasce o trabalhador assalariado. Este trabalhador não sendo mais dono do meio de produção vende sua capacidade para a realização do trabalho ao dono da fábrica agora detentor do processo produtivo.

No período descrito aparece também o trabalho assalariado feminino e infantil que passa do mundo

reprodutivo para intensificar a acumulação capitalista do mundo produtivo. E já aparece nos primeiros conflitos de classes antagônicas, diante das condições de trabalho e da apropriação dos donos dos meios de produção da riqueza produzida pelos que vendem sua capacidade para a realização do trabalho, a importância das mulheres que sofriam com aquele processo histórico diante dos preconceitos e das tradições da época.

No Brasil entramos neste sistema tardiamente diante das condições históricas próprias de nossa sociedade como o rompimento da condição de colônia de Portugal (Independência 1822), abolição da escravidão (em 1888) e proclamação da república (1889).

Com chamada Revolução de 1930, o debate sobre Educação Tecnológica esteve presente no Brasil, pois o rompimento do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial trouxe mudanças principalmente no ensino médio com a seriação. Necessitávamos naquele período de uma classe trabalhadora qualificada para o sistema industrial do período.

Surgem então na década de 1940 os Sistemas Nacionais de Formação Profissional: SENAI (Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). De 1930 até a atualidade a educação profissional brasileira conviveu com um ensino bastante heterogêneo reproduzindo uma sociedade desigual tanto no processo de urbanização como no meio rural.

Entre 1930 e 1960, as ocupações de maior qualificação se constituíram em núcleos limitados dentro do nosso mercado de trabalho... A política de educação profissional volta-se somente a algumas qualificações consideradas necessárias para o processo de industrialização. (DEDECCA, 2005. P.78)

O Brasil entre o período de 1960 a 1980 passa a conviver com um regime autoritário e com o processo de urbanização bastante acelerado. Basta ver os dados do IBGE em 1960 tínhamos 45,4% da população urbana e em 1980 67,7% da população brasileira está nas cidades e em 1996 era de 78%. O processo de urbanização impulsionou o acesso do ensino básico, mas a modernidade não mudou as estruturas da nossa sociedade. Na década de 80 temos uma sociedade econômica e social muito desigual.

A Constituição Federal de 1988 expressa uma vontade social de políticas públicas voltadas para a Educação. E com o debate a sobre a LDB (Lei de Diretrizes de Bases da Educação) novamente trava-se na sociedade uma disputa sobre formação técnico-profissional iniciado principalmente pelas mudanças na organização do trabalho.

A reestruturação produtiva introduzida pelas novas tecnologias e por novas formas de organização da produção, a globalização econômica capitalista e o neoliberalismo provocou mudanças significativas na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. (CARNEIRO, 1998).

Essas mudanças são acompanhadas pelo aumento significativo da inserção feminina no mercado de trabalho, considerada como uma importante transposição de barreira na medida em que as mulheres quebram os muros do mundo doméstico (universo típico feminino) para o mundo público. Entretanto:

É evidente que a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Mas – e isso tem sido central – o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho. (ANTUNES, 1999. P.110)

A realidade do trabalho com as inovações tecnológicas não aponta para a possibilidade da construção da sociedade mais igualitária. Cabe às mulheres as tarefas menos qualificadas apesar de terem mais anos de estudo formal, isto não contribui para ocuparem cargos de maior posição ou salários maiores. De acordo com PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) 1999, os homens recebem 68,7% dos rendimentos em salário e as mulheres receberam 31,3%. As mulheres trabalhadoras sofrem das consequências da modernização do mundo produtivo e da flexibilização das relações do trabalho. A sua mão-de-obra é muito utilizada através de jornadas parciais, contrato temporário, trabalhos em domicílio em condições precárias, perdas de direitos legais e baixos salários.

A questão que pode ser levantada diante deste quadro é a seguinte: o acesso à educação tecnológica possibilita uma relação de gênero mais humana no atual contexto da sociedade capitalista? Esta reflexão permite uma melhor compreensão das relações entre gênero e educação tecnológica:

Nossa reflexão aponta a necessidade de estudos sobre Educação Profissional e Tecnológica a partir das relações de gênero no contexto atual do capitalismo, caracterizado pela globalização da economia e o uso das novas tecnologias para definir conceitos e categorias necessárias à reflexão das relações de gênero e educação profissional e tecnológica e o papel da educação. O objetivo é de elaborar políticas públicas de educação profissional que contribuam para deter o processo de precarização e exclusão da atual etapa do capitalismo. ❁

Cena do filme Metropolis de Fritz Lang (1927)



[...] Indispensável, portanto, é a reflexão crítica para indicar caminhos e horizontes, para não se afastar do leito da condição humana e de sua libertação. No meio da avalanche de técnicas e mutações tecnológicas, é preciso mergulhar na permanência dos conceitos, não somente na formação profissional como qualificação para o trabalho, mas de retorno à totalidade do homem capaz de compreender o mundo técnico, social e cultural. (BASTOS, p. 2004)



Cena do filme Metropolis de Fritz Lang (1927)

REC ●

“...o fato de estarmos aqui (...) é o triunfo de muitas mulheres que nos antecederam: as visionárias, as bruxas, as sufragistas, as feministas e, sem dúvida, as poetas. Porque esta realidade foi utopia, como é utopia o que falta conquistar.”

(Maria Guerra)

Silvana Conti

Educadora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre, Ex-Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Coordenadora Geral do Fórum de Mulheres de Porto Alegre, Articuladora Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, Membro da executiva municipal e estadual da UBM.

29 de Agosto

Dia Nacional da Visibilidade Lésbica



No relatório “Fortalecimento das Mulheres: Medindo a Desigualdade entre os Sexos”, divulgado em JUNHO de 2005, pelo Fórum Econômico Mundial, sediado em Davos, o Brasil ocupa a posição de número 51 entre os 58 países pesquisados no ranking que mede a desigualdade entre mulheres e homens.

Nós, Mulheres que amamos Mulheres e fazemos sexo com Mulheres, acreditamos, e lutamos para construir um mundo:

- Sem pobreza, poluição, injustiça e corrupção;
- Um mundo que funciona para todas e todos, em todo lugar;
- Um mundo de igualdade e diversidade;
- Que respeita seu ambiente e as pessoas que o habitam. Onde os valores humanos, éticos e espirituais são mais importantes que as coisas materiais;
- Onde não exista nenhuma forma de discriminação por motivos de orientação, expressão e identidade sexual e onde os direitos das lésbicas e bissexuais sejam garantidos.

Lutamos:

- Contra os capitalismo, os fundamentalismos religiosos e heterossexistas e todas as formas de violência, discriminação, estigmatização e desrespeito.¹

Nossa luta precisa ser diária, para que realmente possamos combater as desigualdades e opressões existentes em nossa sociedade.

¹Trecho retirado da Carta de Princípios da Liga Brasileira de Lésbicas.

A pesquisa foi baseada em cinco indicadores:

- Diferença de remuneração entre os sexos para as mesmas funções de trabalho;
- Acesso das mulheres a cargos de alta remuneração;
- Participação política;
- Acesso à educação;
- Acesso à saúde.

A busca do respeito pela diferença e a promoção da felicidade devem ser vistos como fundamentais para a agenda social deste milênio. A questão não é ser Lésbica e sim, a lesbofobia que enfrentamos a cada dia, nessa sociedade regida pelo heteropatriarcado, pelo sexismo, pelo elitismo e pelos fundamentalismos que excluem e tão brutalmente destroem vidas e sentimentos, impedindo que nos expressemos livremente.

Compreendemos a exclusão social como uma forma variada de perdas de direitos básicos, que está associada à falta de acesso a bens e serviços em diferentes áreas, setores, segmentos, bem como à falta de acesso ou não existência de políticas públicas, referentes à geração de emprego e renda, a educação, saúde, cultura, assistência social, etc. Portanto, estar excluída é ter rompido um vínculo social.

É preciso considerar o processo de exclusão existindo a partir de determinadas opções ideológicas, de classe social, gênero, raça/etnia, orientação e expressão sexual, necessidades especiais, enfim, condições sociais e individuais exigidas para atingir as suas necessidades. Portanto, é um processo múltiplo que se compõe de situações de apartação de condições de autonomia do desenvolvimento humano, qualidade de vida, dignidade e igualdade de oportunidades e de direitos.

Nós, Lésbicas, temos que lutar pela nossa visibilidade e empoderamento, para que através dos movimentos sociais, possamos exigir políticas públicas que nos enxerguem, nos respeitem, nos contemplem e nos tratem com dignidade. Na área da Educação, acreditamos que desde a Educação Infantil, as crianças e adolescentes devem estudar, discutir, refletir, sobre as questões de gênero, classe, raça/etnia e orientação sexual, tendo continuidade destes conteúdos, todos os níveis de ensino.

Acreditamos que a educação, é uma das ferramentas de transformação desta sociedade que exige um padrão de “normalidade”, que acaba privilegiando quem é homem... branco... que tem dinheiro... que tem um padrão estético de beleza exigido pelas passarelas da moda vigente: alto/a, magra/o, “boa aparência”(isto significa ser branca, magra e de cabelos lisos).

Até quando vamos ser coniventes com esta hipocrisia que classifica as pessoas pela cor, pelas propriedades que possui e pela sua orientação sexual?

Na área da saúde, até quando todas as mulheres serão tratadas como heterossexuais?

Entendemos que as/os profissionais devem estar capacitados/as e sensibilizados/as, para que as Lésbicas e Bissexuais se sintam acolhidas, visíveis, fazendo parte daquele espaço.

Na área da assistência social, que tipo de organização familiar tem direito aos benefícios do governo? Duas Mulheres que vivem juntas recebem a bolsa família? Temos muitas lutas, mas a mudança da Constituição Brasileira no que se refere ao conceito de família, em nossa avaliação, deve ser efetivada com urgência: “... Art.226 – Instituição composta por pessoas independente da orientação sexual...”

Enquanto a mudança não acontece, a exclusão continua, pois a família reconhecida é aquela composta por um homem e uma mulher. Estamos vivendo um momento político, onde temos que aglutinar forças, construir estratégias que reconstituam e resignifiquem os laços e vínculos sociais, pautadas em práticas solidárias e coletivas na perspectiva de um projeto alternativo, transparente, ético e revolucionário.

Até quando só os casais heterossexuais poderão adotar filhos? Quando teremos o direito à licença maternidade?

No século XXI, a questão da violência contra a mulher parece assumir espaço crescente nas agendas sociais dos governos nacionais.

A Declaração de Beijing (1995), por exemplo, é o resultado de um evento singular, que marca o coroamento de uma luta iniciada pelas feministas décadas antes, e que instaura definitivamente um espaço internacional para o debate sobre as questões de gênero. Neste documento, a prevenção e a eliminação de “todas as formas de violência contra as mulheres e as meninas” é sugerida como valor máximo.

A violência contra nós mulheres lésbicas, todavia, parece ainda constituir segmento secundário de interesse. A Organização das Nações Unidas, na década de 90 do século passado, intensificou os esforços no sentido de construir, conjuntamente com representantes das mais diversas áreas dos governos e da sociedade civil organizada, uma agenda social que levasse em conta questões como a promoção da liberdade e da igualdade de gênero e a luta contra a violência sofrida pelas mulheres.

Desde a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), e com a recente Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra A Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994), e também as Conferências de 1993 (Conferência Mundial sobre Direitos Humanos - Viena), de 1994 (Conferência Internacional de População e Desenvolvimento - Cairo) e as de 1995 (Conferência de Cúpula para o Desenvolvimento Social - Copenhague; e a Conferência Mundial sobre a Mulher,

Desenvolvimento e Paz - Pequim), diversas plataformas de ação têm sido sugeridas para essa nova agenda social.

Em 2005, no 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, o segmento de Lésbicas, obteve lugar de destaque. A questão da Lesbianidade foi pautada como um dos eixos principais. No dia 11 de Outubro aconteceu os Diálogos Complexos com o tema: Feminismo e Lesbianidade: Sexualidades e Democracia Muitas Lésbicas Feministas, e a maioria das presentes ao encontro, aprovaram a inclusão das Transexuais no próximo encontro, que será realizado no México, em 2008.

Os Encontros Feministas foram cenários de debates fundamentais para o feminismo e o movimento social das mulheres nestes mais de 20 anos. Por exemplo: A definição do 25 de novembro como data de luta contra a violência à Mulher aconteceu no 1º Encontro (Colômbia, 1981). O 28 de Setembro, Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, foi criado no Encontro de 1990, realizado na Argentina.

Os Encontros também trataram de discussões-chave para o feminismo, a partir dos anos 90:

- A relação do feminismo com os diversos movimentos sociais;
- Globalização, exclusão social e justiça de gênero;

As questões da inclusão e da expansão do movimento feminista, pensadas a partir da crítica ao feminismo realizada pelos movimentos de Lésbicas, Negras, Jovens, etc.

Tais iniciativas têm buscado constituir um conjunto de princípios gerais a partir dos quais sociedades mais igualitárias possam se autogerir. O direito de decidir sobre a nossa vida, nossos corpos, nossos amores, nossos prazeres, nossa felicidade, não interessa para quem quer manter os padrões hipócritas desta sociedade Lesbofóbica que exclui, humilha e marginaliza quem tem a coragem de “saber a dor e a delícia de ser o que é...”

COMO SURTIU O DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA

O Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) é um espaço fundamental de debates e que pretende contribuir na construção de uma sociedade com igualdade de direitos e respeito às diferenças. Sua realização constitui um momento de fortalecimento da nossa organização política e de dar visibilidade a nossa luta e a nossa condição sexual.

O SENALE surgiu da necessidade de se ter um espaço no Brasil onde a questão específica das lésbicas pudesse ser discutida de uma forma mais ampla e democrática, já que o espaço dos encontros mistos se mostrava insuficiente. Muitas lembram do I SENALE que aconteceu no Rio de Janeiro, em agosto de 1996 e que teve como eixo de discussão o tema: "Visibilidade, Saúde e Organização".

Esse Seminário marcou uma nova página na história da organização das Lésbicas no Brasil e a conquista de um espaço de discussão voltado exclusivamente para as Lésbicas. A partir deste dia, constituímos o 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Desde então, a cada ano nesta data simbólica vamos às ruas, com as nossas bandeiras para exigir respeito a nossa cidadania, políticas públicas e absoluto respeito à nossa forma de amar.¹

Em Maio de 2006, aconteceu o VI Seminário Nacional de Lésbicas, no Recife. O tema central do VI SENALE foi "Movimento de Mulheres Lésbicas como Sujeito Político: Poder e Democracia". Nas mesas principais discutimos as seguintes questões:

- Movimento de Mulheres Lésbicas, Políticas Públicas e Controle Social;
- Mídia e Visibilidade Lésbica;
- Lésbicas e Programa Brasil sem Homofobia;
- Plenária Final/ Construção de Agenda Política do Movimento de Mulheres Lésbicas.

Abordamos com profundidade a questão do Movimento de Lésbicas enquanto sujeito político, entendendo que precisamos cotidianamente lutar para garantir nossa existência, a fim de exigirmos respeito e ações efetivas do poder público em relação as nossas especificidades.

¹Trecho retirado do Texto: Rumo ao VI SENALE, escrito por Carmen Luiz, Lurdinha, Rita Quadros e Silvana Conti.

A constituição da esfera da política foi historicamente realizada como um domínio dos homens. Estamos construindo um movimento político que confronte a relação entre liberdade pública e dominação privada, o que já traz uma exigência de radicalidade no sentido de pensar democracia não só como um sistema político, mas como uma forma própria de organização da vida social.

Para a construção do sujeito político, conhecer e agir, são dimensões inseparáveis. A produção do conhecimento é também uma esfera da dominação masculina. Dominação simbólica, diretamente voltada para reprodução da dominação e da exploração material, patriarcal e capitalista.

Existe no movimento de Lésbicas e Bissexuais, uma diversidade de organizações, grupos, concepções, métodos, lutas; e também desigualdades entre as Lésbicas e Bissexuais. Somos de classes desiguais, empregadas, desempregadas, profissionais do sexo e de diversas áreas, raças diferentes, as negras e outras etnias são muito mais discriminadas, somos ciganas, deficientes, urbanas, rurais...

Enfim, sofremos opressões múltiplas: de classe, gênero, raça, deficiências, geracional, orientação sexual...

Precisamos viver os conflitos internos do movimento, enfrentando democraticamente nossas concepções e métodos.

Também precisamos buscar alternativas para lutarmos juntas nas questões que nos aproximam, convivendo com as diferenças do que não nos é comum.

Acreditamos que todas desejamos exercer o direito de sermos sujeitos políticos, todas lutamos contra a Lesbofobia. Nosso desafio é buscar relações transparentes, democráticas, solidárias, não aceitar a ideia que os fins justificam os meios. Não necessitamos buscar uma totalidade, ou instaurar modelos fechados. Precisamos exercitar a capacidade de enfrentarmos as diferenças e conflitos, de forma respeitosa.¹

¹Trecho retirado da fala no VI SENALE

Referências Bibliográficas:

Engendrando um novo feminismo - Mulheres Líderes de Base

Revista Projeto Olhares - Ação para Visibilidade Lésbica em Porto Alegre/ 2003

A Justiça e os Direitos de Gays e Lésbicas. Jurisprudência Comentada. Organizadores: Célio Golin, Fernando Pochay, Roger Raupp Rios - Nuances.

DINÂMICAS

Título: Flores

Objetivo: Apresentação de grupos, aprofundamento do conhecimento interpessoal, trabalho com auto-estima.

Material: Folhas em branco ou tarjetas, pincéis, canetinhas, lápis de cor.

Passos: Cada participante é convidada a desenhar uma flor com a qual se identifica. A partir disso cada pessoa tem três minutos para contar a história de seu nome e sua trajetória pessoal. As flores podem ser organizadas conjuntamente, formando o "Jardim da Turma".

Fonte: Vera Gasparetto – Escola Sul



Título: Dança das Cadeiras da Inclusão

Objetivo: Descontração, quebra-gelo, integração grupal.

Material: Cadeiras colocadas num círculo, viradas para fora, música.

Passos: Na brincadeira tradicional, as pessoas são excluídas juntamente com a cadeira. Nesta brincadeira somente são excluídas as cadeiras. As pessoas sentam uma no colo das outras, permanecendo todo o grupo na roda até o final, quando restarem só três cadeiras.

Fonte: Dulcinda – APP Sindicato - PR

Título: Máscaras

Objetivo: Aquecimento e sensibilização para o desenvolvimento de conteúdo sobre gênero, sexualidade, identidade, papéis sociais.

Material: Colocar no centro da sala cartolinas, revistas velhas, papel crepom, cola, tesoura, pincéis e canetas variados. Usar música de fundo.

Passos: Pede-se às participantes para passearem pela sala em silêncio, ao som de uma música. Após alguns minutos são convidadas a encontrarem-se naturalmente com uma das colegas, sem falar. Em seguida a colaboradora, pede a cada uma das mulheres confeccionarem uma máscara para a sua companheira de dupla. Depois da entrega das máscaras, cada participante a coloca sobre o rosto e anda pela sala, olhando para as demais colegas e sendo observada. A facilitadora orienta que cada uma pode fazer o que quiser com sua máscara. Após é feito um apanhado sobre as impressões de cada uma sobre essa vivência, para a partir dele dar continuidade ao conteúdo.

Fonte: Magda Flores



Título: Como foi o dia

Objetivo: Avaliação do dia com expressão corporal.

Passos: A turma fica em círculo e pede-se para cada pessoa ir até o centro e expressar com seu corpo a avaliação do dia.

Fonte: Vera Gasparetto – Escola Sul

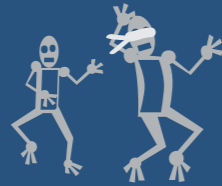
Título: Gata Cega

Objetivo: Criar relações de confiança e segurança no grupo

Material: Vendas para os olhos

Passos: Pede-se a turma para formar duplas. Uma pessoa da dupla tem seus olhos vendados, e a outra a conduz pela sala, entre os obstáculos formados pelas cadeiras. Após cinco minutos inverte-se a posição. Ao final reflete-se sobre a sensação de conduzir e ser conduzida.

Fonte: Magda Flores

**Título: Realejo**

Objetivo: Encerramento de atividades, despedidas, reflexão.

Material: Mensagens diferentes para cada participante, relacionadas aos temas do curso.

Passos: Cada participante retira de uma caixa uma mensagem para ser lida em silêncio. Após uns minutos de reflexão, é convidada a compartilhar sua mensagem.

Fonte: Vera Gasparetto - Escola Sul

**Título: Caldeirão das Bruxas**

Objetivo: Recuperar o ritual de convivência das mulheres. Troca de saberes, afetos e impressões. Pode ser utilizada no decorrer ou ao final de uma atividade.

Material: Panela com água quente, saquinhos de chá, concha e copos.

Passos: As companheiras são convidadas a formar um círculo, no seu centro é colocada a panela (ou caldeirão) de água quente, para cada uma é distribuído um saquinho de chá juntamente com o nome de uma companheira. Cada uma coloca seu saquinho de chá, expressando uma palavra (ou palavras) sobre o significado do ritual. Em seguida uma a uma revelam o nome da pessoa que pegou oferecendo-lhe o chá.

Fonte: Gladis Gassen

**Título: Girando**

Objetivo: Comunicação, integração e quebra-gelo.

Passos: A turma organiza-se em dois círculos, de forma que todas permaneçam em duplas frente-a-frente. Conforme o círculo de fora girar para direita forma-se nova dupla. A companheira do círculo interno fala: *me apresento, te cumprimento, te abraço e dou espaço.*

Fonte: Equipe de Animação – Curso Bem-me-quer

**Título: Diário de Bordo**

Objetivo: Despertar a reflexão, a escrita e a elaboração das participantes em percursos formativos mais longos (dois a três módulos).



Material: Caderno.

Passos: Entregar ao grupo os cadernos. Solicitar que a turma escreva sobre um assunto que foi tratado e que mereça uma reflexão pessoal. A cada dia são sorteadas algumas pessoas para ler os seus escritos no "Diário de Bordo".

Fonte: Vera Gasparetto - Escola Sul

Título: Nossas Heroínas

Objetivo:

Sensibilização e aquecimento para abordagem sobre os seguintes conteúdos: história das mulheres, gênero – mulheres, identidade, sexualidade, diversidade.

Material: Música de fundo.

Passos: O grupo é convidado a formar uma roda dando-se as mãos. Dá-se um tempo para cada participante lembrar de uma mulher que marcou sua trajetória de vida. Após, cada participante apresenta a mulher que marcou sua história.

Fonte: Ariane Meireles

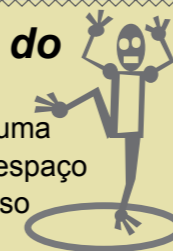
**Título: Ocupação do Espaço**

Objetivo: Proporcionar uma organização coletiva do espaço de trabalho e compromisso com o bom andamento da atividade.

Material: Material de trabalho, cadeiras, mesas, recursos para enfeitar a sala.

Passos: Lacrar a sala de aula por fora com papel pardo. Dentro da sala está o material de trabalho, os móveis, tudo desorganizado. O grupo é desafiado a organizar a sala de acordo com suas características, seu jeito, vontade e gosto.

Fonte: Gladis Gassen

**Título: Bolsa de Mulher**

Objetivo: Sensibilização e aquecimento para abordagem sobre os seguintes conteúdos: gênero – mulheres, identidade, sexualidade, diversidade.

Material: Música de fundo.

Passos: Cada participante pega um objeto entre seus pertences que expresse o significado e expectativa do curso. Cada uma tem dois minutos para falar. A coordenação pode relacionar as falas ao programa da atividade.

Fonte: Gladis Gassen

**Título: Mulheres e Educação**

Objetivo: Refletir e aprofundar o debate sobre o sistema educacional.

Material: Tarjetas, pincéis, flip-chart.

Passos:

- 1) O coletivo de trabalho organiza-se em dois grupos para conversar sobre sua vivência educacional, o modelo de educação (atual e do passado).
- 2) Cada grupo sistematiza suas idéias e apresenta em forma de dramatização (10 minutos para cada um dos grupos apresentar).
- 3) Após inicia o debate sobre espaços educativos, formação para as mulheres, formação sindical, que valores permeiam a educação no cotidiano e no sistema educacional, especialmente em relação ao lugar das mulheres na sociedade.

Questões para provocar o debate:

- a. Que espaços educam? Quem educa?
 - b. Quem são nossos educandos/as?
 - c. Quais valores devem permear a educação?
 - d. Que educação temos e que educação queremos?
 - e. Que sociedade que temos e que sociedade queremos?
 - f. O que entendemos por educação? (informação/formação)
 - g. Como trabalhar a educação com mulheres?
- 4) A coordenação do trabalho resgata com o grupo metodologias para o trabalho com mulheres e qual é metodologia de educação da CUT.

Fonte: Vera Gasparetto – Escola Sul



Título: *Dinâmica da Linha do Tempo*

Objetivo: A linha do tempo é uma dinâmica que contribui para a construção coletiva do conhecimento sobre história. Dizer quem teve a ideia de usar essa técnica ninguém sabe, mas ela é muito importante para o trabalho da educação popular que busca uma abordagem histórica para além da *decoreba* que aprendemos no espaço escolar. Mais do que saber a data em que “descobriram” o Brasil, é preciso saber os bastidores do fato e seus impactos sociais, políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Para reinventar o mundo é preciso conhecer a história da classe trabalhadora e da humanidade com um fazer coletivo. Existem formas diferentes de aplicação dessa dinâmica. Aqui estamos fazendo uma adaptação e suas diferentes possibilidades. Aos que chegam e aos que virão, fiquem a vontade para transformá-la para multiplicar cada vez mais o trabalho de formação.

Material: Papel pardo, tarjetas de diferentes cores, pincel atômico, fita adesiva.

Tempo: a dinâmica pode ser adaptada de acordo como tamanho, realidade e possibilidade do grupo, mas o mínimo é de 4 horas.

1º Passo:

Montar a linha do tempo com papel pardo de cerca de 4 metros.

Colocar ao longo do papel pardo os tempos com espaços entre eles para colar as tarjetas embaixo e ao lado:

Ex.: antes - **século XIX** - **século XX** - anos 10 - anos 20 - anos 30 - anos 40 - anos 50 - anos 60 - anos 70 - anos 80 - anos 90 - **século XXI** - 2001 - 2002 - 2003 - 2004 - 2005 - 2006 - 2007 - 2008 - Futuro

2º Passo:

Distribuir aos participantes quatro tarjetas de cores diferentes¹ (vamos usar aqui como exemplo as cores **azul, amarela, verde e rosa**).

- Pedir para preencherem todas as tarjetas de acordo com o seguinte exemplo:

- Tarjeta AZUL: fatos que marcaram o PESSOAL.

- Tarjeta ROSA: fatos que marcaram TRABALHO.

- Tarjeta AMARELA: fatos que marcaram MILITÂNCIA.

- Tarjeta VERDE: fatos e acontecimentos da história da HUMANIDADE.

3º Passo:

Cada pessoa do grupo tem um tempo (a ser combinado antes) para contar a história das suas tarjetas. A coordenação ou alguém do grupo fica na Linha do Tempo colando as tarjetas de acordo com a data.

4º Passo:

Após a rodada de apresentação é interessante construir uma análise com o grupo, observando s seguintes aspectos:

- Cada pessoa aqui enxerga-se na história? Como nossas histórias pessoais cruzam-se com a história da humanidade, da classe trabalhadora das mulheres?
- Aspectos objetivos e subjetivos das histórias pessoais que se cruzam com a luta pelo desenvolvimento da sociedade.
- As trajetórias pessoas feitas de escolhas, buscas, desafios, dificuldades e oportunidades. A história da classe que se revela a partir de cada trajetória na busca de uma vida melhor.
- Luta de classes: a história marcada pelo permanente conflito e luta.

5º Passo:

Trabalho em grupo para ler textos sobre história. Nesse momento a turma é organizada em pequenos grupos para aprofundar os conhecimentos. Os textos escolhidos pela coordenação variam de acordo com o objetivo e intenção de cada atividade.

1932

*Conquista do voto feminino
no Brasil*

¹ São quatro cores diferentes, mas as quantidades por tema (3 de cada cor por exemplo) podem variar de acordo com o número de participantes.

>>>



História de Luta da Classe Trabalhadora – Cada grupo pode ler um período e colocar em tarjetas (no formato acima) os fatos que consideram mais relevantes. Outra sugestão é que cada grupo estuda textos sobre **diferentes aspectos históricos, de acordo com o objetivo da atividade, e apresenta na Linha do Tempo**. Observe algumas sugestões possíveis¹:

- História de lutas das mulheres
- História da juventude
- História da comunicação
- História da saúde
- História d@s Negr@s
- História da educação
- História do movimento de luta pela terra
- História do desenvolvimento
- História do Brasil
- História da humanidade
- Transformações no mundo do trabalho
- História do Sindicato
- História do combate à homofobia
- História da comunidade
- História do Grupo
- E muitas outras possibilidades...

6º Passo:

Após a apresentação dos grupos é feito o debate.

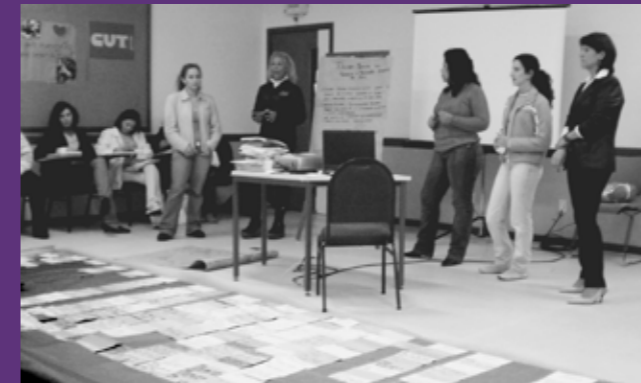
Algumas sugestões de questões para reflexão:

- O que o grupo observa a partir das apresentações?
- Quem são os sujeitos da história?
- O que mais chama a atenção na história da classe trabalhadora?
- O que é mais importante: acontecimentos, fatos ou datas?

Fonte: Atividades de formação na CUT e na Educação Popular.

Sistematização: Vera Gasparetto - Escola Sindical Sul.

¹ É muito importante selecionar os aspectos históricos de acordo com a realidade do grupo com quem irá trabalhar.



Ensino

Adélia Prado

Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo.
Não é.

A coisa mais fina do mundo é
o sentimento.

Aquele dia de noite, o pai
fazendo serão,

ela falou comigo:

"Coitado, até essa hora no
serviço pesado".

Arrumou pão e café, deixou
tacho no fogo com água quente,

Não me falou em amor.

Essa palavra de luxo.

Profissão: Mulher

Ana C. Pozza

Do lar?!

Só se for dinheiro

Recheando a minha carteira!

Eu sou mulher!

Mulher por inteiro.

Mulher inteira

Prefiro ser

Louca,

Des-va-i-ra-da

A ser

Isaura,

Mulher escravizada!



Imagem Suzana Pires



“Olhe de novo:
 Não existem brancos
 Não existem amarelos
 Não existem negros
 Somos todos arco-íris”

(Ulisses Tavares)

Embora se esteja vivendo os primórdios do terceiro milênio, e a luta por transformações nas relações de gênero, de raça/etnia e de classe social tenha atingido avanços significativos no final do século vinte, ainda é preciso lutar para que as modificações se efetivem. O retrato formulado pelas estatísticas ainda é preocupante, revelando através de número a dura realidade da desigualdade.

Segundo os dados estatísticos as mudanças nas relações sócio-econômica, política e cultural ocorridas principalmente na última metade do século XX foram importantes, mas não realizaram transformações em estruturas importantes como o sexismo, o racismo e a exclusão social. Em nosso país esta perversa realidade é responsável pela situação de vulnerabilidade em que se encontra a maioria das mulheres negras brasileiras. >>>

No Brasil, as mudanças ocorridas no plano político, por exemplo, onde a democracia, aponta para contínuos exercícios do direito de eleger representantes nos três níveis: Federal, Estadual e Municipal, não significa que vivamos em perfeito estado democrático. A democracia pressupõe o efetivo exercício do ir e vir. Isto não é uma realidade verdadeira para a população afrodescendente.

As mulheres negras têm cidadania inconclusa. As mulheres estão em pequeno número nos espaços de representação política não atingindo a cota de 30% estabelecida em lei. No que se refere às mulheres negras o quadro de dificuldades aumenta. Ressalta-se que a situação sócio-econômica, política e cultura das mulheres negras, no geral, é ruim. Encontramo-nos abaixo da linha da pobreza, possuímos uma baixa escolaridade e estamos >>>

em situação de exclusão social.

Nós mulheres negras, neste início de século, ainda carecemos de políticas públicas em relação à saúde (tratamento e identificação de doenças específicas); à saúde mental; ao tratamento de DST/HIV/AIDS; à violência sexual e racial; ao trabalho; à educação e a habitação. Além das violências já citadas, as mulheres negras são agredidas pela violência ideológica que se manifesta na negação da sua identidade. Sofrendo a imposição dos padrões estéticos brancos. Somos vítimas de exploração sexual e comercial da nossa imagem, principalmente nos meios de comunicação. As adolescentes negras são vítimas de exploração, servindo para nutrir o turismo sexual e tráfico de mulheres. No mercado de trabalho, as mulheres negras detêm as maiores taxas de desemprego e permanecem mais tempo desocupadas.

25 DE JULHO - DIA DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

Maria Noelci Homero

De acordo com a médica feminista, Fátima Oliveira, quando em 1992, em San Domingos, na República Dominicana, no I Encontro de Mulheres Negras Latino-americanas e Caribenhas, definimos o 25 de julho como o **Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha**, o fizemos com o propósito de construir um alerta visível para dizer ao mundo que nós, as negras da América Latina e do Caribe, existimos e vivemos em condições de opressão de gênero e racial/étnica singulares, o que implica em demandas próprias. O **Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha** demarca que rompemos, para sempre, com os mitos “da mulher universal”, da “sororidade entre as mulheres” e da “sororidade entre os negros.” De 1992 para cá, temos tentado consolidar a data.

É necessário construir uma data para simbolizar quem somos e como vivemos enquanto negras. Um outro ponto que urge considerar é que o feminismo da América Latina e do Caribe, incluindo o brasileiro, ignora o inteiro teor da luta anti-racista e não se deu conta que, em países como o Brasil (maior população negra fora da África e segundo maior país negro do mundo – só perde para a Nigéria), no qual metade das mulheres são negras, a não incorporação da perspectiva anti-racista pelo feminismo entrava seus propósitos libertários. Cabe ao feminismo regional assumir a data ou dizer que o enfrentamento ao racismo não lhe interessa. No Brasil, fora uma ou outra ONG feminista negra, que de 1993 para cá, esporadicamente, relembra a data, pouco se fala sobre o assunto.



Maria Noelci Homero
 Coordenadora da Regional Sul da Rede Feminista de Saúde e da ONG Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras.

Contatos:
www.mariamulher.org.br
mariamulher@mariamulher.org.br

As negras chegam a receber rendimentos 55% menor que os salários das mulheres brancas e constituem a maioria das trabalhadoras do mercado informal. Além disso, exercem as ocupações consideradas de menor qualificação, como o de trabalhadora doméstica (56% segundo PNAD, 1999 pesquisa nacional de amostra de domicílios).

Na esfera de representação política, a mulher negra está longe de atingir os espaços institucionais de poder. A mulher negra, na sua grande maioria, está fora da escola, sem nenhum acesso à informação tecnológica. >>>

Freqüentam escolas públicas sucateadas e que não têm o menor compromisso com a diversidade cultural e com a promoção da igualdade de direitos. O Brasil, de acordo com o índice de desenvolvimento de gênero, IDG (relatório de desenvolvimento humano elaborado pelo PNUD), ocupa a situação de septuagésimo nono (79º) lugar entre 143 países, no que se refere aos indicadores de desigualdade entre sexos. Quando se refere à população negra, o Brasil no recorte gênero, raça/etnia fica em nonagésimo primeiro lugar (91º). No IDH de 2002, em 65º.

TRANSFORMAR A SOCIEDADE

Adriana Maria Antunes de Souza



Segundo Sueli Carneiro “a coexistência do racismo com a ideologia machista empurra a negra para os últimos degraus da escala social”.

Porém, mesmo com essa barreira, a mulher negra vem se impondo em nossa sociedade. Intensifica-se a luta da negra, pelas questões específicas, juntamente com a luta da mulher pela garantia de direitos e do negro pela igualdade racial. No movimento feminista levanta a bandeira de reivindicações específicas, no movimento social de negras e negros especificidades enquanto mulher.

Enquanto são barradas em clubes, hotéis, restaurantes as mulheres negras se mobilizam para ocupar espaços dignos e de decisão no cenário da sociedade brasileira.

Existe hoje o resgate histórico da participação da negra desde a sociedade anterior ao escravismo, de resistência a escravidão e na sociedade de hoje como trabalhadora, educadora, mãe, ativista em todos os níveis de poder:

- Rainha Hatshepsut, que quase 2000 A/C governou o Egito;
- Rainha Makeba Oubsheba de Axum, Etiópia, 960 A/C;
- Cleópatra, do Egito, nascida 69 A/C;
- Rainha Candace, do Sudão, que enfrentou o exército de Augusto César;
- Rainha Ginga, de Angola morta em 1663;
- Luiza Mahin, Anastácia, representantes das religiões de matriz africana, negras em cargos eletivos, integrantes de organizações de mulheres negras.

As mulheres negras brasileiras se organizam em fóruns, articulação de ONGs e em redes, na luta contra a discriminação de gênero e étnica/racial. ❀

A formação é considerada um dos pilares fundamentais no movimento sindical. É com formação sindical que se dissemina opinião, se cria consciência. O objetivo desse artigo é o de problematizar. Fazer com que pensamos, discutamos, refletimos para termos uma posição.

Nós mulheres que estamos fazendo a história no século XXI, não podemos deixar de dispensar um olhar especial para tudo o que se construiu até então. Não podemos esquecer as mulheres que iniciaram o processo de rebeldia, de não aceitar as condições impostas pela cultura machista.

No II Congresso Nacional da CUT (CONCUT), em 1986, foi criada a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, graças à mobilização de um processo de organização que estava se construindo no movimento sindical. Desde então, as mulheres foram cada vez mais se fortalecendo, ampliando a discussão em torno do tema da inclusão das mulheres nos espaços de trabalho, na sociedade e no movimento sindical, sempre a partir de muita disputa.

Precisávamos sensibilizar os homens para que compreendessem nossa luta e se juntassem a nós. Antes disso precisávamos, nós mulheres, entender nosso papel na sociedade.

Nesse momento histórico as mulheres precisam ter clareza da importância da sua organização e a necessidade de mobilização para que possam galgar seus objetivos. As mulheres devem estar preparadas para os desafios que são postos a elas.

Para uma mulher ocupar um espaço não basta ela ter competência igual a um homem, ela precisa ser melhor, está sempre sendo testada, submetida a provações e nós devemos estar preparadas para não nos submeter a isso. Por isso a formação sempre teve um importante e fundamental papel de preparar nossas dirigentes para as discussões e conscientizar os companheiros sobre a necessidade de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Todo processo de construção não acontece de uma hora para outra. A história das mulheres não basta ser construída, tem muito a ser desconstruída. Vivemos numa sociedade preparada, formada pelo viés do machismo, sociedade que tenta colocar a mulher em segundo plano, disseminando uma visão de que a mulher que está por trás do homem, da mulher comandada, obediente.

Na CUT, a demanda para uma tomada de posição em relação às mulheres partiu das próprias companheiras urbanas e rurais, emergentes do movimento de mulheres e do feminismo que chegaram aos sindicatos colocando as questões das problemáticas femininas. >>>

“Na CUT, a demanda para uma tomada de posição em relação às mulheres partiu das próprias companheiras urbanas e rurais, emergentes do movimento de mulheres e do feminismo que chegaram aos sindicatos colocando as questões das problemáticas femininas.”



Adriana Maria Antunes de Souza é Secretária de Formação da CUT-SC e Coordenadora de Formação da Escola Sul.

Todas as vidas

Cora Coralina

Vive dentro de mim
uma cabocla velha
de mau-olhado,
acocorada ao pé do borralho,
olhando pra o fogo.
Benze quebranto.
Bota feitiço...
Ogum. Orixá.
Macumba, terreiro.
Ogã, pai-de-santo...

Vive dentro de mim
a lavadeira do Rio Vermelho,
Seu cheiro gostoso
d'água e sabão.
Rodilha de pano.
Touxa de roupa,
pedra de anil.
Sua coroa verde de São-caetano.

Vive dentro de mim
a mulher cozinheira.
Pimenta e cebola.
Quitute bem feito.
Panela de barro.
Taipa de lenha.
Cozinha antiga
toda pretinha.
Bem cacheada de picumã.
Pedra pontuda.
Cumbuco de coco.
Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim
a mulher do povo.
Bem proletária.
Bem linguaruda,
desabusada, sem preconceitos,
de casca-grossa,
de chinelinha,
e filharada.

Vive dentro de mim
a mulher roqueira.
- Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.

Vive dentro de mim
a mulher da vida.
Minha irmãzinha...
tão desprezada,
tão murmurada...
Fingindo alegre seu triste fado.
Todas as vidas dentro de mim:
Na minha vida -
a vida mera das obscuras.

Nos vários Congressos e Plenárias da CUT foram aprovadas resoluções que contribuíram para o avanço da luta das mulheres. Na VI Plenária Nacional da CUT definiu-se sobre a questão das cotas para as mulheres nos Cargos Diretivos dos Sindicatos. Essa resolução foi um avanço muito grande, uma política afirmativa que garante a inclusão de mulheres nas direções dos sindicatos, federações e da própria Central.

Numa discussão com dirigentes sindicais da América Latina, sobre o tema de gênero, surgiu essa questão das cotas e todas as mulheres presentes na atividade avaliavam como positiva tal política, hoje implementada ou em fase de implementação em todas as Centrais Sindicais ali representadas, inclusive por orientação da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

“Nesse momento histórico as mulheres precisam ter clareza da importância da sua organização e a necessidade de mobilização para que possam galgar seus objetivos. As mulheres devem estar preparadas para os desafios que são postos a elas.”

“A política de cotas foi muito importante para a afirmação das mulheres e a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres.”



Foto Suzana Pires

Um companheiro, homem, após ouvir várias intervenções femininas nos questiona: “Quem foi que criou a política de cotas para incluir as mulheres? Foram as mulheres? Não, foram homens. E tais políticas servem apenas para limitar a inclusão de vocês mulheres. Pois o espaço vocês conquistaram por competência e com muita luta!”

Esse questionamento me instiga, gostaria que refletíssemos sobre ele.

Continuo acreditando que a política de cotas foi muito importante para a afirmação das mulheres e a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres. No entanto deve ficar claro que foi a partir de muita disputa que os espaços foram ocupados e será com muita luta que vamos avançar rumo à tão sonhada igualdade de oportunidades: na vida, no trabalho e no movimento sindical.

E a formação sindical necessita avançar cada vez mais para continuar conscientizando as trabalhadoras e trabalhadores sobre o papel importante que temos na transformação dessa sociedade. ❀

“O projeto Bem-me-quer contribuiu e continua contribuindo na minha vida e na minha militância, pois como sou sindicalista, além de atender os trabalhadores em geral, estou conseguindo dar uma atenção e um tratamento diferenciado às mulheres. Fazendo o possível pra que elas não aceitem preconceitos nem discriminação.

Muitas vezes essas mulheres vêm até o local de trabalho com problemas que trazem de suas residências, da família, dos filhos etc... É nesses casos que devemos ter a sensibilidade para tratar essas mulheres com muito mais tato e também encaminhá-las até uma assistência mais qualificada quando necessário. E também depois do projeto, descobri muitos espaços que podemos estar atuando (Conselhos da Mulher, de Assistência, etc..). Não só enquanto mulher mais enquanto cidadãs, é um direito e um dever estarmos inseridos nesses espaços.”

Roseméri Moreira - Comerciária - Canoinhas - SC



“O Projeto Bem-me-quer para mim foi um despertar de uma alma feminina. Foi onde encontrei um mundo feminino a ser descoberto, cheio de novidades, novas amizades, alegria e ternura. Onde encontrei muitas almas femininas guerreiras, batalhadoras. As Marias ou Adélias, uma mulher de verdade, escondidas no silêncio de muitas vidas, sofridas e vividas. Foi no Projeto Bem-me-quer que apreendi a olhar o mundo feminino com outros olhos, menos egoísta e machista. Percebi que nós mulheres ainda não ocupamos nosso espaço ao lado de um homem. E, o projeto é uma das ferramentas fundamentais que aguça, instiga o ser feminino a batalhar de forma coerente por este espaço.”

Mariléia Sauer - Educadora - Florianópolis/SC



“O projeto Bem-me-quer foi muito importante para todas nós. Particularmente aprendi muitas coisas maravilhosas, foi muito valioso, tivemos momentos de muitas trocas de experiências e com certeza essas experiências serão muito valiosas para a vida toda. Nós mulheres temos que estar preparadas para a vida e para a sociedade, que muitas vezes nos discrimina pelo fato de sermos mulheres. O projeto Bem-me-quer é energia e alegria, é tudo de bom, estou muito agradecida pela oportunidade de ter participado dele, valeu mesmo, e um grande abraço a todas que estiveram juntas nesses momentos inesquecíveis.”

Orlandina Maria Brusco Resende - Comerciária - Francisco Beltrão - PR

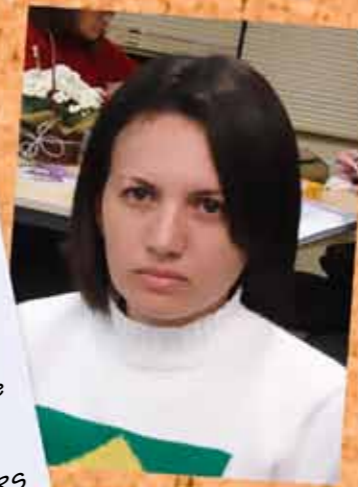


“O que me faz sentir realizada, é a procura e a cobrança das mulheres para a continuidade das atividades. Muitas destas participantes hoje fazem parte do Condím Cachoeirinha e são colaboradoras na Secretaria da Mulher do Município. Pra mim foi de muita importância este curso, pois me sinto muito mais segura nos debates que travamos, criei coragem para participar de outras entidades, colaborando no Fórum Estadual da Mulher, me deu condições para criar atividades, planejar, realizar, enfim estar à frente na linha de batalha.”

Rosmeire Souza Santos - Metalúrgica - Cachoeirinha - RS

"O projeto está sendo de extrema importância para mim, pois através dele tive oportunidade de conhecer novas companheiras, de trocar experiências, de me preparar para lidar com as situações difíceis enfrentadas pelas mulheres. São experiências que somam na bagagem da minha vida e enquanto militante do movimento sindical tenho obrigação de socializar e ajudar ao máximo as mulheres que não tiveram a mesma oportunidade que eu. Mudar o mundo para melhorar a vida das mulheres."

Márcia Dirce Fortes - Sapateira - Ivoti - RS



"No momento em que fui convidada para participar do Curso de Formação para Formadoras de Políticas Públicas para Mulheres, me senti meio assustada, pois achava um compromisso muito grande. No andamento do curso com as apresentações e intervenções das assessoras durante as etapas, fui me sentindo mais segura, e quando fui fazer as atividades intermódulo, me surpreendi comigo mesma e com os depoimentos das assessoras de experiências que aconteceram durante a realização das atividades locais."

Sentir todas essas emoções, o compromisso e o quanto elas desejavam aprender e a disponibilidade em participar, mesmo sendo fora do município. Algumas companheiras se desafiaram para poder participar das atividades, que foram regionais. Me sinto privilegiada por ter tido essa oportunidade."



"No ano passado tive a oportunidade de participar do Seminário de Conselheiras de Políticas Públicas para Trabalhadoras das Indústrias da Alimentação, um Projeto da Escola Sul, CUT/RS e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e repassado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação RS. O projeto Bem-me-quer foi muito importante para a minha formação sindical porque tratou de diversos temas da atualidade que dialogam com a vida de muitas mulheres: a discriminação em todas as suas formas; violência contra a mulher; Lei Maria da Penha; assédio moral e Saúde da Mulher. Iniciativas desta natureza contribuem para a minha formação com a vida de muitas cidadãs, conscientes de nossos direitos e deveres, mas, acima de tudo, nos mantém informadas da aprovação de leis fundamentais como Maria da Penha que representa um marco da história da sociedade moderna na luta pelo fim de toda e qualquer violência doméstica, em especial das mulheres."

Arlete Schnitz - Trabalhadora da Alimentação - Caxias do Sul/RS

"O Projeto Bem-me-quer abriu novos horizontes na hora em que eu assumi uma Secretaria na entidade na qual faço parte e foi muito importante. Conhecer novas companheiras, experiências diversas, conhecimento de outras categorias, enfim com este projeto pude ampliar meus conhecimentos. No começo achei que não conseguiria repassar os três módulos no meu estado. Imagine que eu queria rasgar meu termo de compromisso no primeiro dia que nos foi apresentado o Projeto e hoje eu vejo que repassei com a maior facilidade."

Fátima Maria de Freitas Soares - Secretária da Mulher - Federação da Alimentação - RS



"Tinha uma visão diferente da luta das mulheres, sabia da necessidade, porém não dava muita importância. Com o curso, pude ver o quanto é necessária essa luta, o quanto as mulheres são discriminadas e as dificuldades que sofrem, e que vai muito além do que imaginamos. Nos encontros entre os módulos, realizados em nossa cidade, pudemos perceber a necessidade de unir e informar as mulheres sobre seus direitos e em especial, incentivá-las a lutarem por aquilo que acreditam, valorizando-se cada vez mais. Mas não podemos deixar o que aprendemos apenas com atividades durante o curso, temos que levar adiante e compartilhar com muitas outras mulheres."

Agradeço a oportunidade de participar de um projeto como o Bem-me-quer."

Vera Lucia Meurer - Comerciaría - Itapema-SC



"Como educanda gostei muito de participar do projeto Bem-me-quer, pois como conselheira dos Direitos da Mulher do Município de Paranavai-PR, sempre lutei para ver implementado em nossos municípios as políticas públicas para as Mulheres. Nós mulheres lutadoras, arrimo de família, queremos ver as políticas públicas implementadas pelos nossos governantes, para termos nossos direitos e sermos valorizadas pelos trabalhos que desempenhamos na sociedade, não só como mãe, mas cidadã. O projeto fez muitas de nós tomarmos varias decisões de grande importância em nossas vidas, assim como em nossos trabalhos, levando-nos ao encontrar o nosso verdadeiro eu, intensificando e aumentando o nosso papel como mulher, transformadora desta sociedade e deste mundo. Foi muito gratificante."

Luci Maria Dias Onório - Educadora - Paranavai - PR



"O Bem-me-quer foi o renascer, o acordar do eu... Me liberei do peso que o mundo pôs em minhas costas, me chamando de sexo frágil. Descobri que não posso mudar o mundo, mas que jamais devo desistir de tentar. Vi por trás desse sexo que julgam tão frágil, o poder que temos nas mãos... Vi também a possível mudança dos pensamentos que nos reprimem e nos maltratam... sei que somos poderosas basta termos amor próprio. E que o mundo não nos veja só como procriadoras e rainhas de um lar, mais nos veja como a mais bela criação de um mundo muito melhor, onde igualdade de gênero não fica somente nos sonhos ou em belas páginas de um livro."

Lucimar Terezinha Schultz - Comerciaría - Caçador-SC



"A formação de conselheiras de políticas públicas para as mulheres da região sul trouxe para a comunidade saltinhense e da região oeste de Santa Catarina caminhos norteadores para um maior envolvimento das mulheres nos vários segmentos da sociedade em geral. Estávamos engessadas nos padrões conservadores historicamente enraizados na sociedade. Mesmo sabendo do poder que nós mulheres temos e que somos as grandes responsáveis pelo crescimento pessoal e social do ser humano, muitas vezes parece que estamos amarradas, não podendo desenvolver nosso potencial. O Bem-me-quer despertou e clareou a visão sobre a sociedade, as mulheres da minha comunidade, sem medo de ser mal interpretada. Obrigada ao Bem-me-quer."

Elizete Maria Noronha de Freitas - Educadora - Saltinho - SC



"O espaço que conquistei com o Bem-me-quer tanto na parte pessoal quanto no trabalho, foi e está sendo maravilhoso. O reconhecimento que tive como MULHER no dia a dia, com a firmeza que aprendi a conquistar e fazer valer em tudo o que temos por direito de luta, de opinião e de respeito, me faz crer que não devemos parar. Quando vejo as mulheres com quem tive o prazer de realizar parte do Bem-me-quer, fico gratificada de ver a postura com que elas se colocam frente às dificuldades e conquistam espaço na sociedade. É bom ver quando a gente consegue passar o que se aprende e ótimo notar que está se dando continuidade no trabalho. Mulheres, um grande abraço!"

Jaqueline Aparecida Tonial - Comerciaría - São Lourenço do Oeste-SC

"Todos nós, principalmente as mulheres, temos projetos, anseios, vontades... Com relação aos outros (família, entidades, comunidades, amigos, políticas, etc). No entanto, na maioria das vezes não sabemos como aplicá-los; o que ou quando fazer. Nas entidades, na sua grande maioria, quando não na sua totalidade composta de homens, era quase impossível alavancar algo. Hoje, isso já é possível, mesmo com algumas dificuldades. Graças ao Projeto Bem-me-quer. O mesmo nos projetou para o alto e avante. Com os conhecimentos adquiridos e as ferramentas apresentadas, nosso emaranhado de idéias foi organizado. Fazendo-nos entender que tudo é possível realizar e o quanto é importante, necessário e faz a diferença para quem recebe. Perceber que não existe projeto maior ou menor, mas sim necessidades, onde é preciso perceber as prioridades. Para mim e metas e fazer o possível para determinar prazos para alcançá-los. Para mim pessoalmente, como sindicalista, mulher; entendi a necessidade de continuar a ser cada vez mais perseverante no pleito de políticas específica para os segmentos e na defesa dos direitos das mulheres e dos excluídos. Sou e sempre serei muito orgulhosa de ser uma Conselheira de Políticas Públicas para as mulheres da Região Sul."

Tânia Marisa Alves Trindade - Telefônica - RS



Rosane da Silva, gaúcha de 37 anos, sapateira, iniciou sua militância como muitas jovens de sua geração, liderando greves e lutas em defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. Ao assumir a SNMT em 2008, Rosane reafirma as prioridades construídas no Encontro Nacional de Mulheres, em 2006 e retoma a gestão da política para as mulheres com o apoio do coletivo nacional.

Nesta entrevista ela fala dos 25 anos da CUT e o papel da Secretaria, a organização sindical e a tarefa de homens e mulheres, os desafios e pautas para a intervenção em políticas públicas, além de contar um pouco da sua história e suas opiniões sobre os assuntos das mulheres e dos homens.

UM MUNDO SEM EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

Por Rita Pinheiro e Vera Gasparetto

Rita Pinheiro é socióloga e assessora da SNMT. Vera Gasparetto é jornalista e coordenadora pedagógica do projeto Bem-me-quer - Escola Sul.

"Nesses 25 anos as mulheres conseguiram trazer para o debate e incluir na agenda sindical suas demandas específicas e com isso a necessidade de suas lutas serem assumidas pelo conjunto da CUT."



"O projeto foi ótimo, através dele fizemos muitas amizades, adquirimos experiência e acredito que repassamos muitas coisas boas. Tive um ótimo aproveitamento cultural, a troca entre os estados, o contato com as meninas dos outros estados. Foi uma experiência maravilhosa."
Dulcinda da Silva - Educadora aposentada - Curitiba - PR

"O que posso dizer sobre minha experiência com o Bem-me-quer??? Tenho uns 20 anos de militância, que iniciou no movimento de pessoas com deficiência na década de 80 e passou por várias instâncias, como movimento de mulheres, partido, moradia, sindical, pastoral da terra e MST e tantos outros. Foi uma luta árdua provar que pessoa com deficiência tem direito ao trabalho digno. Conquistamos através de leis, mas na prática a exploração e todas as outras consequências do trabalho apenas para sobrevivência econômica, não realiza, não dá condição de cidadania à pessoa com deficiência. Fiquei encantada com a estrutura da Escola Sul, mas mais ainda com as ações que realiza, não dá condição de cidadania à pessoa com deficiência. Fui a melhor participante me deixaram encantada. Foi a melhor possibilidade de formação e vivência que pude participar: Foi rica e gostosa. Adoraria repeti-la. Utilizo os saberes adquiridos em todas as minhas atividades. Programamos o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras com Deficiência de Londrina em agosto de 2008, após termos organizado o Coletivo de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT/PT."
Solange Maria Ferreira - Militante pelos direitos das pessoas com deficiência Londrina - PR

"Maravilhoso! É a palavra mais adequada para descrevê-lo. Sinto-me privilegiada por ter feito parte desse projeto."

Elia Macedo - Apoio pedagógico do projeto

"O projeto Bem-me-quer veio suprir uma necessidade já levantada no movimento de mulheres de uma maior atuação em discutir, elaborar e propor políticas públicas para as mulheres, com ênfase nas relações de gênero, seja na sociedade em geral ou no mundo do trabalho."

Bom, mas como fazer isso? Aí é que entra a capacitação. Nos capacitarmos e multiplicarmos esse conhecimento permite formar um pequeno exército de mulheres e homens solidários com a luta das mulheres (por que não?), que nos darão suporte necessário para fomentar a discussão na sociedade civil organizada ou não, para levantar e priorizar nossas necessidades básicas, e quais políticas precisamos para mulheres ou melhorar as que existem.

Atuar em áreas como educação, saúde, combate à violência, geração de emprego e renda, enfim, tudo que nos permita participarmos e atuarmos na sociedade como sujeitas de direitos, com uma melhor qualidade de vida. Ampliou muitos meus conhecimentos. Parabéns para a Escola Sul e SPM, por essa parceria e iniciativa, que resultou num trabalho maravilhoso."

Silvana Maria da Silva - Comerciaría - Taquara - RS



BMQ - Em 2008 a CUT completa 25 anos? Em relação às mulheres o que mais marcou a história da CUT?

Rosane - Foi, sem dúvida, a luta pela cota de gênero, aprovada em 1993. Essa importante conquista deu-se como resultado de um processo de atuação organizada das mulheres trabalhadoras da CUT, que questionou os papéis tradicionalmente vistos como femininos, a divisão sexual do trabalho e as relações de poder entre homens e mulheres.

BMQ - No contexto de legalização das Centrais, qual é o papel da SNMT e das Secretarias Estaduais de Mulheres e de Ramos na organização das mulheres?

Rosane - Ao longo da construção da CUT as mulheres sempre tiveram papel determinante, quer seja nas lutas mais gerais, quer seja nas lutas específicas. Essa construção se dá desde o local de trabalho, passando pelos sindicatos, CUT's até as direções nacionais das confederações ou federações nacionais e a direção da Central. As mulheres nesses 25 anos conseguiram trazer para o debate e incluir na agenda sindical suas demandas específicas e com isso a necessidade de serem assumidas pelo conjunto da CUT. Há pautas da agenda do movimento feminista que a CUT somente assume para si devido à ação organizada das mulheres. Caso por exemplo das cotas, da luta por creches, combate à violência contra as mulheres, por igualdade de oportunidades e pela legalização do aborto. Assim, a presença organizada das mulheres no interior da CUT, através da SNMT, das Secretarias Estaduais de Mulheres e de Ramos pode tirar da invisibilidade as mulheres e suas ações na medida em que questione e busque superar a opressão das mulheres.

BMQ - Quais são as prioridades da SNMT para este mandato que está em andamento?

Rosane - As prioridades da SNMT para o período 2006-2009 foram aprovadas no último encontro nacional realizado no começo desta gestão em novembro de 2006. Estas prioridades foram atualizadas pelo coletivo nacional que atua junto a SNMT, formado pelas secretarias de mulheres das Estaduais da CUT e pelos Ramos de atividade, em reunião realizada no começo de 2008. Os eixos estão dentro dos eixos gerais aprovados pela Central para o período. As prioridades são: 1) fortalecer a organização das mulheres na CUT; 2) garantir a transversalidade de gênero nas políticas e projetos da CUT; 3) intervir nas políticas públicas para as mulheres; 4) combater todas as formas de discriminação na sociedade, no mundo do trabalho e no movimento sindical e 5) fortalecer a articulação com o movimento sindical internacional, movimentos sindicais nacionais e ONG's que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

BMQ - A SNMT têm conseguido transversalizar políticas para as mulheres dentro das demais Secretarias, ações, projetos, programas, campanhas e iniciativas da CUT?

Rosane - Este é um trabalho constante que vimos desenvolvendo no interior da Central. Nossa preocupação está em garantir que a transversalidade de gênero faça parte do cotidiano das secretarias e no desenvolvimento de suas ações. Como ainda não temos essa visão por parte das direções e militantes, continuamos acompanhando o desenvolvimento das diversas políticas para garantir que a temática de gênero faça parte da agenda sindical. Sabemos que a transversalidade de gênero tonar-se-á uma política de fato quando deixar de ser tratada como um tema que diz respeito somente às mulheres. As mulheres da CUT vêm trabalhando, desde a sua criação para garantir e dar visibilidade à política de gênero no interior da Central e de suas entidades. Devemos ter a compreensão de que a classe trabalhadora tem dois sexos, portanto deve ser tratada como tal.

>>>



BMQ - Por que a proposta de revisão do Estatuto e sua avaliação da política de cotas de gênero?

Rosane - A aprovação das cotas foi um avanço que deve ser aperfeiçoado e acreditamos que este é um bom momento. A cota foi aprovada em 1993 para as direções nacional e estaduais da CUT e entidades orgânicas à Central. No entanto, hoje, quando verificamos a participação das mulheres nos diversos espaços de decisão das entidades percebemos que esta presença nem sempre está garantida. Exemplo disso é que parte dos ramos não vem cumprindo a cota. Em parte isto se deve à falta de investimento pelas entidades para a participação das mulheres, não existe uma política de inclusão delas nas entidades. Esse quadro precisa mudar e essa mudança deve ocorrer a partir das entidades de base. Os sindicatos precisam desenvolver políticas que busquem fortalecer a participação das mulheres, desde as assembléias, eleição para as direções e a garantia de sua participação nas delegações aos congressos dos ramos e da CUT. Se essa política não for desenvolvida corremos o risco do desmantelamento de uma política de inclusão das mulheres que são as cotas. Neste sentido estamos propondo mudanças nos estatutos da CUT, o qual inclui suas estaduais e ramos. Nossa proposta visa garantir a ampliação e aplicação da cota de gênero em todos os seus aspectos e âmbitos. Ainda não estamos falando em paridade, mas queremos garantir que, numa delegação a ausência de uma mulher não possa ser substituída por um homem, como já ocorre em várias entidades.

"Os sindicatos precisam desenvolver políticas de cotas para fortalecer a participação das mulheres, desde as assembléias, eleição para as direções e a garantia de sua participação nas delegações aos congressos."

BMQ - Como tem sido a intervenção da CUT em relação às políticas públicas para as mulheres junto ao Estado brasileiro?

Rosane - As mulheres são as principais afetadas pela diminuição dos investimentos em políticas públicas, processo que ocorreu ao longo das últimas décadas. Por isso devemos estar atentas ao debate atual em torno da Jornada pelo Desenvolvimento, participando e lutando para garantir um novo modelo de desenvolvimento, onde as políticas públicas sejam fortalecidas e o papel do Estado seja ampliado.

Sabemos das grandes dificuldades porque tem passado setores fundamentais como educação e saúde, quer seja pelo sucateamento resultante das políticas neoliberais, quer seja pelo baixo investimento do Estado. Resultado disso é o aumento das responsabilidades das mulheres, especialmente da mulher trabalhadora que muitas vezes é obrigada a deixar o emprego por não ter um local para deixar os filhos. Neste sentido, considero importante e necessária a participação das mulheres nesse debate, influenciando nas mudanças e garantindo maior investimento nas políticas públicas.

A CUT sempre teve uma participação muito importante na defesa de políticas públicas para as mulheres e a sua presença na última conferência de política para as mulheres do Governo Federal demonstrou isso.



BMQ - Qual a agenda prioritária da CUT na proposição de políticas públicas?

Rosane - A luta por creches, licença maternidade, combate à violência, igualdade de oportunidades, trabalho igual para trabalho de igual valor, política de saúde para as mulheres, legalização do aborto, entre outras, sempre fizeram parte da nossa agenda. Essas demandas das mulheres passam neste momento a ter sua devida importância, na medida em que o Governo Federal assume como prioridade em conferências realizadas com a participação das mulheres da sociedade organizada.

Um dos debates importantes que queremos retomar é a necessidade das creches públicas e de creches em todos os eventos da CUT, não só em plenária ou em congresso, mas em todas as atividades. Muitas mulheres são mães e precisam de políticas que garantam sua participação efetiva em todos os espaços. É fundamental que a CUT tenha esse olhar para diversidades internas da Central, assim como, no caso dos negros, dos jovens, do deficiente físico e da orientação sexual. Ter esse olhar é respeitar as diferenças da classe trabalhadora, é perceber que ela tem dois sexos.

BMQ - A CUT relaciona-se como outros movimentos de mulheres? Quais as iniciativas conjuntas mais importantes?

Rosane - A CUT tem parceria com entidades de mulheres do movimento sindical internacional de vários países e tem desenvolvido trabalhos dentro da agenda do trabalho decente para as mulheres. A CUT também se relaciona diretamente com os movimentos de mulheres fora do mundo sindical. Caso por exemplo, da participação nas comemorações do 8 de março, dia internacional de luta das mulheres e da Marcha das Margaridas. A presença da CUT nesses espaços gerais dos movimentos de mulheres é importantíssima, uma vez que somos nós as responsáveis por levar para os demais movimentos as questões diretamente relacionadas com a vida das mulheres trabalhadoras. A luta pela valorização do salário mínimo e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e com proibição de horas extras é o exemplo de pautas que nós do movimento sindical levamos para o conjunto do movimento de mulheres. Além disso tudo, a CUT participa ativamente da Marcha Mundial das Mulheres.

"A luta pela valorização do salário mínimo e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e com proibição de horas extras são pautas levadas pelo movimento sindical a o movimento de mulheres."

BMQ - Qual tem sido o processo de construção de opinião da CUT sobre a legalização do aborto, que é um tema polêmico e delicado?

Rosane - Embora seja um tema polêmico, que tem no seu debate questões de cunho religioso e moral, traz também o debate sobre a saúde da mulher, planejamento familiar e o seu direito de decidir. Por isso, o tema da legalização do aborto tem sido uma constante na vida das mulheres. Na CUT o debate sobre a descriminalização e legalização do aborto iniciou-se em 1989, no I Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora. No II Encontro, dois anos depois, essa discussão tomou corpo e aprovamos uma resolução favorável à legalização do aborto. Essa resolução foi posteriormente apresentada no IV CONCUT, também em 1991, e aprovada em uma discussão bastante acalorada e polêmica. O processo de discussão desta pauta significou uma vitória da luta das mulheres cutistas, mas o convencimento não foi fácil, a conquista só foi possível a partir de muita organização das mulheres, bem como da ação conjunta com outros movimentos, que também se posicionaram favoráveis à descriminalização e à garantia de atendimento público e gratuito. Mas na segunda metade da década de 1990 passamos por um retrocesso ideológico e de fortalecimento das políticas conservadoras em todos os campos no interior da sociedade. Isto fragilizou a luta pelo direito à descriminalização e legalização do aborto. Além disso, cresceram as iniciativas da direita, tanto do ponto de vista legislativo, quanto de criação de grupos "Pró-vida". De nossa parte, seguimos realizando seminários, discussões, atividades de formação, manifestações de rua, participando ativamente de ações e campanhas nacionais e internacionais e elaborando, em conjunto com várias entidades, amplas propostas em torno da saúde das mulheres e pela legalização do aborto, tendo como eixos centrais à defesa da autonomia e da vida das mulheres e de um Estado laico, democrático e com justiça social. >>>

BMQ - Como tem sido a atuação da CUT junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher e qual é o papel das dirigentes cutistas nos Conselhos do seu município e estado?

Rosane - Desde 1983, quando da fundação da CUT, nós lutamos pelo controle social, através da participação em espaços com democracia participativa. Portanto temos tido uma atuação firme e ativa no Conselho Nacional. Desta forma intervimos de maneira afirmativa na construção de políticas públicas.

"O debate sobre a legalização do aborto é polêmico, com questões de cunho religioso e moral, mas também sobre a saúde da mulher, planejamento familiar e o seu direito de decidir."

BMQ - Como você avalia o Projeto Bem-me-quer para a formação de conselheira de políticas públicas para as mulheres?

Rosane - Considero estratégico, pois através da formação política e qualificação das Conselheiras, é que vamos intervir em todos os espaços para garantir a aplicação de políticas públicas dirigidas às mulheres e de forma sincronizada em todos os poderes do Estado: em nível federal, estadual e municipal.

BMQ - Na sua opinião, a quem cabe debater e executar a política de gênero – mulheres?

Rosane - Como disse anteriormente, a classe trabalhadora é composta por homens e mulheres. É imprescindível que as mulheres trabalhadoras estejam organizadas e tenham seus espaços próprios para debater o que diz respeito diretamente a sua vida, já que somos nós as vítimas do machismo da sociedade. Mas também é fundamental que homens e mulheres compreendam que esta luta não é só das mulheres, mas da classe trabalhadora como um todo, e que, portanto, deve ser uma luta de todos e todas.

BMQ - Que mensagem de vida a companheira Maria Ednalva deixou para sua caminhada como militante?

"A chamada questão das mulheres é fundamental na luta contra as bases econômicas e culturais do capitalismo e para construirmos um mundo onde não haja nenhum tipo de exploração e opressão."

Rosane - A companheira Maria Ednalva foi uma incansável lutadora. Sua história é um grande exemplo e está intrinsecamente relacionada com a política de gênero da CUT. Maria Ednalva lutou "pela possibilidade da construção de uma nova cultura sindical, baseada na divisão igualitária de poder e no convívio solidário com as diferenças". Assim como Ela, muitas de nós também fazemos desta luta a nossa vida.

BMQ - Conta pra nós um fato inusitado que marcou tua trajetória como mulher.

Rosane - A greve de 1989 nos Sapateiros do RS, sem dúvida. Pois os piquetes nas portas de fábrica eram praticamente só de mulheres, representávamos em torno de 70% do pessoal que estava nos piquetes, retratando o nosso percentual na categoria. Nós tivemos uma atuação forte nesta greve, não somente nos piquetes, mas também na coordenação da mesma. Eu fiz parte da coordenação da greve e tudo isso fez com que eu começasse a atuar no movimento sindical e hoje estar à frente de uma secretaria tão estratégica para uma Central Sindical como a CUT, que tem como princípio a construção do socialismo.

BMQ - Qual é o papel da questão das mulheres na transformação da sociedade?

Rosane - O capitalismo, enquanto sistema social utiliza-se da exploração, opressão, divisão e alienação da classe trabalhadora para manter-se. A opressão das mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação e perpetuação.

Assim, a chamada "questão das mulheres" é fundamental na luta contra as bases econômicas e culturais do capitalismo e para construirmos um mundo onde não haja nenhum tipo de exploração e opressão. ❁

Rosane Bertotti

Secretária Nacional de Comunicação da CUT,
Secretária de Mulheres da FETRAF Brasil,
Cientista Social pela UFSC-SC

Nas relações sociais historicamente construídas, a relação desigual de sexo, raça e etnia, gerações e classe social sempre estiveram presentes. A partir da década de 1970, o debate sobre a desigualdade de gênero toma mais força, juntamente com surgimento de mais grupos sobre gênero ou específicos de mulheres que tinham como bandeira central demonstrar e denunciar as desigualdades que até hoje estamos submetidas.

A relação de desigualdade se apresenta, em muitas vezes, de forma sutil, porém nunca deixou de ser perversa, relegando à mulher um outro papel social, cuja história demonstra ser equivocado, já que a presença da mulher tem modificado as relações sociais e de trabalho na sociedade atual.

Pesquisas recentes apontam que cada vez mais mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e que há uma ascendência de mulheres ocupando cargos de chefia, direção e em postos que exigem mais qualificação, coisa que temos investido cada vez mais. Este crescimento gradual é reflexo da intensificação das lutas por igualdade. Há um aumento significativo no número de mulheres na política, inclusive ocupando altos cargos. Porém, as desigualdades ainda existem, presentes na diferença de salários, no preconceito e em vários outros aspectos.

Desta forma, o tema políticas públicas para mulheres passa a ser uma preocupação se, não dos governos, dos movimentos sociais, que entendem a importância da ação do Estado enquanto indutor do desenvolvimento e como ator central na responsabilidade de propor e executar políticas públicas que possam de alguma forma resgatar a dívida social com as mulheres, construída ao logo do tempo.

A organização das mulheres na CUT – Central Única dos Trabalhadores é resultado de um processo desencadeado na sociedade brasileira entre as décadas de 1970 e 80, com a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, com os movimentos de mulheres e feministas e com novo sindicalismo, protagonizado pela CUT.

Essas condições fizeram com muitos sindicatos tomassem iniciativas dirigidas às trabalhadoras de sua base. Simultaneamente, as mulheres começam a abrir espaço para a manifestação de seus interesses dentro das entidades sindicais.



Mulheres e Políticas Públicas

Porém, a trajetória das mulheres no sindicalismo não se deu de forma simples. Podemos dizer que foi construída com muita luta, conflitos e polêmicas. As mulheres não reivindicavam um espaço de articulação feminista, muitas vezes marginalizado pelo movimento sindical, mas sim, um espaço de geração de políticas. Desta forma, as mulheres conseguiram introduzir a dimensão de gênero nos diferentes níveis da CUT, sendo que a presença conquistada no sindicalismo é responsável pela introdução de diversos temas na agenda política da Central, como a questão do aborto, saúde da mulher, combate à violência contra a mulher, redução da jornada de trabalho, entre outras muitas.

Este histórico de lutas, conquistas e acúmulos reafirma nossa concepção de que pensar políticas públicas para mulheres significa pensar com as mulheres e não pensar para as mulheres. Em outras palavras, é preciso garantir a participação efetiva das mulheres não apenas como coadjuvantes, mas como parte integrante da sociedade, levando em conta sua realidade, com políticas com visão de gênero e, portanto, políticas específicas que considerem as diversas realidades sociais, políticas e econômicas que estruturam nossa sociedade.

“Desta forma, o tema políticas públicas para mulheres passa a ser uma preocupação se, não dos governos, dos movimentos sociais, que entendem a importância da ação do Estado enquanto indutor do desenvolvimento e como ator central na responsabilidade de propor e executar políticas públicas que possam de alguma forma resgatar a dívida social com as mulheres construída ao logo do tempo.”

“Entendemos políticas públicas enquanto uma ação do Estado, que intervenha para mudar as desigualdades sociais de gênero e de classe existentes na sociedade. Referimo-nos a uma forte participação do Estado e da sociedade civil, com participação das mulheres na sua ação propriamente dita, mas principalmente, enquanto protagonistas destes processos de transformação.”

Entendemos políticas públicas enquanto uma ação do Estado, que intervenha para mudar as desigualdades sociais de gênero e de classe existentes na sociedade. Referimo-nos a uma forte participação do Estado e da sociedade civil, com participação das mulheres na sua ação propriamente dita, mas principalmente, enquanto protagonistas destes processos de transformação.

Para isso, as políticas públicas de mulheres devem ser orientadas pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, da equidade, autonomia, justiça social, transparência e universalidade das políticas, de forma a garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. Devem ser formuladas e implementadas independentes de princípios religiosos e fundamentalmente, ter participação e controle social, ou seja, devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social dessas políticas.

Diante disto, a responsabilidade em participar da construção de políticas públicas que tenham as mulheres e a igualdade de gênero como foco e as mulheres como protagonistas é um dos maiores compromissos e desafios do movimento sindical, pois entendemos que o maior acesso e participação das mulheres nos espaços é um instrumento essencial para o crescimento e desenvolvimento do país. ❁

CONSTRUINDO A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA LEGISLAÇÃO E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente texto visa a subsidiar reflexões sobre o processo de afirmação da cidadania das mulheres e da igualdade de gênero no âmbito da legislação e das políticas públicas, especialmente junto aos movimentos de mulheres que ocupam posições de poder em instâncias decisórias do Estado.

Almira Rodrigues

Almira Rodrigues é socióloga, doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e diretora colegiada do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA

“Os movimentos de mulheres e feministas se inserem de uma forma toda especial no processo de construção da cidadania.”

www.cfemea.org.br

CIDADANIA DAS MULHERES E IGUALDADE DE GÊNERO

A construção das mulheres e da igualdade de gênero é um processo árduo e complexo. A noção de cidadania alude não apenas à conquista de direitos mas, sobretudo, a manutenção e ao aprofundamento de direitos conquistados e acumulados historicamente. Com isso se quer destacar que a conquista de direitos não é definitiva, para todo o sempre, mas exige acompanhamento, cuidados, proteção.

Além de apontar para uma situação de atendimento de necessidade e demandas individuais e coletivas, reconhecidas como socialmente justas, a noção de cidadania refere-se a relações de poder, pressuposto uma simetria política, isto é, a existência de recursos e de negociação de interesses, mediante diálogo e interlocução dos sujeitos e instituições políticas.

Os movimentos de mulheres e feministas se inserem de uma forma toda especial no processo de construção da cidadania. Assumem uma visão crítica das contradições e das limitações das grandes transformações históricas, a exemplo das revoluções americana e francesa que excluíram as mulheres dos parlamentos e dos governos, negando-lhes o direito de votar e de ser votado. A luta das sufragistas emerge em meados do século XIX e se consolida na primeira metade do século XX, século em que as mulheres conquistam esse direito em praticamente quase todos os países do mundo. Depois de décadas de luta, o direito de voto para as mulheres é conquistado em 1920, nos EUA, em 1928 no Reino Unido, em 1944 na França, e em 1976 em Portugal.

No Brasil, a luta pelo sufrágio universal teve início em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, por Deolinda Daltro, e com a criação da liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, por Bertha Lutz, em 1910, transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922. Em 1928, o direito de voto das mulheres é conquistado no Rio Grande do Norte e depois estendido a nove estados brasileiros, até que, em 1932, é incorporado ao Código Eleitoral e 1934, à Constituição Brasileira.

A conquista do direito de voto para as mulheres (de votar e ser votada) significou a incorporação de metade da população à dinâmica da democracia representativa; inicia-se, assim, a aproximação das mulheres com os poderes do estado, abrindo-se a possibilidade de responderem pelo destino das nações.

Nos anos sessenta/setenta tem início uma nova onda feminista, com um amplo questionamento da opressão das mulheres na sociedade. O projeto é o de mudança na situação das mulheres (de discriminação e opressão), mudança de valores e de mentalidades (rumo à igualdade de direitos, oportunidades e opressão) e mudança nas relações de gênero (pela simetria e diálogo entre o masculino e feminino).

Como contribuição substantiva à construção da cidadania e da democracia, os movimentos de mulheres e feministas colocam algumas idéias-chaves: a) as esferas do privado e da intimidade também se constituem enquanto espaço político, de conflito, de luta de interesses, de produção de acordos e de realização de mudanças, motivam a criação da palavra de ordem “o pessoal é político”; e b) a democracia precisa ser radicalizada e merece ser pensada e construída em todas as relações sociais e esferas da existência, gerando a palavra de ordem “democracia em casa e na rua”; c) as diferenças entre homens e mulheres, registradas no corpo e socialmente construídas a partir desses corpos, masculinos e femininos, não podem ser transformadas em desigualdades sociais, motivando a palavra de ordem “diferença sim, desigualdade não”.



Congresso Feminista Lisboa 1928



Cartaz soviético comemora o direito de voto das mulheres na Revolução de 1917.



IV Conferência da Mulher, Beijing 1995
Crédito: UN/DPI 090214/M. Grant

Assim, os movimentos de mulheres e feministas, cada vez com maior vigor, atuam no sentido de esgarçar a noção e a prática da cidadania (enquanto situação e relação): para além da esfera pública, ao politizar as relações interpessoais e as esferas do privado e da intimidade; para além dos direitos civis, políticos e sociais, formulando novos direitos, a exemplo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; para além de uma dimensão objetiva, introduzindo a dimensão da subjetividade, da autonomia e da busca de felicidade; e, finalmente, distendendo a cidadania para além da forma Estado – Nação, ao afirmar a idéia/projeto de cidadania mundial das mulheres e de um novo projeto civilizatório, como bem atestam as Conferências Mundiais sobre as Mulheres, com destaque para última, a IV Conferência, realizada em Beijing, em 1995.

ENFRENTANDO A SITUAÇÃO



O comprometimento/violação da cidadania das mulheres e as desigualdades e opressões nas relações de gênero são fenômenos sociais que demandam intervenções públicas de caráter estrutural, com vistas à mudança de valores e de mentalidades e à transformação da sociedade e das relações sociais.

O Estado se constitui como uma instância privilegiada na implementação da justiça e do bem estar social, bem como na garantia da integridade física e psíquica dos indivíduos. Para exercer suas prerrogativas e responsabilidades, o Estado dispõe de recursos arrecadados com impostos junto à população, contrata funcionários públicos e detém o monopólio da força policial.

No âmbito dos poderes do Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário), a elaboração de legislação e a formulação de políticas públicas constituem vias privilegiadas para a mudança social e, nas sociedades democráticas, as realizações dessas funções são cada vez mais compartilhadas com os poderes da sociedade civil. Diferentemente dos poderes do Estado, fortemente institucionalizados, os poderes da sociedade civil são fluídos, plurais, disseminados e constituem alavancas das mudanças sociais, respondendo por lutas e conquistas substantivas.

Os movimentos de mulheres, que se constituem como um dos poderes da sociedade civil, destacam-se enquanto uma modalidade de movimento social com forte caráter propositivo e uma significativa interlocução com os poderes do Estado. É nessa medida que esses movimentos têm participado no processo de elaboração da legislação e de formulação de políticas públicas.

A legislação (Constituição e leis infraconstitucionais) constitui uma expressão típica da cidadania, assegurando direitos aos indivíduos e às coletividades, paralelamente às colocação de limites à ação social, seja de indivíduos, de grupos ou instituições sociais. Expressão máxima de universalidade, a legislação, em tese, é válida para todos os indivíduos. As disposições de caráter afirmativo, compensatório e redistributivo não contradizem essa universalidade, mas visam a garantir a igualdade e a equidade, contribuindo para o enfrentamento das distorções e das desigualdades, acumuladas ao longo da História.

A legislação expressa o acordo de uma sociedade consigo própria, ao mesmo tempo que possibilita evidenciar dissensos, a partir de diferentes forças e concepções em torno do processo e das proposições legislativas. Aludindo a acordos realizados prevê as formas de sua ampliação, revisão e alteração e, por isso, além de produto, é, também, processo, ou dito de outra forma, um produto processual e histórico.

Enquanto referência para ação social, a legislação coloca a perspectiva do desejo, da intenção, da vontade de um determinado projeto societário: seja como norte para a construção de novas realidades, seja como referência conservadora e ultrapassada de práticas não observadas por amplos segmentos sociais.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, foi o grande marco legislativo significando um novo pacto no que tange às relações de gênero e às responsabilidades do Estado para com essas questões. Até então, as conquistas eram parciais e fragmentadas, a exemplo do Estado da Mulher Casada (1962) e da Lei do Divórcio (1977).

Os movimentos de mulheres e feministas participaram ativamente da Constituinte, sensibilizando e discutindo suas reivindicações, as quais foram contempladas quase integralmente. A Lei Maior assegurou a igualdade em direitos e obrigações para mulheres e homens e a igualdade na sociedade conjugal, bem como a criação de novos direitos (planejamento familiar, proteção contra a violência no âmbito das relações familiares; ampliação da noção de família; não discriminação dos filhos havidos fora do casamento; licença paternidade; creches e pré-escolas; proteção ao mercado de trabalho da mulher, dentre outros).

Na década de 90, foram aprovadas cerca de 30 leis voltadas direta ou indiretamente para a afirmação e ampliação dos direitos das mulheres, podendo-se destacar a legislação sobre: planejamento familiar, união estável; cotas por sexo para eleições proporcionais, proteção ao mercado de trabalho das mulheres; registro de paternidade.

Atualmente, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional mais de duzentas proposições voltadas para a construção da cidadania das mulheres e da igualdade de gênero, versando sobre temáticas como: proteção ao mercado de trabalho da mulher; atendimento na rede pública de saúde, pelo SUS das vítimas de violência física e sexual; educação sexual nas escolas; parceria civil registrada; descriminalização parcial ou total do aborto; legislação do aborto; reprodução humana assistida; criminalização do assédio sexual; cotas por sexo no Executivo e no Judiciário; gratuidade do Exame do DNA para investigação de paternidade, à população de baixa renda; licença-gestante por adoção.

Tais projetos situam-se em duas vertentes: a regulamentação de direitos individuais e coletivos; e a regulamentação das responsabilidades do Estado na prestação de serviços públicos e atendimento de interesses e necessidades da população, em particular das mulheres.

A formulação de legislação favorável à cidadania das mulheres enfrenta resistência de duas perspectivas, basicamente: a religiosa de cunho fundamentalista, que visa a estender suas crenças e práticas a toda a população brasileira, desconsiderando o direito de decidir sobre os rumos da própria vida; e a perspectiva liberal, que visa a esvaziar as funções do Estado, reduzindo suas responsabilidades e gastos no que se refere ao bem estar social.



Mulher votando em Nova York, 1917



Promovendo o voto feminino, Cleveland - Ohio (1914)

A legislação constitucional e infra-constitucional constitui a base e o norte para a formulação e implementação das Políticas Públicas. Estas conformam um conjunto de ações e de intervenções visando garantir o desenvolvimento e a construção da cidadania. Dependendo do contexto, as políticas públicas podem adquirir um cunho compensatório ou um caráter redistributivo (de renda, poder, terra, meios de comunicação). A superação ou minimização de intensas e profundas desigualdade sociais demanda a implantação de ações redistributivas.

Com o processo de redemocratização no Brasil, governo e sociedade retomam uma interlocução – comprometida durante as duas décadas de regime ditatorial – que se volta para a conformação de políticas públicas, respaldadas em programas governamentais, mecanismos e instrumentos correspondentes.

À medida que as políticas públicas começam a ser formuladas com a incorporação dos poderes da sociedade civil, principalmente a partir da última década do século XX, verifica-se a distensão da noção de políticas públicas para além do Estado, o que significa dizer que a formulação de políticas deixa de ser uma prerrogativa exclusiva de técnicos e burocratas ligados ao aparelho de Estado. Na contemporaneidade e nas sociedades democráticas, os poderes da sociedade civil estão sempre a “animar” os poderes do Estado, e estes a referenciar-se aos poderes da sociedade civil; a colocação de limites passa a ser recíproca e não apenas uma via de mão única, com a predominância da esfera estatal.

Nesse rumo, coloca-se o aprofundamento da interlocução entre o governo e sociedade civil, mediante a criação de Conselhos, de segmentos socialmente discriminados (da Mulher da Criança e do Adolescente) e de temáticas expressivas (Saúde, Trabalho, Meio Ambiente, entre outros). Esses conselhos têm composição paritária e colocam-se como espaços institucionalizados, de conflito, de negociação e de entendimento, entre o governo e a sociedade civil, com vistas à formulação das políticas públicas. Também fundamental é o acompanhamento e a fiscalização da implementação de políticas públicas e os Conselhos têm importante papel nesse sentido, além do próprio Poder Legislativo, que tem, entre suas atribuições, a de fiscalização dos Atos do Executivo. A compreensão é de que o acompanhamento e a fiscalização das políticas públicas não podem ficar, exclusivamente, a cargo dos próprios órgãos do Estado, mas necessitam ser empreendidas pelas organizações da sociedade civil e pelos partidos políticos.

A formulação e o acompanhamento das políticas públicas abrangem a questão orçamentária e financeira.

Durante muito tempo, os movimentos sociais privilegiaram a discussão sobre os rumos e diretrizes de planos e programas, bem como sobre as instituições e instâncias pertinentes. No entanto, a implementação de políticas públicas demanda recursos financeiros, o que abre para grandes polêmicas sobre prioridades e alocação dos recursos públicos, como também para a probidade e qualificação na utilização dos mesmos.

A questão orçamentária/financeira abre para três grandes frentes de negociação, por parte da sociedade civil junto ao Estado: a alocação de recursos junto ao Poder Executivo, quando da elaboração da Lei Orçamentária Anual; a sua discussão e aprovação junto ao Poder Legislativo, o qual pode propor emendas orçamentárias reorientando gastos e prioridades; e para a liberação de recurso, junto ao Poder Executivo, para a execução das políticas.

Merece destaque o fato de os orçamentos públicos, da esfera federal, estadual ou municipal, terem caráter apenas autorizativo e não obrigatório, o que gera a necessidade de luta constante pela liberação dos recursos durante todo o ano, bem como pela sua efetiva e adequada utilização. Esta é uma área que vem demandando uma qualificação por parte de segmentos da sociedade civil que podem atuar, inclusive, em parceria com parlamentares nas casas legislativas correspondentes.

Comparativamente a outros movimentos sociais, o movimento de mulheres tem alcançado resultados mais frutíferos no campo das políticas públicas, em decorrência, em especial, da dimensão propositiva e da sua disposição para uma interlocução com o Estado.

O reconhecimento, por parte do Estado, da especificidade da condição e da necessidade de políticas públicas para a cidadania das mulheres e para a igualdade de gênero deve-se à visibilidade e fortalecimento das organizações de mulheres. Tal reconhecimento ganha concretude em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Ministério da Justiça.

Esta iniciativa expressou o entendimento da importância de se enfrentar as relações de opressão e a situação de discriminação social vivenciadas pelas mulheres, sendo atribuído ao Conselho a responsabilidade de formular políticas públicas para as mulheres/políticas de gênero, mediante articulação com as diversas esferas governamentais e a interlocução com as organizações de mulheres.



Nísia Floresta Augusta (1810 - 1885), escritora e intelectual brasileira

O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres teve sua fase mais ativa de 1985 a 1989, quando foi esvaziado em suas funções políticas, perdendo as condições e funcionamento e a legitimidade junto aos movimentos de mulheres.

A partir de 1994, conselho e movimentos de mulheres retomam o diálogo, sendo que desde então o Conselho não recuperou o prestígio e os recursos necessários para a realização de suas funções. O órgão publicou, em 1997, as “Estratégias da Igualdade” – Plataforma de Ação para implementar os compromissos assumidos pelo Brasil na IV Conferência Mundial da Mulher, os quais não vêm sendo cumpridos a contento, conforme diversas análises, entre elas a do Balanço Nacional realizado pela Articulação de Mulheres Brasileiras.

Ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, segue-se a criação de conselhos estaduais e municipais, sendo que os dois primeiros Conselhos Estaduais foram anteriores ao Nacional, pois criados em 1982, em São Paulo e em Minas Gerais, como um compromisso de Campanha dos Candidatos eleitos nas primeiras eleições para governadores depois do Golpe de 1964.

PODER LOCAL – DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A participação e a representação das mulheres será mais expressiva quanto mais próximas da comunidade. A vida política nos municípios constitui um espaço privilegiado para as mulheres exercerem tanto o “ativismo cívico”, promovendo os direitos das mulheres e a igualdade entre homens e mulheres, quanto à “gestão municipal”, mediante a ocupação de posições de poder junto ao Legislativo, Executivo e judiciário.

No âmbito do exercício da governança, é fundamental que as mulheres possam realizar uma ação política autêntica e assumir: o lugar de liderança e de dirigentes, com a capacidade para construir entendimentos e mexer com emoções, idéias e perspectivas, transpondo a noção de governante como administrador de recursos, de obras, de serviços; e a disposição do diálogo e da negociação com diferentes segmentos sociais e suas respectivas necessidades, interesses e projetos, com a função de abrir horizontes rumo à criação de futuros mais justos e humanos para todos/as.



Se a legislação federal e os programas nacionais constituem referências basilares para as ações públicas em todo o país, a legislação e as políticas públicas em âmbitos estadual e municipal podem complementá-las e suplementá-las, aprofundando e radicalizando a democracia e a justiça social. Exemplos nesse sentido são as legislações sobre assédio sexual, gratuidade do Exame do DNA, penalização por discriminação sexual de estabelecimentos comerciais, existentes em alguns estados. No mesmo sentido, destacam-se políticas públicas desencadeadas em níveis estadual e municipal, como a criação de programas públicos de creches, de combate à violência contra a mulher, com serviços e equipamentos como a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Casas-abrigo, Núcleos de atendimento às mulheres em Defensorias Públicas.

A implementação de políticas públicas é indispensável para a construção da cidadania das mulheres e a igualdade/equidade nas relações de gênero. O entendimento de políticas públicas, aqui desenvolvido, é abrangente incorporando a formulação de políticas e programas e a criação de mecanismos e instrumentos para implementá-los. Esse entendimento transpõe, igualmente, o entendimento dos poderes do

Estado para incorporar, também, a participação da sociedade civil como ator político nesse processo.

E, por fim, recupera a importância da esfera legislativa como eixo central para a formulação e implementação de políticas públicas.

Os movimentos de mulheres e as mulheres que ocupam posições de poder no âmbito do Estado e da sociedade civil têm algumas tarefas urgentes: a) lutar pela redistribuição do poder, entre homens e mulheres, através de medidas afirmativas, como as cotas por sexo, com vistas a ampliar a participação de mulheres na política e em posições de poder, tanto no âmbito do Estado quanto da sociedade civil; b) difundir a luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade/equidade de gênero (plataforma feminista) junto aos partidos políticos e às organizações da sociedade civil, visando conquistar apoio e fazer alianças com forças sociais e políticas; e c) contribuir para a construção de uma nova cultura política que valorize a ação política como uma prática socializadora e transformadora da sociedade e das relações sociais, bem como o seu exercício baseado na ética, generosidade, tolerância, diálogo qualificado, e esforço de produção de um futuro do qual, todas/os, mulheres e homens possam se orgulhar. ☸

PRINCIPAIS PAUTAS E AÇÕES

Os movimentos de mulheres historicamente impulsionaram a luta pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e muitas têm sido suas conquistas: o direito ao voto, equiparação salarial, fim das restrições profissionais às mulheres, guarda compartilhada dos filhos, etc. Atuam também na elaboração de políticas afirmativas: atendimentos públicos especializados como, delegacias de mulheres, hospitais, centros de referência, casas abrigo. Também levantam bandeiras em prol da liberdade do corpo, como a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos¹, a exemplo da descriminalização do aborto.

Importante observar a internacionalidade dessas pautas, pois os movimentos de mulheres em várias partes do mundo têm atuado nessa direção. Alguns encontros, convenções e conferências internacionais específicas culminaram em determinações e recomendações visando a diminuição das desigualdades frente às diferenças sexuais e de gênero.

¹ Como conceito, os direitos reprodutivos são a autodeterminação de cada pessoa em matéria de procriação e sexualidade. A luta pelos direitos reprodutivos é uma luta política e representa uma crítica radical à sociedade patriarcal e aos atuais modelos dominantes de desenvolvimento político, social e econômico. Ao mesmo tempo, constitui uma parte da luta feminista pela transformação da sociedade.

CONSELHOS DOS DIREITOS NO BRASIL



Maria de Lourdes Alves Rodrigues e Maria Célia Orlato Selem

“A participação popular é um mecanismo essencial na elaboração e fiscalização das políticas públicas.”

Maria de Lourdes Alves Rodrigues é Socióloga com especialização em avaliação de programas e projetos sociais, é da Liga Brasileira de Lésbicas, colaborou no III Módulo do Projeto.

Maria Célia Orlato Selem, Mestranda em História/UNB.

Com relação específica às mulheres aconteceram as quatro seguintes conferências:

1975 – México - Mulher e Desenvolvimento¹

1980 – Dinamarca – Participação das mulheres na vida social, econômica e política.

1985 – Quênia – Estratégias Encaminhadas para o Futuro do Avanço da Mulher²

1995 – China – Igualdade, Desenvolvimento e Paz

Vale lembrar que em 1979, foi aprovada pela ONU a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher³. O Brasil, ao subscrevê-la, em 1994, reconhece que a discriminação à mulher viola os princípios de igualdade de direitos e compromete-se a realizar ações no sentido de eliminar todas as formas de discriminação. Em 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos explicita que “os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”. E em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, declara que os direitos reprodutivos são direitos humanos. Na Plataforma de Ação retirada dessa Conferência foi enfatizada a igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas.

Com relação à política internacional, há ainda a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, realizada em 1994. Em seu Artigo 1º estabelece que:

“para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

¹ Ano Internacional da Mulher; início da década da mulher declarada pela ONU.

² Encerramento e balanço da década da mulher.

³ Carta Magna dos Direitos da Mulher. De caráter bastante amplo, a Convenção trata da discriminação contra a mulher em todos os campos: saúde, trabalho, violência, poder. A Convenção foi aprovada pela ONU em 1979, ratificada pelo Brasil em 1984, com reservas aos artigos 15, § 4º e 16, § 1º (a), (c), (g) e (h) (retiradas em 1994), referentes, respectivamente, à liberdade de movimento, escolha de domicílio e casamento.

A Convenção de “Belém do Pará” elenca também um importante catálogo de direitos a serem assegurados às mulheres, para que tenham uma vida livre de violência. Consagra ainda a Convenção deveres aos Estados-partes, para que adotem políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.¹

As mulheres organizadas no combate à banalização da violência contra a mulher, contra o uso do corpo feminino como objeto de consumo, no reconhecimento dos protagonismos femininos, buscam um novo projeto de sociedade, sem discriminação de sexo e gênero. Todas essas lutas tiveram resultados concretos, pressionando a criação de leis e seu cumprimento em todos os espaços: partidos políticos, sindicatos, local de trabalho, família, religião.

As ações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) ao longo de sua existência traduzem as demandas e plataformas dos movimentos de mulheres e das Conferências Internacionais sobre os Direitos da Mulher realizadas pela ONU. Assim, como exemplo da atuação do conselho nesse processo, podemos citar sua participação como órgão designado para o acompanhamento da implementação da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Beijing, cujas áreas críticas ficaram estabelecidas como:

- I. Mulheres e pobreza
- II. Educação e capacitação de mulheres
- III. Mulheres e saúde
- IV. Violência contra a mulher
- V. Mulheres em conflitos armados
- VI. Mulheres na economia
- VII. Mulheres no poder e em processos de decisão
- VIII. Mecanismos institucionais para o avanço das mulheres
- IX. Direitos humanos das mulheres
- X. Mulheres e mídia
- XI. Mulheres e meio ambiente
- XII. As meninas

¹ Iáris Ramalho Cortês. III Encontro Nacional de Mulheres do PPS. Direitos Humanos e Violência contra as Mulheres. Natal – RN – 7 e 8 de abril de 2005. Texto retirado do site http://www.pps.org.br/mulheres/documentos/3enc_pal_dh_violencia.doc

Com base na realidade de exclusão das mulheres dos cargos de decisão o CNDM, na gestão 1999 a 2003, elegeu como um dos eixos básicos da sua atuação o acesso das mulheres ao poder. Desde então, tem se empenhado em desenvolver ações que possam contribuir para o “empoderamento” das mulheres, seja buscando influenciar na definição de políticas públicas e elaboração das leis que possam contribuir neste sentido, seja desenvolvendo ações e Campanhas Nacionais (veja o quadro) de sensibilização da sociedade. Para isso, procurou associar-se às entidades e movimentos de mulheres envolvidos nesta luta.¹

De 1995 a 1999, o CNDM desenvolveu as seguintes ações referentes ao empoderamento das mulheres:

I – Participação na Campanha Nacional “Mulheres sem Medo do Poder”, realizada em 1996 pela Bancada Feminina do Congresso Nacional, movimentos de mulheres e várias entidades da sociedade civil (IBAM, CFMEA, etc.), com o apoio do PNUD e UNIFEM; II - Em 1998, em parceria com o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), o CNDM deu início à realização do Programa Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade na Função Pública, através da assinatura do Protocolo de Intenções entre Ministério da Justiça e MARE, por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher. O referido Programa contemplava várias ações, dentre as quais destacamos as que se seguem:

a) diagnóstico sobre a participação de homens e mulheres na Administração Federal;

b) elaboração, pelos órgãos da Administração Pública Federal, de Planos Biaisuais para a Promoção da Igualdade de Oportunidade na Função Pública (até dezembro de 1998, já haviam apresentado seus Planos os seguintes órgãos: AGU [Advocacia Geral da União], Casa Militar e os Ministérios da Cultura, Exército, Justiça, Meio Ambiente, Relações Exteriores e a Universidade Federal de Sergipe);

c) promoção de Cursos de Formação voltados para a capacitação de mulheres para assumirem cargos de chefia no setor público (em 1998, foram realizados três cursos: um na ENAP e dois na ESAF);

d) ações de sensibilização dos homens e mulheres sobre a importância da participação das mulheres nos cargos de chefia.

¹ Com base no texto de Solange Bentes Jurema. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. <http://www.scielo.br/scielo.php>

Destaca-se o Projeto em parceria com o Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e UNIFEM, no qual um dos eixos de atuação foi a realização de ações a fim de contribuir para que a concorrência das mulheres aos cargos eletivos municipais e estaduais do Executivo e Legislativo, prevendo-se a realização das seguintes atividades:

a) Realização de atividades de sensibilização e capacitação de candidatas aos cargos eletivos para o Executivo e Legislativo, em parceria com outras entidades. Parte dessas atividades foi o Seminário, “Mulheres na Política, Mulheres no Poder”, realizado em parceria com o CFEMEA e a Bancada Feminina do Congresso Nacional;

b) Disponibilização de indicadores sobre o percentual de candidatas inscritas nas eleições estaduais e municipais e percentual de mulheres eleitas no Executivo e Legislativo estadual e municipal a partir de dados fornecidos pelo TSE.

Algumas estratégias do CNDM para o empoderamento das mulheres foram:

c) Realização de ações conjuntas com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, entidades da sociedade civil envolvidas com a questão e movimentos de mulheres, a exemplo da Campanha Nacional *Mulheres Sem Medo do Poder*.

d) Assinatura de um Protocolo de Cooperação (Intenções) com os Partidos Políticos, visando obter destes últimos o compromisso em assegurar o cumprimento da “Lei de Cotas”, com o apoio político efetivo às candidaturas de mulheres, e sobretudo com a garantia das condições materiais e financeiras às mesmas.

O CNDM também procurou desenvolver ações articuladas com os Conselhos de Direitos da Mulher (estaduais e municipais) tendo em vista estimular estes Conselhos a que se envolvam no processo eleitoral do seu estado ou município, de forma a ampliar a participação das mulheres nos cargos eletivos.

ações para o fortalecimento dos conselhos dos direitos das mulheres



Foto Suzana Pires

A participação popular é um mecanismo essencial na elaboração e fiscalização das políticas públicas. O protagonismo feminino possibilita ações e teorias a fim de modificar as relações de desigualdades pautadas nas diferenças anatômicas.

A Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres destaca os avanços na institucionalização do tema de gênero, através da criação de órgãos públicos: conselhos e secretarias. Segundo a secretaria, já existem em funcionamento mais de 20 Conselhos Estaduais, uma centena de Conselhos Municipais e mais de 40 Secretarias e Coordenadorias.

Entretanto, muitas vezes, observam-se alguns obstáculos que dificultam a efetiva democratização dos processos de formulação das políticas para mulheres, dentre eles:

- Defender oportunidades iguais para as mulheres no mercado de trabalho, de maneira a ampliar sua autonomia econômica e permitir que ela efetivamente exerça a cidadania plena;
- Estrutura do conselho nacional (vinculação à secretaria e caráter apenas consultivo);
- Dificuldade de articulação com outros segmentos;
- Pouca ou nenhuma atenção por parte dos governantes para os programas ou ações de combate à discriminação das mulheres (muitas vezes há descaso);
- Falta de recursos para realização de atividades;
- Falta ou pouca capacitação das conselheiras, sendo que o problema está mais próximo dos conselhos municipais;
- Entendimento equivocado sobre a luta pelos direitos das mulheres ou sobre o feminismo;
- Não observação da diversidade na formação dos conselhos
- Cursos de capacitação para conselheiras das esferas municipais, estaduais e federal, com foco nas questões específicas, com material informativo como cartilha, vídeos, etc;

- Acompanhamento/fiscalização das formulações de leis e implementação de políticas, atentando para a observação do recorte de gênero;
- Campanha nos meios de comunicação para sensibilização da sociedade quanto à importância dos conselhos e do papel das conselheiras;
- Sítio da Internet com informações sobre mulheres, política, participação democrática (contemplando todos os segmentos).
- Viabilidade de participação dos segmentos de mulheres mais invisíveis, como as negras, as profissionais do sexo, as lésbicas, as indígenas, as mulheres com deficiência, as mulheres que professam religiões de matrizes africanas;
- Articulação entre as 3 esferas dos conselhos e também entre os diferentes conselhos, a fim de pensar uma política integrada;
- Preparação e discussão do plano de política nacional para mulheres;
- Organização e articulação de iniciativas de empoderamento das mulheres no processo de participação nos conselhos e demais ações de controle social;
- Realização de seminários a fim de ampliar as discussões;
- Elaboração e seguimento de um planejamento a fim de programar as ações;
- Constituição de um fundo específico a fim de ampliar a autonomia;
- Interlocução dos conselhos com o movimento de mulheres e feminista. ✿

Fonte: Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos – Módulo III - Abril – Julho/2006

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy

Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República

MARGARIDAS

A margarida é uma flor delicada, inocente, e frágil. Porém, ela consegue sobreviver e persistir nos lugares mais inesperados. Por isso ela é uma flor que ocupa muitos espaços, cresce até nos lugares mais distantes da África e possui cores brilhantes para facilitar a sua polinização.

As abelhas adoram as margaridas, assim como as pessoas. A fragrância, a estética, mas também para o uso medicinal, como chá ou ervas. Visto dessa forma a margarida é mais que apenas a flor da inocência das crianças, ela também é a flor da paz no mundo.

As margaridas são flores que vêm da família Asteraceae, com mais de 20.000 espécies e 1.100 gêneros diferentes, tão variadas, como bem-me-quer, mal-me-quer e bonina por exemplo. A flor normalmente considerada margarida é a mais branca com várias pétalas e núcleo amarelo. Chamada bellis perennis ou “margarida vulgar”, pois é ela que dá nos campos e matos sem ser semeada pela mão do ser humano e por isso a margarida também é chamada de “flor do campo”. Quando utilizada uma margarida num arranjo de flores, é pelo motivo de despertar o sentimento da inocência e modo das crianças. Na história da humanidade, já conhecemos povos que utilizaram a margarida na vida política e religiosa há mais de 5.000 anos. Associadas à celebração da primavera, como também do verão, é comum decorar a casa com margaridas para trazer felicidade e atrair as fadas nas religiões femininas. Margaridas sempre evocaram uma misteriosa energia ao olhar do ser humano por que possui a incrível habilidade de seguir o sol pelo céu. Por suas virtudes estéticas como uma planta de enfeite nos arranjos e jardins, a margarida é uma flor encantada.

Como é possível encontrar tantas variedades de flores que são chamadas de margaridas, é difícil dizer que essa ou outra é a verdadeira margarida. As margaridas podem ser flores naturais “do campo”, flores naturais “criadas” ou mesmo flores cruzadas. Essa flexibilidade com a margarida é justamente o seu enigma mais profundo.

Escola Sul, 21 de novembro de 2007.



O projeto Bem-me-quer é dedicado à memória Gladis e Ednalva



Gladis Vera Gassen

Teóloga e pesquisadora na área de gênero, uma pioneira no trabalho com mulheres do movimento sindical e popular na região sul e no Brasil. Gladis partiu no início de 2006 e deixou profundas marcas em militantes pelos direitos das mulheres de todo o Brasil.



Maria Ednalva Bezerra de Lima

Foi Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, e se foi em setembro de 2007. Na sua trajetória como professora, sindicalista e feminista empenhou grandes lutas pelos direitos das mulheres e pelo fim das desigualdades de gênero e raça.

Maria Ednalva Bezerra de Lima



Foto Suzana Pires

A discussão em torno da participação das mulheres na vida pública, no que se refere às relações de poder, tem colocado para o conjunto das organizações de mulheres em diversos setores, um debate sobre as várias dimensões das relações sociais, como as de gênero.

O poder é segundo Joan Scott, “o primeiro elemento norteador das relações sociais de gênero”, ou seja, as relações entre os homens e as mulheres.

Assim, quero localizar aqui os conflitos das relações sociais no contexto de uma sociedade autoritária, preconceituosa, discriminatória e com um índice de desigualdades sociais, políticas e econômicas graves que se expressam na divisão sexual e social do trabalho.

Onde estão as mulheres e os negros/as? - na distribuição desigual do acesso, do uso e controle dos recursos produtivos (terra, informação, novas tecnologias, recursos naturais, etc).

Onde se inserem nas políticas públicas? - a distribuição desigual do poder entre homens e mulheres, entre brancos e negros. As dificuldades que encontram em participar ativamente dos processos de decisão, desde a casa até os diversos espaços da sociedade (Estado).

“As mulheres sempre têm sido excluídas das grandes decisões e dos espaços públicos de poder. Podemos dizer que ao longo da história, as mulheres têm estado do outro lado do poder, do lado da subalternidade.”



In memorian, Foi Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores. Artigo publicado em 29/08/2007, www.cut.org.br – SNMT.

Como um dos elementos das relações sociais, o poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal e se expressa constantemente, em um conflito de interesses antagônicos e diferenciados constituídos em nossa sociedade.

As relações de poder se mantêm a partir de mecanismos de socialização, da força ideológica vigente, de crenças religiosas etc, em que se constata uma contradição de concepção do que se entende pelo poder e a definição para onde caminha uma sociedade.

Neste sentido as mulheres sempre têm sido excluídas das grandes decisões e dos espaços públicos de poder. Podemos dizer que ao longo da história, as mulheres têm estado do outro lado do poder, do lado da subalternidade.

As relações entre os homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas é antes de tudo, uma construção social que possui uma base material. Isto permite conhecer a realidade em que se expressam estas relações e entender os comportamentos, atributos e papéis que cada cultura impõe ao masculino e feminino, a partir do lugar que cada um dos sexos têm ocupado na sociedade.

Ainda hoje, em que pese todas as mudanças ocorridas para a melhoria das condições sociais, políticas e econômicas das mulheres, muitas ainda não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem enquanto sujeitos, não decidem sobre seus destinos.

Da forma como está imposto em nossa sociedade, para as mulheres as pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper com a supremacia masculina em alguns momentos ou circunstâncias, são poderes tremendamente desiguais e exercidos a partir de lugares (espaços) que não são reconhecidos socialmente como lugares de poder.

Há, portanto, uma subalternidade determinante na vida das mulheres fruto do seu papel e imagem de gênero.

“A sociedade através das instituições, da cultura, das religiões, crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual, social e racial do trabalho, forma mulheres e homens como sujeitos opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação.”

Por isto, quando falamos de relações de gênero (entre homens e mulheres), estamos falando de poder. Na medida em que as relações existentes entre os gêneros são relações desiguais e assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal (modelo masculino).

Este domínio patriarcal apresenta na sociedade distintas manifestações e está presente no cotidiano do mundo doméstico e da estrutura familiar (esfera privada) como na lógica organizacional das instituições do mundo público.

Não é preciso praticar a discriminação aberta contra a mulher ou a violência explícita para demonstrar sua presença na medida em que esse poder de gênero está assegurado através dos privilégios masculinos e das desigualdades entre homens e mulheres.

Chamo a atenção aqui para alguns aspectos derivados da condição de subordinação que são comuns a todas as mulheres e agravados pelas questões de raça/etnia, geracional, orientação sexual, classe:

- O controle masculino do trabalho das mulheres;
- O acesso restrito das mulheres aos recursos econômicos e sociais e ao poder político, cujo resultado é uma distribuição muito desigual dos recursos entre os homens e mulheres;
- A violência contra as mulheres e o controle da sexualidade.

O conceito de *empoderamento* surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto-valorização da raça e conquista de uma cidadania plena.

O termo começou a ser usado pelo movimento de mulheres ainda nos anos setenta. Para as feministas o *empoderamento* compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. Significa a elevação da auto-estima, a construção de uma auto-imagem e confiança positiva; o desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente; a construção da coesão de grupo; a promoção da tomada de decisões e a ação.

“Empoderamento para as mulheres é ter controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, apropriar-se da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir visando o bem-estar, o acesso aos recursos, maior participação e autonomia.”

A autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação aos seus direitos e interesses como cidadã.

Analisando os tempos atuais, com novos cenários políticos, econômicos e até sociais, a presença e representação política das mulheres merecem reflexões mais aprofundadas.

As mulheres e a representação política

No Brasil, as mulheres constituem mais de 50% da população. São aproximadamente 43% da População Economicamente Ativa (PEA). Estão no Parlamento (42 mulheres na Câmara dos Deputados, 9 no Senado, 6.550 vereadoras nas Câmaras Municipais e 132 nas Assembléias Legislativas) e nos vários níveis dos poderes Executivo (2 governadoras RJ e RN, e 416 prefeitas) e Judiciário (7 Ministras no STF, STJ, TST e TSE) de nosso país. Na composição do 1º escalão do governo federal temos uma representação política importante, mas ainda distante do ideal.

Parece que os efeitos da “lei de cotas”, aprovada em 1995, que é baseada na estratégia de “ação afirmativa”, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), se fazem sentir no Brasil. Porém, há um longo caminho por trilhar para que haja, de fato, igualdade de oportunidades para as mulheres que conforme conclusão da 5ª Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), é condição fundamental para o pleno exercício da democracia.



As mulheres e o movimento sindical

No movimento sindical as mulheres têm uma participação sindical inferior aos dos homens se compararmos com a sua inserção no mercado de trabalho. Isto é verificado tanto na composição do quadro de associados, quanto nas diretorias sindicais. No quadro de associados, a presença das mulheres é maior nos sindicatos de trabalhadores urbanos do que nos sindicatos de trabalhadores rurais. Em que pese o aumento do número de mulheres nas diretorias, essa participação é registrada, preferencialmente, nos cargos que não são os três mais importantes: presidente, secretário geral e tesoureiro.

“Nossa luta e organização no interior da Central têm demonstrado avanços importantes. A CUT tem objetivos claros sobre as mudanças radicais nas relações sociais e considera em seu conjunto de representação as mulheres trabalhadoras enquanto sujeitos políticos e interlocutoras nos diversos setores da sociedade.”

As mulheres e o mercado de trabalho

Mesmo com o grande crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do número de trabalhadoras chefas de família e o seu destaque profissional em várias categorias. Verifica-se ainda, a segmentação ocupacional, as barreiras de acesso, permanência e promoção no emprego, maior dificuldade de oportunidade à qualificação profissional e ascensão aos postos de trabalho mais qualificados e hierarquicamente superiores e aos cargos de chefia. Tais desigualdades representam também, a existência de diferenciais de remuneração entre homens e mulheres.

Em nosso país, o rendimento médio das mulheres ocupadas continua sendo cerca de 65% da remuneração média masculina. São responsáveis pelo sustento de aproximadamente 1/3 das famílias no Brasil. Esta situação fica mais agravada quando se inclui o componente racial. É grande a participação de mulheres negras no trabalho doméstico sem registro em Carteira de Trabalho, sem proteção e sem garantia de direitos trabalhistas e sociais. De maneira geral, as trabalhadoras ainda estão concentradas em atividades do setor de serviços e têm presença expressiva no seguimento informal. No que se refere às trabalhadoras do campo, a exploração e a discriminação se revelam na falta de acesso à posse da terra – mesmo quando esta está garantida por lei.

“É importante destacar que, apesar das mulheres terem maior escolaridade do que os homens - as mulheres ocupadas possuíam, em 2003, 7,8 anos de estudo contra 6,8 anos dos homens ocupados, seus rendimentos ainda são inferiores aos dos homens,”

são mais numerosas em setores menos prestigiados socialmente e expostos a piores condições de trabalho, se comparados aos redutos masculinos. Estudos recentes e divulgados no mês passado, realizados pelo BNDES revelam que serão necessários 75 anos para o alcance da igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil.

Estamos organizadas dentro da CUT com legitimidade de representação política. Ao longo de duas décadas já desenvolvemos ações afirmativas, campanhas pelo direito ao aborto, à creche, à igualdade de oportunidade, combate à violência contra a mulher.

Mas, ainda os desafios são grandes porque ao observarmos as nuances de representação real quanto à ocupação e a vivência das trabalhadoras nos postos de direção, de mando, de chefia, estes espaços ainda contêm componentes fortes da ideologia patriarcal que se expressam na forma e estrutura de poder.

Destaco dois desafios importantes para avançar neste aspecto: >>>



- 1- o não reconhecimento das desigualdades, principalmente no que se refere ao exercício do poder e a conciliação do espaço público e privado, combinado com a dupla jornada de trabalho das mulheres;
- 2- a herança que restou para as mulheres no processo de socialização que reforça o distanciamento das mulheres da política e da vida pública, como já citei anteriormente, através da educação diferenciada no âmbito da família, da escola, da igreja etc, com atributos que conferem e incentivam as mulheres aos lugares também diferenciados e excludentes.



As mulheres, as relações sociais e de poder

É inegável que a presença massiva das mulheres no espaço público, reconhecido como lugar por excelência de homens, tais como o mercado de trabalho, os sindicatos, os partidos políticos, as associações comunitárias, trouxe mudanças fundamentais para a sociabilidade das mulheres nesse universo. Neste sentido podemos dizer que introduziu novos valores que permitem repensar as estruturas políticas e as relações cotidianas entre homens e mulheres; possibilitou uma nova visão do relacionamento nas práticas políticas; contribuiu para transgredir a hierarquia de poder até então estabelecida nestes espaços.

Nada é imutável, nem mecanicista. Tudo é histórico e periódico. Ao meu ver, as transformações das relações de gênero ocorrerão num processo lento de sensibilização e construção de consciência crítica dos sujeitos sociais para a mudança de mentalidade, no que se refere ao exercício da cidadania. >>>

Exemplo disto são as mulheres que lutaram contra o status de inferioridade que lhe foi atribuído socialmente: as bruxas da idade média foram mulheres que contestaram a ordem estabelecida; o direito ao voto feminino foi arduamente conquistado, inclusive no Brasil (1934); foi o movimento feminista contemporâneo responsável por muitas mudanças em relação ao papel da mulher nos espaços público e privado.

Já contamos com legislação nacional que proíbe diferenças de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Mesmo assim, a legislação não tem sido suficiente para reverter o quadro de desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho e também, em outras esferas sociais. É fato, ainda, que continua presente em nossas vidas a violência específica (assassinatos cometidos por maridos e companheiros, estupros e excisão do clitóris que ocorrem nos países africanos); com a pobreza (a maioria da população pobre do mundo é feminina); com a pequena participação das mulheres nos espaços de poder. No Congresso Nacional estamos representadas por somente nove senadoras e quarenta de duas deputadas federais.

“Não há democracia sem a presença e participação das mulheres. É necessário que tenhamos estratégias de superação da opressão e da exploração às mulheres em nossa sociedade; que sejam intensificadas ações que estimulam a participação política e às muitas outras questões que envolvam o exercício da cidadania das mulheres.”

As mulheres participando, construindo e transformando:

A presença das mulheres nos espaços públicos e de poder quebra a naturalidade criada e mantida pela ideologização de que tais espaços são masculinos, provocando alterações significativas nas relações sociais e nas dinâmicas estabelecidas nas estruturas de poder; incentiva o exercício de decidir coletivamente com o princípio da solidariedade; fortalece a mobilização para o exercício do poder e da construção da democracia.

As mulheres a partir da compreensão das condições de dominação, da necessidade de organização e a importância da mobilização, podem constituir nos espaços públicos, demandas políticas mais amplas, introduzir novos elementos nos acordos coletivos e renegociar as relações domésticas (espaço privado).

As mulheres trazem à tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de tomada de decisões coletivas e de responsabilidades compartilhadas.

Por fim, quero ressaltar que em nossa agenda política nacional temos o processo eleitoral em curso. Trata-se de momento privilegiado quanto a fazer valer os reais interesses das mulheres e de ampliar nossa capacidade de representação nos espaços de poder e decisão em diferentes níveis. Nossa responsabilidade neste processo é grande, pois exige que nossas escolhas sejam traduzidas em futuras gestões compromissadas com a efetiva participação das mulheres, com a promoção de maior igualdade de oportunidades para as mulheres, condução da política pública e de legislação necessária voltada para a conquista de mais direitos, e o alcance de novos patamares para as brasileiras. ❀

Consultas bibliográficas:

Leon, Magdalena: León, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In. León, Magdalena. Kirkwood, Julieta. Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos. Santiago: Flacso. Março, 1986.
Costa, Ana Alice. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol.2)
Stromquist, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In.
Bezerra Lima, Maria Ednalva. Mulher, participação e poder; Gênero, trabalho e participação política – 2006 – SNMT/CUT.
Sindicatos: Indicadores Sociais 2001/IBGE.
Visão do Desenvolvimento – BNDES/nº 10 – agosto/2006.



Lua adversa

Cecília Meireles

Tenho fases, como a lua
Fases de andar escondida,
fases de vir para a rua...
Perdição da minha vida!
Perdição da vida minha!
Tenho fases de ser tua,
tenho outras de ser sozinha

Fases que vão e que vêm,
no secreto calendário
que um astrólogo arbitrário
inventou para meu uso.

E roda a melancolia
seu interminável fusol!
Não me encontro com ninguém
(tenho fases, como a lua...)
No dia de alguém ser meu
não é dia de eu ser sua...
E, quando chega esse dia,
o outro desapareceu...

Não tem volta

Zélia Duncan

Se você vai por muito tempo
você nunca volta.
Você retorna,
Você contorna
mas não tem volta
a estrada te sopra pro alto
pra outro lado
enquanto
aquele tempo
vai mudando.
Aí, de quando
em quando você lembra
aquele beijo,

aquele medo
mas você sabe
que tudo ficou antigo
e você não volta
nem com escolta
nem amarrado
porque o passado
já te perdeu
e o perigo
muda mesmo de endereço
Não existe pretexto.
O dia mudou
o carteiro não veio
o princípio é o meio
e você retorna
mas não tem volta.



VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES, A LEI MARIA DA PENHA E A JUDICIALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS DE GÊNERO

Miriam Pillar Grossi - Professora do Departamento de Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Fernanda Cardozo - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia - Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS

RESUMO: As violências contra as mulheres são hoje reconhecidas no Brasil como uma grave questão de violação aos direitos humanos das mulheres, posição expressa pela Lei Maria da Penha, promulgada em agosto de 2006. Refletiremos neste artigo sobre as violências de gênero e os processos de judicialização dos conflitos afetivo-conjugais apontando para alguns debates teóricos a respeito das questões de conflitos e de violências.

1. O contexto da Lei Maria da Penha

Em 07 de agosto de 2006, foi finalmente promulgada a Lei 11.340 – que foi batizada pelo Presidente da República de Lei Maria da Penha, como justa homenagem à luta de quase vinte anos de Maria da Penha para que seu agressor fosse punido.

A Lei Maria da Penha veio responder às demandas das mulheres em situação de violência. Constitui-se um marco legislativo para as mulheres brasileiras e uma importante ferramenta para o atendimento dos casos de violência. Estabelece um novo paradigma ao dar um novo tratamento à questão, que passa a ser considerada, por força do artigo 6.º, uma violação de direitos humanos e não mais um crime de menor potencial ofensivo.¹

Historicamente, data do final dos anos 1970, no Brasil, a denúncia pública feita pelas feministas a respeito da inoperância dos tribunais brasileiros nos julgamentos de maridos e de companheiros responsáveis pelo assassinato de suas mulheres, denúncia que teve como casos paradigmáticos a absolvição dos maridos e companheiros assassinos da *socialite* mineira Angela Diniz pelo *playboy* Doca Street e da cantora Eliane de Grammont pelo famoso cantor de músicas românticas, Lindomar Castilhos.²

A promulgação da Lei Maria da Penha no Brasil coroou um processo histórico de três décadas de lutas feministas, de debates políticos e acadêmicos a respeito das violências e dos conflitos decorrentes das assimetrias de gênero. Referente a vivências plurais de conflitos afetivo-conjugais, presentes tanto em grupos populares quanto em camadas médias e altas, a nova medida legislativa ganhou ampla popularização entre distintos segmentos sociais e grande repercussão na mídia e no cenário político nacional. Observamos sua amplitude junto à opinião pública através de pesquisas realizadas em escolas públicas do Estado de Santa Catarina³ com alunos e alunas de quinta a oitava séries do Ensino Fundamental, que, em sua maioria, conhecem a lei da Maria da Penha e relatam casos de violências contra mulheres, seja porque vivenciam tais experiências na família (em geral vendo a mãe apanhar do pai ou do padrasto) ou na vizinhança, seja porque acompanham o que se veicula nos jornais, em programas televisivos populares ou mesmo nas telenovelas. Para esses adolescentes, a Lei Maria da Penha “*serve para punir os homens que batem em mulheres*” ou “*proteger as mulheres*”.

A conquista política e social do movimento de mulheres e do movimento feminista ante a promulgação da Lei Maria da Penha é fato incontestável. Após três décadas de protestos e passeatas, opressões e repressões, gritos e silenciamentos, discussões e debates, trata-se de uma ação governamental que respalda uma das principais palavras de ordem do feminismo da segunda onda: “o pessoal é político”.

No entanto, face à forma como a lei está sendo aplicada, constata-se, não sem perplexidade, que novas questões se colocam para as reflexões teóricas antropológicas a respeito da excessiva *judicialização* das relações de gênero no Brasil.

A punição dos agressores de mulheres está hoje prevista por uma lei específica e circunscrita por aparelhos jurídicos direcionados, graças à articulação da sociedade civil com o Estado que fez com que as violências contra as mulheres saíssem do baú daquelas coisas inomináveis e privadas nas quais, como diz o ditado popular, “*não se mete a colher*”, para ganharem estatuto jurídico e policial. A mobilização que deu origem à elaboração e à promulgação da Lei Maria da Penha foi fruto de um “*consórcio feminista*” envolvendo juristas e Organizações Não-Governamentais em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Diferentemente de leis “*que não pegam*”, foi surpreendente a visibilidade imediata que a Lei Maria da Penha teve nos debates públicos, na mídia e na reação das mulheres espancadas, através de um aumento significativo de denúncias nas delegacias da mulher, o que levou à superlotação de celas em delegacias e em cadeias provisórias face ao impressionante número de homens agressores, tanto de danos físicos quanto morais, presos a partir da aplicação da lei por delegadas e delegados em todo o país.

Paralelamente aos ganhos imediatos para as mulheres e famílias em risco implicados na Lei, a medida legislativa acarretou impasses na esteira das reflexões teóricas acerca das experiências de violências domésticas e conjugais, tema que já era objeto de investigações desde o início dos anos 1980 no campo acadêmico. Tal debate é marcado pelo que chamamos, em outra ocasião (GROSSI, 1990), de oposição entre “*vítimas e cúmplices*”, ou seja, de posições que ora viam as mulheres como vítimas da violência masculina, ora como suas cúmplices na montagem e na perpetuação das *cenários de violência*.

Este debate toma hoje uma nova configuração em torno da problemática da *judicialização* das relações sociais no Brasil contemporâneo (RIFIOTIS, 2007).

Esta nova reflexão, fundamentada na corrente que buscava perceber, nas relações afetivo-conjugais conflituosas, um caráter comunicativo e relacional das violências conjugais, expressa-se no temor de cert@s pesquisador@s em relação a um possível aprisionamento das situações de conflito afetivo-conjugual pelo sistema jurídico e se coloca em parte em contradição com as análises positivas trazidas pelos movimentos sociais e pelo Estado sobre o papel deste na resolução dos conflitos sociais. Voltaremos a esta reflexão no final deste artigo, mas primeiro gostaríamos de relembrar a contribuição de algumas das principais pesquisas sobre violências contra mulheres realizadas nas últimas três décadas.

2. Os estudos feministas sobre violências

Os estudos sobre as violências empreendidas contra as mulheres tiveram, desde o início dos anos 1980, uma forte influência das mobilizações feministas em diálogo com reflexões teóricas feitas no corpo da Teoria Feminista. Inicialmente, no Brasil, estes estudos tiveram uma forte polarização macrossociológica entre *dominação* masculina e *vitimização* feminina (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995) para, num segundo momento, centrarem-se na concepção de uma relacionalidade vivencial dos conflitos entre pares (FONSECA, 1991; GREGORI, 1993; GROSSI, 1998; SOARES, 1999) e, num terceiro momento, na articulação entre estas duas perspectivas (ZANOTTA MACHADO & MAGALHÃES, 1999; BRANDÃO, 1996; PORTO, 2002). Alguns destes estudos se pautaram na análise da dimensão experiencial dos sujeitos e introduziram o debate em torno da agência (ORTNER, 2006), ou seja, da capacidade das mulheres de “*serem donas de seu próprio destino*”, deixando de pensar a violência como algo isolado no pólo masculino e passando a entendê-la como algo da “*circulação de poderes*” entre indivíduos marcados por estereótipos e por modelos de masculinidade e de feminilidade.

Impulsionados pelas indagações feministas, os estudos sobre violências contra as mulheres estiveram imbuídos, no século XX, da perspectiva segundo a qual as mulheres seriam *vítimas* de um poder eminentemente masculino e universal (HERITIER, 1998; BOURDIEU, 2003). A atribuição do caráter vitimário às mulheres e a masculinização da violência acabou por retirar das mulheres as possibilidades de ação, congelando-as na posição de vítimas que seriam passivas e pacificadas em contraposição à figura do homem como seu algoz, o que instituiu uma concepção estática das relações de gênero.

Essediscursode *vitimização* feminina (GREGORI, 1993) implica a idéia de que as mulheres seriam incapazes de reagir à violência masculina. Além disso, o processo de construção da vitimidade implica, paralelamente, a construção da monstrosidade do outro, a formulação de um inimigo oposto em atitudes e em integridade, em correspondência à oposição demarcada pela polarização entre vítimas e algozes (BRUCKNER, 1997). Diferenciados por suas posições de responsabilidade ante episódios de conflito, os pares conjugais em disputa se diferenciariam em seus atributos morais, em uma separação de papéis que culpabiliza inteiramente um dos lados da relação e isenta completamente o outro.

Parecer-se com o outro em um campo de disputas conflituosas é contaminar-se, é tornar-se impuro (DOUGLAS, 1976) e, assim, perder a legitimidade de defesa moral. Nesta perspectiva, substancializam-se representações sociais tradicionais sobre diferenças de gênero, que determinariam lugares de homens e mulheres em nossa sociedade.

É em virtude de tal quadro que o contrário – ou seja, a violência perpetrada por mulheres contra seus parceiros homens – é realidade pouco visibilizada e mesmo tomada como anedota, risível e ridicularizável, sendo alvo inclusive de piadas e de brincadeiras em programas de televisão, como pudemos constatar em nossas pesquisas. Nesse sentido, Bárbara Musumeci Soares (1999) discute como as narrativas de homens que são agredidos por suas parceiras são postas sob suspeita, desvelando-se iniquidades nos sistemas morais e jurídicos ao se tratar de homens e de mulheres. Quando da experiência de pesquisa referente ao projeto mencionado acima, nossa equipe invariavelmente se via interpelada pelos comentários de estudantes entrevistados a respeito da necessidade de criação de uma lei de proteção aos homens violentados por suas mulheres, denominada pelos pequenos sujeitos como “*Lei João da Penha*”. Não foram raras as histórias contadas pelos adolescentes acerca de homens que “*apanhavam*” de esposas ou de vizinhas.

Contestando os pressupostos da *vitimização* feminina, outra tendência ou linhagem teórica que se constituiu no âmbito dos estudos sobre violências conjugais contra as mulheres sinaliza *transformações* teóricas



¹Disponível em: <http://www.campanha16dias.org.br/Ed2007/LeiMariaDaPenha/index.asp>.

²Para a história deste período, ver CORREA, Mariza. **Os crimes da Paixão**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

³Pesquisa realizada pelo NIGS (Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades) em parceria com o NUR (Núcleo de Estudo de Modos de Subjetivação e Movimentos Contemporâneos) sobre Gênero e Ensino Religioso em Santa Catarina, com apoio do Programa PROSARE/CCR/CEBRAP.

e conceituais significativas para a reflexão, na medida em que se voltou para o aspecto relacional dos conflitos conjugais, deslocando as mulheres de uma vitimização objetificadora para uma agência sobre a dinâmica da relação afetiva (FONSECA, 1991; GREGORI, 1993; GROSSI, 1995, 1998).

O foco sobre as dinâmicas vivenciais dos conflitos conjugais clareou a co-participação dos membros do casal na construção e no processo dos episódios de violências. Maria Filomena Gregori (1993), apoiada em Barthes (1998), enfatizou as “cenas” desencadeadoras das agressões conjugais, em que estas atuam como desfecho de uma cadeia de provocações e de disputas verbais da qual tanto o homem quanto a mulher são agentes.

3. Conflitos, Estado e judicialização das lutas por reconhecimento

Ampliando as reflexões propostas por estas autoras e voltando à reflexões teóricas clássicas sobre conflitos e violências, lembramos os estudos de Simmel (1983) sobre o caráter comunicativo e integrador dos processos sociais de que se reveste o conflito, podendo o mesmo conferir sentido a experiências de exclusão e de desrespeito social na medida em que restituem o direito e a identidade violados ou negados.

A construção de identidades individuais e coletivas a partir dos conflitos sociais é também tema trabalhado amplamente pelo filósofo Axel Honneth (2003), para quem uma das formas de aproximação coletiva de atores sociais se pauta pela “experiência de desrespeito social”. O autor observa as lutas sociais pela perspectiva da *moralidade* e defende que a interação social é baseada no conflito e que as identidades individuais e coletivas se constituem pelas *lutas por reconhecimento*. Haveria, para o autor, três formas de reconhecimento – amor, relativo às relações privadas; direito, concernente à esfera pública em que se dão os debates em torno da cidadania; e estima social, dimensão que diz respeito às relações do sujeito com seu grupo e a partir dele –, sendo que a cada uma corresponderia uma forma específica de desrespeito – maus tratos; privação de direitos e exclusão; ofensa e degradação de formas de vida, respectivamente. Na medida em que essas experiências individuais de desrespeito social são apropriadas e sentidas pelo grupo, há uma luta social para a restauração e reivindicação do reconhecimento negado ou violado.



Selo da Campanha da CUT

Essas disputas, que se iniciam com desacordos e descompassos cotidianos e culminam nas queixas junto às delegacias, seguidas, geralmente, da volta à vida conjugal, demarcam uma circulação dos poderes entre os elementos do casal (GROSSI, 1998), uma vez que a queixa policial e a articulação de uma rede social em torno da vitimidade reivindicada pela mulher possibilitam a vigilância e o controle sobre o cônjuge, o qual, por um certo período, permanece afável mediante constrangimento social, até que novos episódios se desencadeiem, estabelecendo-se um “ciclo da violência conjugal” (GROSSI, 1998). Claudia Fonseca (1991), por sua vez, mostrou como em camadas populares de Porto Alegre a presença da violência era uma exigência social para a manutenção dos papéis de gênero esperados de homens e de mulheres.

Os estudos realizados sob o referencial teórico da relacionalidade das violências conjugais desvelaram os espaços das delegacias como um lugar de empoderamento das mulheres ante as situações de conflitos com seus companheiros. Para muitas mulheres que ali prestavam queixa antes da Lei Maria da Penha, as figuras policiais serviriam à mediação dos conflitos sob acionamento por parte dessas mulheres, a quem era permitida a retirada da queixa após o “susto” contra o parceiro (BRANDÃO, 1996). Nesse sentido, a Lei Maria da Penha assinala uma mudança nas experiências e nas possibilidades de ação dessas mulheres ao transferir para a instância judiciária o controle sobre os caminhos de julgamento dos companheiros denunciados.

Tal mudança inscreve-se em um quadro do que Theophilos Rifiotis (2004, 2007) define como *judicialização* das relações sociais. A partir das investigações e das reflexões acerca dos conflitos conjugais, o autor constata o fenômeno de transposição dos conflitos interpessoais para o âmbito jurídico, retirando-se dos sujeitos as possibilidades de resolução dos mesmos no interior dessas relações e conferindo ao Estado o poder de mediação. A esse processo, o autor denomina *judicialização* ou *judiciarização*, categoria que reporta à leitura dos conflitos a partir dos

mecanismos judiciários, a um “conjunto de práticas e valores [...] que consiste fundamentalmente em interpretar” os conflitos “a partir de um ponto de uma leitura criminalizante e estigmatizada contida na polaridade ‘vítima-agressor’, ou na figura jurídica do réu” (RIFIOTIS, 2004: 4). A judicialização, dessa forma, implica a aplicação de métodos repressivos e de curto prazo na resolução dos conflitos e a desvalorização de outras modalidades que busquem mediá-los (RIFIOTIS, 2007). Seguindo este raciocínio, a transferência da autoria da resolução dos conflitos para o âmbito jurídico-legislativo suporia para o autor, para além dos ganhos de reconhecimento social, a menoridade dos indivíduos, que passam a ter seus direitos agenciados e tutelados pelo Estado (RIFIOTIS, 2007).

Alguns espaços sociais do Estado, como as Delegacias da Mulher, existentes desde 1985 no Brasil, permitiram às mulheres que pudessem compartilhar experiências de agressão, maus tratos, ofensas e propiciaram a coletivização dessas vivências, o que repercutiu, por sua vez, da criação de pautas e demandas políticas em torno do reconhecimento e da restituição dos direitos dessas mulheres autodenominadas vítimas de violências, que culminou com a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006.

4. Violências de Gênero e Homofobia

Entendemos neste artigo que as violências e os conflitos conjugais são dotados de um caráter relacional. Eles expressam formas de relações sociais e propiciam a articulação de redes sociais que transformam as experiências vivenciadas individualmente em experiências coletivas que respaldam políticas públicas e reelaboram o estar-no-mundo dos sujeitos que as integram.

Tendo-se em vista a história teórica e política dos estudos e do movimento feministas, dois resultados, em particular, constituem conquistas históricas e ganhos teóricos nos estudos de gênero a partir do campo da teoria feminista: a própria construção e consolidação da categoria analítica *gênero*, apropriada e ressignificada por diferentes perspectivas epistemológicas, e a premissa de que *o pessoal é político*, que permeia os estudos feministas e que aparece também em outros campos dos estudos de gênero e sexualidade como na discussão acerca da homossexualidade, da travestilidade e da transexualidade, sobretudo no que diz respeito às experiências de discriminações, conflitos e violências, tal como demonstra Sílvia Ramos (2003) ao falar das políticas públicas de combate à homofobia, que seguem o modelo da consolidação do movimento feminista, por intermédio da criação de centros de denúncia de agressores e de acolhimento a mulheres vitimizadas. Para ela, pois, a identificação entre os sujeitos que compartilham de certas experiências de violências e de discriminações cria espaços de debates públicos e fortalece coletivamente as demandas políticas em favor desses segmentos, tal como constatamos com o que ocorreu com as mulheres vítimas de violências masculinas.

>>>

Neste sentido, constatamos que houve, por parte das mulheres vítimas de violência no Brasil, um claro *empoderamento* a partir da promulgação da Lei Maria da Penha. Podemos comparar as lutas feministas com outras lutas sociais no Brasil, como a de grupos marginalizados como de *travestis* e *transgêneros*, objeto de nossa reflexão no momento (CARDOZO, 2008). Ao lado das políticas públicas em implantação a partir da Lei Maria da Penha, constata-se a existência de outras políticas públicas, articuladas desde 2004, em torno do Programa Brasil Sem Homofobia, atuando em outras violências decorrentes das assimetrias de gênero – a “homofobia”. Centros de referência de acolhimento a vítimas de violências¹ (mulheres, gays, lésbicas, travestis ou transexuais) marcam um novo momento do cenário político inaugurado pela agenda feminista, amparada nas violências de gênero e na organização política dos sujeitos em busca de reconhecimento e de restituição de direitos. ❀

¹Em Santa Catarina, há três Centros de Referência implantados pelo Programa Brasil Sem Homofobia através da Secretaria Especial de Direitos Humanos: um em Florianópolis, outro em Balneário Camboriú e um terceiro em Lages.



“Alguns espaços sociais do Estado, como as Delegacias da Mulher, existentes desde 1985 no Brasil, permitiram às mulheres que pudessem compartilhar experiências de agressão, maus tratos, ofensas e propiciaram a coletivização dessas vivências, o que repercutiu na criação de pautas e demandas políticas em torno do reconhecimento e da restituição dos direitos dessas mulheres autodenominadas vítimas de violências, que culminou com a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006.”

Referências Bibliográficas

- BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. 8 ed.
- BRUCKNER, Pascal. **A Tentação da inocência**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 3 ed.
- BRANDÃO, Elaine Reis. **Nos Corredores de uma Delegacia da Mulher**: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1996. 211f. Orientador: Sérgio Luís Carrara.
- CARDOZO, Fernanda. **Das “queixas” às agendas políticas**: uma etnografia dos processos de construção de identidades coletivas de travestis a partir das experiências de conflitos em uma ONG no sul de Santa Catarina. Projeto de Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSC. Florianópolis: 2008. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.
- CORREA, Mariza. **Os Crimes da Paixão**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva: 1976.
- FONSECA, Claudia. “Cavalo amarrado também pasta: honra e humor em um grupo popular brasileiro”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: ANPOCS, n. 15, 1991 (pp. 27-39).
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- GROSSI, Miriam Pillar. “Vítimas e Cúmplices: Dos diferentes caminhos nos estudos sobre violências contra as mulheres no Brasil”. **Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambu: 1990, mimeo.
- GROSSI, Miriam Pillar. “Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil”. In: **Revista Estudos Feministas** (4), 1995.
- GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: GROSSI, Miriam P. & PEDRO, Joana M. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998 (pp. 293-313).
- HÉRITIER, Françoise. “O sangue dos guerreiros e o sangue das mulheres”. In: **Masculino Feminino**: o pensamento da diferença. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2003.
- ORTNER, Sherry. “Poder e projetos: reflexões sobre agência”. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (orgs.). **Conferências e Diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau: Nova Letra, 2007 (pp. 45-80).
- PORTO, Rozeli Maria. **Gravidez e Relações Violentas**: representações da violência doméstica no município de Lages/SC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2002. 143f. Orientadora: Miriam Pillar Grossi.
- RAMOS, Sílvia. “Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual”. In: GROSSI et alii (orgs.). **Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005 (pp. 31-44).
- RIFIOTIS, Theophilos. “As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a ‘judicialização’ dos conflitos conjugais”. **Revista Estado e Sociedade**. UnB, 19(1), 2004. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/pdf/delegacias/especiais_theophilosaffioti.pdf.
- RIFIOTIS, Theophilos. “Violência, Judicialização das Relações Sociais e Estratégias de reconhecimento”. **Anais da VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL**. Porto Alegre. CD, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter Ltda. 1995.
- SIMMEL, Georg. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES, E. (org.). **Simmel**: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ZANOTTA MACHADO, Lia; MAGALHÃES, Maria Tereza Bossi de. “Violência Conjugal: os espelhos e as marcas”. In: SUAREZ, Mireya & BANDEIRA, Lourdes (orgs.). **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora da UnB/Editora Paralelo 15, 1999 (pp. 173-237).

Mulher ao espelho

Cecília Meireles

Hoje que seja esta ou aquela,
pouco me importa.

Quero apenas parecer bela,
pois, seja qual for, estou morta.

Já fui loura, já fui morena,
já fui Margarida e Beatriz.
Já fui Maria e Madalena.
Só não pude ser como quis.

Que mal faz, esta cor fingida
do meu cabelo, e do meu rosto,
se tudo é tinta: o mundo, a vida,
o contentamento, o desgosto?

Por fora, serei como queira
a moda, que me vai matando.
Que me levem pele e caveira
ao nada, não me importa quando.

Mas quem viu, tão dilacerados,
olhos, braços e sonhos seus
e morreu pelos seus pecados,
falará com Deus.

Falará, coberta de luzes,
do alto penteado ao rubro artelho.
Porque uns expiram sobre cruzes,
outros, buscando-se no espelho.

Flor de poemas, Editora Record, 1998 - Rio de Janeiro, Brasil



Foto Suzana Pires

DATAS IMPORTANTES NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

Julho

25 - Dia da Trabalhadora e do Trabalhador Rural
- Dia da Mulher Afro, Latino-americana e Caribenha

Agosto

07 - Sancionada a Lei Nº 11.340/06 – que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha)
09 - Dia Internacional dos Povos Indígenas
12 - Dia de Luta contra a Violência no Campo - Marcha das Margaridas
19 - Dia Nacional do Orgulho Lésbico
29 - Dia da Visibilidade Lésbica

Setembro

06 - Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher
14 - Dia Latino-americano da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação
15 - Adoção pela ONU da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995
21 - Ratificação pelo Brasil da Carta das Nações Unidas, 1945
- Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência
23 - Dia Internacional Contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças
28 - Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe
29 - Aprovação da Lei 9.100/95 que garante cotas para mulheres na política

Outubro

01 - Dia Internacional por uma Terceira Idade Digna
05 - Promulgação da Constituição Brasileira, 1988
10 - Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher
12 - Dia Internacional da Mulher Indígena
- Dia Nacional de Luta por Creches
15 - Dia Mundial da Mulher Rural
17 - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza

Novembro

20 - Dia Nacional da Consciência Negra
- Adoção da Convenção sobre os Direitos das Crianças, 1989
25 - Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher
- Início da Campanha Mundial 16 dias de ativismo
27 - Ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher
- Convenção de Belém do Pará.

Dezembro

01 - Dia Mundial de Luta Contra a Aids
06 - Massacre de Mulheres de Montreal, Canadá (1989) – Campanha do Laço Branco
10 - Dia Internacional dos Direitos Humanos
- Encerramento da Campanha Mundial 16 dias de ativismo
18 - Adoção da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979)

Janeiro

09 – Sanção da Lei 10.639 que obriga a inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira no sistema de ensino médio e fundamental, 2003.

Fevereiro

01 - Ratificação pelo Brasil da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW-ONU), em 1984.
24 - Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, 1932.
O voto feminino foi assegurado após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto.

Março

08 - Dia Internacional da Mulher, proclamado durante a 2ª Conferência de Mulheres Socialistas (Copenhague, 1910), o 8 de março é uma data de mobilização e luta das mulheres pela conquista de direitos, em justa homenagem às 129 operárias de Nova York, mortas, queimadas, em reivindicação por melhores salários e condições de trabalho.
21 - Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial

Abril

07 - Dia Mundial da Saúde
17 - Dia Internacional de Lutas Camponesas
19 - Dia da Luta Indígena
25 - Dia Latino-Americano da Mulher Negra
27 - Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica
30 - Dia Nacional da Mulher

Maio

07 - Dia Mundial das Crianças Afetadas e Infectadas pelo HIV/ AIDS
13 - Dia Nacional da Luta Contra o Racismo
18 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual infanto-juvenil
28 - Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher
- Dia de Combate à Mortalidade Materna
30 - Dia de Luta pela Maior Participação Política das Trabalhadoras Rurais

Fonte: Agende

Junho

04 - Dia Internacional das meninas e meninos vítimas de agressão
06 - Adoção pela OEA da Convenção de Belém do Pará, 1994.
21 - Dia de Luta por uma educação não-sexista e sem discriminação
25 - Adoção pela ONU da Declaração e Programa de Ação de Viena, 1994
26 - Adoção pela ONU da Carta das Nações Unidas, 1945
28 - Dia do Orgulho Homossexual
- Ratificação pelo Brasil do Protocolo Facultativo à CEDAW, 2002

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres coloca a sua disposição uma relação de serviços de atendimento específicos para a Mulher. Esses serviços são prestados pelo governo federal, pelos governos estaduais e municipais, além de diversas outras instituições da sociedade civil. Confira mais informações no site http://200.130.7.5/spmu/gerenciamento/atendimento_mulher.php

RIO GRANDE DO SUL

Centros de Referência à Mulher

* Centro Vânia Araújo Machado de Porto Alegre - Siqueira Campos, 1184, 6º andar Conj 607 a 612 - (51)3228-3936

Delegacias e Postos de Atendimento Especializados da Mulher

* DEAM Porto Alegre - Avenida João Pessoa, 2050, Bairro Azenha - Porto Alegre - (51)3288-2172

Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

* Equipe de Políticas das Mulheres de Porto Alegre - Rua João Alfredo, 607, Cidade Baixa - Porto Alegre - (51)3289-7020

* Coordenadoria Estadual da Mulher - Avenida Borges de Medeiros, 1501 - Ala Sul, 9º andar - Porto Alegre - (51)3288-6735

Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual

* Hospital de Clínicas de Porto Alegre - Rua Ramiro Barcelos, 2350 - (51)2101-8281

* Hospital N. As. Conceição - Av. Francisco Trein, 596 - Cristo Redentor - Porto Alegre - (51)3341-1300

* Hospital Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre - Osvaldo Aranha, s/nº, Bairro Bom Fim- (51)3289-7999

* Hospital Femini - Rua Mostardeiro, 17, Moinhos de Vento - Porto Alegre - (51)3314-5200

* Hosp Materno Infantil Pres. Vargas - Av. Independência, 661, Bl C, 725, 7.º andar - Porto Alegre - (51)3289-3000

Serviços de Atendimento às Mulheres Lésbicas

* Centro de Ref. Adelmo Turra - Voluntários da Pátria, 595/205 - Centro - Porto Alegre (51)3286-7136

Serviços de Atendimento às Mulheres Negras

* Casa de Religião Reino De Xapanã e Oxum - Dr. João Inácio, 60, Sumaré, parada 50 - Alvorada - (51)3442-7472

Serviços de Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas

* Superintend. da PRF: 9º Superintendência Regional - Avenida AJ Renner, 2701 - Porto Alegre - (51)3375-9700

* Superintendência Regional da Polícia Federal - Avenida Ipiranga, 1365 - Porto Alegre - (51)3235-9000

* Procuradoria da República - Praça Rui Barbosa, 57 - Porto Alegre - (51)3284-7200

* Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - Bertholdo Weber - Rua São Pedro, 968

Bairro São Leopoldo - Porto Alegre - (51)3592-1689

Serviços de Atendimento Jurídico

* SAJULBRA Serviço de Atend. Jurídico da ULBRA - Est. Itacolomi, 3600, São Vicente - Gravataí - (51)3431-7677

* Themis Ass. Jurídico e Estudos de Gênero - Rua dos Andradas, 1137 - Centro - Porto Alegre - (51)3212 0104

* SAJU Serviço de Assistência Jurídica Universitária - Av. João Pessoa, 80, Centro - Porto Alegre - (51)3316-3967

Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher

* Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - Rua Miguel Teixeira, 86 - Porto Alegre - (51)3288-6600

* Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre - Rua dos Andradas, 1560

Galeria Malcon, 6º andar, Sala 13 - Porto Alegre (51)3286-3692

Delegacias Regionais do Trabalho / Núcleos de Combate à Discriminação no Trabalho

* Núcleo Igualdade no Trabalho - Avenida Mauá, 1013, sala 910 - Porto Alegre (51)3228-6544

Organismos e Serviços Não Governamentais de Mulheres

* Coletivo Feminino Plural - Avenida Salgado Filho, 28, conjunto 701 - Porto Alegre - (51)3221-5298

* Comissão da Mulher Advogada - Porto Alegre - (51)3287-1864

* Nuances Grupo pela Livre Orientação Sexual - Praça Rui Barbosa, 220/ 51 - Porto Alegre - (51)3286-3325

* Inst. da Mama do R. Grande do Sul - R. Ramiro Barcelos, 850 - Bairro Floresta - Porto Alegre - (51)3264-300

Pastorais da Mulher Marginalizada - PMM

* PMM Porto Alegre - Endereço: Rua Tapariépés, 184 - Porto Alegre

Outros Organismos Relacionados às Mulheres

* Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura FETAG

Rua Santo Antonio, nº 121, Floresta - Porto Alegre - (51)3228-4866

Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher

* Juizado da Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre

Av. Borges de Medeiros, 1565, Sala 101, Térreo, Fórum Central, Praia de Belas - Porto Alegre - (51)3210-6500



PARANÁ



Centros de Referência à Mulher

* Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Curitiba
Rua Desembargador Hugo Simas nº 2603 - Pilalzinho - Curitiba - Telefone: (41)3338-1832

Delegacias e Postos de Atendimento Especializados da Mulher

* DEAM Curitiba - Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 480, Centro - Curitiba - (41)3223-5323

Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

* Secretaria Munic. da Mulher de Londrina - Av. Duque de Caxias, 635, Jardim Mazzei - Londrina - (43)3372-4171

* Secretaria da Mulher de Maringá - Avenida XV de Novembro, 701, Centro - Maringá - (44)3221-1319

Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual

* Hospital de Clínicos de Curitiba - Rua General Carneiro, 181 - Curitiba - (41)3360-6185

* Hospital do Trabalhador - Avenida Republica Argentina, 4406 - Curitiba - (41)3212-5700

Serviços de Atendimento às Mulheres Lésbicas

* Centro de Referência GLBT João Antonio Mascarenhas

Av. Mal Floriano Peixoto, 366, Ed. Mte Carlo, 4º andar, s. 47 - Curitiba - (41)3222-3999

Serviços de Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas

* Superintendência da PRF: 7º Superintendência Regional
Avenida Victor Ferreira do Amaral, 1500 - Curitiba - (41)3267-4446

* Superintendência Regional da Polícia Federal
Rua Ubaldino do Amaral, 321, - Curitiba - (41)3360-7500

* Centro de Convivência Menina Mulher CCMM
Rua Eugênio Parolim, 244 - Curitiba - (41)3027-7828

Serviços de Atendimento Jurídico

* Núcleo de Práticas Jurídicas CESUMAR - Av. Guerner, 1610, Bloco 7, J. Aclimação - Maringá - (44)3027-6360

Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher

* Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - Rua Inácio Lustosa 700 - Curitiba - (41)3221-7249

* Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba - Rua da Glória 362, Centro Cívico,
1º andar - Curitiba - (41)3313-7120

Delegacias Regionais do Trabalho / Núcleos de Combate à Discriminação no Trabalho

* Núcleo Pró Igualdade - R. José Loureiro, 574, Centro, Esq. c/Trav. da Lapa - Curitiba - (41)3219-7724

Organismos e Serviços Não Governamentais de Mulheres

* Comissão da Mulher Advogada OAB - Curitiba - (41)3018-6844

Pastorais da Mulher Marginalizada - PMM

* Irmãs Passionistas Pitaranguá - Avenida Getúlio Vargas, 224 - Piraguara - (51)3228-4837

Outros Organismos Relacionados às Mulheres

* Grupo Dignidade Pela Cidadania de Gays, Lésbicas e Transgêneros

Avenida Marechal Floriano Peixoto, 366, Cj. 47 EdificioMonte Carlo - Curitiba - (41)3222-3999

Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher

* Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Foro Central da Com. da Reg.Metrop. de Curitiba Rua Itupava, 1829,
Alto da Rua 15 - Curitiba - (41)3363-3852

Casas Abrigo - Atenção

Este serviço possui acesso restrito e sigiloso. Para mais informações, consultar outros serviços da Rede de Atendimento à Mulher do município ou a Central de Atendimento - Disque 180

SANTA CATARINA

Centros de Referência à Mulher

* Centro de Referência e Atendimento à Mulher Vítima de Violência de Joinville
Rua Urussangas, s/n.º Anexo ao Lar Abdom Batista, Bairro Bucaréin - Joinville - (47)3439-2870
* Prog. de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar de Blumenau
Rua Antônio da Veiga, 439 - Blumenau - (47)3326-6741

Delegacias e Postos de Atendimento Especializados da Mulher

* EAM Florianópolis Endereço: Rua Delminda da Silveira, 811 - Agronômica- Florianópolis - (48)3228-5304

Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres

* Coord. Est. da Mulher Endereço: Rod. SC 401, KM 05, N° 4.600, Saco Grande – Florianópolis - (48)3221-3346

Serviços de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual

* Maternidade Carmela Dutra - Rua Irmã Benwarda, 208, Centro - Florianópolis - (48)3251-7561
* Hospital Universitário - Campus Universitário, Trindade - Florianópolis - (48)3331-9137
* Hosp. Infantil Joana de Gusmão - Rua Rui Barbosa, 152, Agronômica - Florianópolis - (48)3251-9000
Serviços de Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas
* Superintendência Da PRF: 8º Superintendência Regional - Rua Dr Álvaro Mullen da Silveira, 104 - Florianópolis - (48)3222-5978
* Superintendência Regional da Polícia Federal - Av. Governador Irineu Bornhausen, 4744 - Florianópolis - (48)3281-6500
* Procuradoria da República - Rua Bulcão Viana, 198 - Florianópolis - (48)3229-2400

Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher

* Conselho Est. dos Direitos da Mulher - R. Trajano, 168, 3º andar, Centro - Florianópolis - (48)3223-1463

Delegacias Regionais do Trabalho / Núcleos de Combate à Discriminação no Trabalho

* Núcleo de Promoções da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação
Rua Victor Meirelles, 198, Centro - Florianópolis - (48)3224-6411

Organismos e Serviços Não Governamentais de Mulheres

* Comissão da Mulher Advogada OAB - Florianópolis

Pastorais da Mulher Marginalizada - PMM

* PMM Lages - Endereço: Caixa Postal 176 - Lages

Juizados e Varas Especializados em Violência Doméstica e contra a Mulher

* 3a. Vara Criminal e Juizado de Violência contra a Mulher da comarca de Florianópolis
Avenida Governador Gustavo Richard, 434, Fórum Centro - Florianópolis - (48)3251-6642



GOVERNO FEDERAL – SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM))

Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da SPM: Nilcéia Freire

Coordenação da Escola:

Mara Feltes

Rose Mari Gomes

Adriana Maria Antunes de Souza

Equipe da Escola :

Elia Terezinha Jacinto Macedo

Jorge Gomes

Mario Poloni

Nilza Duarte

Vera Gasparetto

Coordenação Pedagógica do Projeto:

Vera Gasparetto

A Revista de Memória do Projeto Formação de Conselheiras de Políticas Públicas para as Mulheres da Região Sul é resultado do convênio 179/06, firmado entre a Presidência da República – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Escola Sindical Sul – CUT.

Redação e Edição: Vera Gasparetto (Jornalista – registro profissional 8486 – MTE/RS)

Colaboram nessa edição: Adriana Maria Antunes de Souza, Almira Rodrigues, Eliana dos Santos, Elia Terezinha Jacinto Macedo, Fernanda Cardoso, Lúcia Helena Simas D'Aquino, Magda Flores, Mara Feltes, Maria Célia Orlato Selem, Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Maria Ednalva Bezerra de Lima (*in memoriam*), Maria Noelci Homero, Miriam Pillar Grossi, Rita Pinheiro, Rosane Bertotti, Rose Mari Gomes, Silvana Conti, Suzana Pires.

Fotografias: Lucimar Schultz, Jocélia Piovesan Gonçalves, Roseméri Moreira, Suzana Pires, Vera Gasparetto

Criação e diagramação: Marcelo Sergio Armán

EQUIPE DO PROJETO	
Nome	Entidade
Adriana Maria A. de Souza	CUT SC – Escola Sul
Ariane Meirelles	Educadora/colaboradora - RS
Denis Paulo Ferrarri	Apoio pedagógico – Escola Sul
Elia Macedo	Apoio pedagógico – Escola Sul
Eliana dos Santos	CUT PR
Lúcia Helena S. D'Aquino	Instrutora de Yoga - SC
Magda Flores	Assembléia Legislativa – RS
Mara Feltes	CUT RS – Escola Sul
Maria de Lourdes A. Rodrigues	Educadora/consultora - SP
Mariléia Sauer	Apoio pedagógico - SC
Rose Mari Gomes	CUT PR – Escola Sul
Vera Gasparetto	Coordenação pedagógica - Escola Sul
Vera Lúcia Rodrigues	Apoio administrativo - Escola Sul

É livre a utilização dos textos desde que citada a fonte.

Florianópolis, julho de 2008.

PARTICIPANTES DO PROJETO

SC

Elida Faccio Dallastra
Elizete Maria Noronha de Freitas
Jaqueline Aparecida Tonial
Liliane Piski
Luciana Baruffi Kovaleski
Lucimar Terezinha Schultz
Maria Cláudia Oliveira dos Santos
Roseméri M.P. Moreira
Semiramis Celeste B. Pintado
Sonia Aparecida Dal Piva
Vera Lucia Meurer

PR

Dulcinda da Silva
Isabel Cristina Gregório
Jurandi Inês Colvero Oliveira
Laci Alberti Vertuan
Luci Maria Dias Onório
Orlandina Maria Brusco Resende
Solange Maria Ferreira
Suely Terezinha de Souza

RS

Fátima Maria de Freitas Soares
Marcia Dirce Fortes
Maria Christiana Leite
Maria Geneci M. da Silveira
Maria Susete Centeno
Marisa Garcia
Rosmeire Souza Santos
Silvana Maria da Silva
Sueli Mousquer
Tania Marisa Alves Trindade

Bem-me-quer

Formação de Conselheiras de Políticas Públicas para as Mulheres da Região Sul



"Quebrar o silêncio sobre o feminino é refazer a coragem de ser mulher"

Grupo Maria Sem Vergonha



Escola Sul
GUT

Escola Sindical Sul
Av. Luiz Boiteux Piazza, 4810
88056-000 – Florianópolis – SC
(48) 3266.7272
formacao@escolasul.org.br
www.escolasul.org.br

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Esplanada dos Ministérios
Bloco L, 2º andar, sala 200
70047-900 – Brasília – DF
(61) 2104.9990
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres